

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

**CHRISTIANE MARQUES SEVERO**

**PESCA ARTESANAL EM SANTA CATARINA: EVOLUÇÃO E DIFERENCIAÇÃO  
DOS PESCADORES DA PRAIA DA PINHEIRA**

**Porto Alegre**

**2008**

**CHRISTIANE MARQUES SEVERO**

**PESCA ARTESANAL EM SANTA CATARINA: EVOLUÇÃO E DIFERENCIAÇÃO  
DOS PESCADORES DA PRAIA DA PINHEIRA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Lovois de A. Miguel

**Série PGDR – Dissertação nº 86  
Porto Alegre  
2008**

S498p

Severo, Christiane Marques

Pesca artesanal em Santa Catarina : evolução e diferenciação dos pescadores da Praia da Pinheira / Christiane Marques Severo. – Porto Alegre, 2008.

134 f. : il.

Orientador: Lovois de A. Miguel.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2008.

1. Pesca artesanal : Palhoça (SC). 2. Pesca artesanal : Pinheira, Praia da (SC). 3. Pescadores : Palhoça (SC). 4. Pescadores : Pinheira, Praia da (SC). I. Miguel, Lovois de A. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. III. Título.

CDU 639.2

**CHRISTIANE MARQUES SEVERO**

**PESCA ARTESANAL EM SANTA CATARINA: EVOLUÇÃO E DIFERENCIAÇÃO  
DOS PESCADORES DA PRAIA DA PINHEIRA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 12 de março de 2008.

---

Prof. Dr. Lovois de Andrade Miguel - orientador  
UFRGS

---

Profa. Dra. Gabriela Peixoto Coelho de Souza  
UFRGS

---

Prof. Dr. Gianpaolo Knoller Adomilli  
UFRGS

---

Profa. Dra. Patrícia Raggi Abdallah  
FURG

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esta dissertação aos meus pais, Abelardo Prates Severo e Clair Marques, exemplos de coragem, força, bondade e honestidade.

A todos os pesquisadores e estudantes que acreditam poderem contribuir para uma sociedade mais justa e correta.

A todos que tentam viver respeitando a natureza e buscam formas para isso.

Aos pescadores artesanais da Praia da Pinheira, povo de grande cultura e sabedoria.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida e pelas oportunidades que me levaram a elaboração desta dissertação.

Agradeço a toda a minha família, pelo apoio de sempre, carinho e compreensão, sem os quais não conseguiria alcançar meus objetivos.

Ao meu orientador, desde a graduação, professor Lovois de Andrade Miguel, pela dedicação, incentivo e amizade, sou profundamente grata.

Aos meus colegas de mestrado, membros do MIRF, em especial ao Álvaro, à Dani P., à Dani G., ao Décio, à Júlia, ao Igor e à Lore, agradeço por serem além de colegas bons amigos.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pelo excelente ensino e a todos os seus professores e funcionários pela competência.

À Coordenadoria de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior – CAPES, agradeço pela bolsa, fundamental para a execução da pesquisa.

Aos meus amigos pessoais, pelas horas de descontração, pelas confidências, pelas risadas e simplesmente por existirem. Dentre os quais, estão a Manu, a Nati, o Kim, a Lela e o Tales, família que me trouxe pela primeira vez à Praia da Pinheira, anos atrás.

Agradeço também à Rosiane, à Altiva e ao Chiquinho, que desde o início da pesquisa me ajudaram e deram muito apoio, além de amizade.

Agradeço a todos os entrevistados, sem exceção. Todos foram extremamente prestativos e atenciosos. Agradeço em especial àqueles que eu “incomodei mais”, como o Prof. Selço Mattos, o Seu Nicolau e o Tiago Nunes.

Agradeço também as pessoas que conheci na Praia da Pinheira e que se tornaram amigas, sem as quais eu não teria tanta satisfação e êxito com a pesquisa, entre elas, destaco: a Marivone, a Mana, a Neiva, o Thiago Santos e a Hélia.

Sem a presença das pessoas citadas, merecedoras de minha estima e respeito, minha vida não seria a mesma e este trabalho não seria possível. Portanto, estas palavras são para elas: muito obrigada!

Senhor, fazei-me instrumento de vossa paz.  
Onde houver ódio, que eu leve amor,  
Onde houver ofensa, que eu leve o perdão,  
Onde houver discórdia, que eu leve a união,  
Onde houver dúvida, que eu leve a fé,  
Onde houver erro, que eu leve a verdade,  
Onde houver desespero, que eu leve a esperança,  
Onde houver tristeza, que eu leve a alegria,  
Onde houver trevas, que eu leve a luz.  
Ó mestre, fazei que eu procure mais  
Consolar que ser consolado,  
Compreender que ser compreendido,  
Amar que ser amado.  
Pois é dando que se recebe  
É perdoando que se é perdoado  
E é morrendo que se nasce para a vida eterna...

*Oração de São Francisco de Assis*

## RESUMO

A pesca artesanal tem significativa importância para o Estado de Santa Catarina, onde existem cerca de 25 mil pescadores artesanais em atividade, os quais são responsáveis por 30% da produção catarinense de pescado. Entretanto, verifica-se a existência de problemas em relação à atividade, como a dificuldade de manutenção das colônias de pescadores, a concorrência da pesca industrial, a poluição, dentre outros. Para estudar esse processo, a área delimitada é a Praia da Pinheira, no município de Palhoça, região de colonização açoriana, que até os anos 1970 ainda era caracterizada como uma comunidade de pescadores. Conforme foram se implantando melhorias na infra-estrutura da região, ocorreram significativas mudanças sócio-econômicas, principalmente a crescente presença do turismo. Soma-se ao contexto a criação de uma unidade de conservação, o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, em 1975, o que pode ser mais um obstáculo para a sociedade local, na medida em que restringe o uso dos recursos naturais. Assim, o contexto sócio-econômico também contribui para um processo de vulnerabilidade dos pescadores. Há diversos entendimentos a respeito da permanência de populações tradicionais e suas formas de relações sócio-econômicas, sendo importante uma reflexão sobre este grupo social que preserva características consideradas tradicionais na sociedade contemporânea. Além disso, é relevante compreender as relações do setor pesqueiro com outras atividades econômicas. Nesse sentido, este trabalho aborda a complexidade da atividade pesqueira, através de um enfoque sistêmico que permite conhecer a evolução e diferenciação dos sistemas pesqueiros da Praia da Pinheira. A pesquisa revelou quatro fases distintas: o sistema pesqueiro indígena; o sistema pesqueiro de subsistência dos açorianos; o sistema pesqueiro de salga; e o sistema pesqueiro comercial e de prestação de serviços. Igualmente, com base em dados qualitativos e quantitativos foram caracterizados os atuais sistemas técnicos de captura utilizados na Praia da Pinheira, bem como os atuais tipos de pescadores do local.

**Palavras-chave:** Pesca artesanal. Sistemas pesqueiros. Abordagem sistêmica.



## ABSTRACT

The artisan fishing is of great importance for the state of *Santa Catarina*, where roughly 25 thousand artisan fishermen are currently working, which represents 30% of the local fishing production. However, some problems related to this activity can be detected, as the difficulty to maintain the fishermen community, the industrial fishing competition, pollution, among others. In order to study this process, the delimited area is the *Praia da Pinheira*, in the municipality of *Palhoça*, region of Azorean colonization, which up until 1970s was predominantly a fishermen community. Whereas some infrastructure improvements were implemented in this region, important socioeconomic changes came into place, primarily the increasing tourism activity. In addition, the creation of a conservation unity, the *Parque Estadual da Serra do Tabuleiro*, in 1975, what may represent a further obstacle to the local society, in the extent that it restrains the use of natural resources. Thus, the socioeconomic juncture increases the fishermen vulnerability. There is a variety of interpretations about the resistance by traditional populations and its forms of socioeconomic relations, being important to analyze these social groups that preserve the so called traditional features in the contemporary society. Besides, it is important to understand the relationship between the fishing sector and the other economic activities. In this sense, this work comes up to the complexity of the fishing activity, through a systemic approach that allows us to understand the evolution and differentiation of the fishing systems in the *Praia da Pinheira*. The research revealed four different stages: the Indian fishing system; the Azorean subsistence fishing system; the *salga* fishing system; and the commercial fishing system and of services. By the same token, based on the qualitative and quantitative data, the contemporary technical systems of capturing used in the *Praia da Pinheira* were characterized, as well as the local fishermen types.

Keywords: Artisan fishing. Fishing systems. Systemic approach.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Municípios do litoral do Estado de Santa Catarina.....	42
FIGURA 2 – Foto de satélite da região da Praia da Pinheira – SC.....	51
FIGURA 3 – Inscrições Rupestres da Praia da Pinheira.....	52
FIGURA 4 – Amolador circular de oficina lítica da Praia da Pinheira.....	53
FIGURA 5 – Aves indicando onde se localiza o cardume de anchovas.....	73
FIGURA 6 – A pesca com rede de caceio dos pescadores da Praia da Pinheira.....	75
FIGURA 7 – Limpeza de pescado e corte em filés na Praia da Pinheira.....	76
FIGURA 8 – Pescadores cercando o cardume na Praia da Pinheira.....	78
FIGURA 9 – A pesca de cerco e arrasto feito na praia. ....	79
FIGURA 10 – A divisão do pescado em quinhões na Praia da Pinheira.....	79
FIGURA 11 – A pesca do camarão na Praia da Pinheira.....	82
FIGURA 12 – A pesca da lula com tarrafa.....	83
FIGURA 13 – A pesca com caniço na Praia da Pinheira.....	84
FIGURA 14 – Pescadores “aposentados” da Praia da Pinheira.....	90
GRÁFICO 1 – Evolução da produção total de pescado na Região Sul do Brasil e no Estado de Santa Catarina, entre os anos 1996 e 2005.....	43
GRÁFICO 2 – Produção total de pescado de Santa Catarina em toneladas, por modalidade, no ano de 2005.....	43

## LISTA DE QUADROS E TABELAS

QUADRO 1 – Esquema interpretativo da Teoria dos Sistemas Pesqueiros.....	30
QUADRO 2 – Indicadores socioeconômicos utilizados para caracterização dos tipos de pescadores.....	34
QUADRO 3 – Indicadores combinados para caracterização socioeconômica dos tipos de pescadores e sua descrição.....	35
QUADRO 4 – Síntese da evolução e diferenciação dos sistemas pesqueiros na Praia da Pinheira .....	69
QUADRO 5 – Iipologia de pescadores e técnicas de captura de pesca da Praia da Pinheira...	90
QUADRO 6 – Iipos de pescadores e sistemas técnicos utilizados na Praia da Pinheira.....	91
QUADRO 7 – Evolução dos tipos de pescadores e técnicas de captura da Praia da Pinheira.....	92
TABELA 1 – Destino do pescado do município de Palhoça em 2005.....	44
TABELA 2 – Distribuição da frota artesanal no município de Palhoça por tipo de embarcação.....	45
TABELA 3 – Resultados dos indicadores econômicos por técnica de captura.....	93
TABELA 4 – Resultados dos indicadores econômicos por tipo de pescador.....	93

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AF – Autoconsumo Familiar

AP – Antes do Presente

APE – Área de Preservação Especial

BNCC - Banco Nacional de Crédito Cooperativo

CEDAP – Centro de Desenvolvimento em Aqüicultura e Pesca

CI – consumo intermediário

CONDEPE – Conselho de Desenvolvimento da Pesca

DFA – Delegacia Federal de Agricultura

DPA – Departamento de Pesca e Aqüicultura

DVD – Disco de Vídeo Digital

EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

FATMA - Fundação de Amparo à Tecnologia e ao Meio Ambiente

IAPAR – Instituto Agrônômico do Paraná

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

KI – Capital Imobilizado

OR – Outras Rendas

PB – Produto Bruto

PESCART – Plano de Assistência à Pesca Artesanal

PEST – Parque Estadual da Serra do Tabuleiro

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PROZEE – Fundação de Amparo à Pesquisa de Recursos vivos na Zona Econômica

Exclusiva

RGP – Registro Geral da Pesca

RP – Renda da Pesca

RT – Renda Total

SEAP – Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca

SUDEPE – Superintendência para o Desenvolvimento da Pesca

VAB – Valor Agregado bruto

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO .....</b>	<b>ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.</b>
<b>2.1 Definição de pescador artesanal.....</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>2.2 População tradicional e economia de subsistência .....</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>2.3 Problema de pesquisa, hipóteses e objetivos .....</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>2.4 Abordagem sistêmica .....</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>2.5 Operacionalização da pesquisa .....</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>3. CONTEXTUALIZAÇÃO DA ATIVIDADE PESQUEIRA ..</b>	<b>ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.</b>
<b>3.1 Breve histórico da pesca e das políticas pesqueiras no Brasil .....</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>3.2 A pesca no Estado de Santa Catarina.....</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>4 EVOLUÇÃO E DIFERENCIAÇÃO DOS SISTEMAS PESQUEIROS NA PRAIA DA PINHEIRA – SC .....</b>	<b>ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.</b>
<b>4.1 Descrição da Região .....</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>4.2 O Sistema Pesqueiro Indígena – antes de 1750.....</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>4.3 O Sistema pesqueiro de Subsistência dos Açorianos – entre 1750 e o início do século XX .....</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>4.4 O sistema pesqueiro baseado na salga – do início do século XX aos anos 1960.....</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>4.5 O sistema pesqueiro comercial e de prestação de serviços – dos anos 1960 até os dias de hoje.....</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>5 OS ATUAIS SISTEMAS TÉCNICOS DE CAPTURA DA PESCA NA PRAIA DA PINHEIRA .....</b>	<b>ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.</b>
<b>5.1 A pesca com rede de caceio.....</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>5.2 A pesca com rede fundeada ou rede ancorada .....</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>5.3 A pesca de cerco e arrasto com canoas .....</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>

**5.4 A pesca de arrasto ou arrastão.....**Erro! Indicador não definido.

**5.5 A pesca de arrasto do camarão .....**Erro! Indicador não definido.

**5.6 Técnicas de captura secundárias ou eventuais.....**Erro! Indicador não definido.

**6 TIPOLOGIA DOS PESCADORES DA PRAIA DA PINHEIRA... ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.**

**6.1 Donos de embarcação.....**Erro! Indicador não definido.

**6.2 Tripulantes .....**Erro! Indicador não definido.

**6.3 Aposentados .....**Erro! Indicador não definido.

**6.4 Análise dos resultados e reflexões .....**Erro! Indicador não definido.

**7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....**ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

**REFERÊNCIAS .....**ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

**APÊNDICE A – QUADRO DE DESCRIÇÃO DOS ENTREVISTADOS.....**ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

**APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA ...**ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

**APÊNDICE C – PLANILHA DE CÁLCULOS DE INDICADORES ECONÔMICOS .....**ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

**APÊNDICE D – NOMES COMUNS E CIENTÍFICOS DAS ESPÉCIES DE PESCAO CITADAS .....**ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

**ANEXO A – DECRETO FEDERAL 6040 .....**ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

**ANEXO B – PORTARIA Nº 021/05 – FATMA DE 03.05.2005** ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

**ANEXO C – PESCA DA TAINHA (DVD).....**ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

**ANEXO D – REPORTAGEM PUBLICADA EM JORNAL ....**ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

*Se os seus sonhos estiverem nas nuvens,  
não se preocupe, pois eles estão no lugar certo.  
Agora construa os alicerces.*

Shakespeare

## 1 INTRODUÇÃO

A pesca artesanal é uma das atividades mais antigas do Brasil, sendo a principal fonte de recursos para muitas famílias de diversas comunidades, tanto no litoral, quanto no interior dos Estados (ABDALLAH e BACHA, 1999).

Para o Estado de Santa Catarina, atividade pesqueira artesanal tem significativa importância econômica. Segundo a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI (2004), existem cerca de 25 mil pescadores artesanais em exercício no Estado, os quais são responsáveis por 30% da produção catarinense de pescado.

Entretanto, conforme a mesma fonte, verifica-se a existência de problemas em relação à pesca artesanal, tais como a dificuldade de manutenção das estruturas das colônias de pescadores, a concorrência desleal da pesca industrial, a poluição das regiões costeiras, a escassez de pescado, dentre outros.

Para estudar esse processo, a área delimitada é a região da Praia da Pinheira, no município de Palhoça, em Santa Catarina. Região marcada pela colonização açoriana, onde, segundo Caldas (1996), até os anos 1970 ainda era possível, em pleno verão, caracterizar a Praia da Pinheira como uma comunidade de pescadores.

Porém, assim como em outras regiões litorâneas, conforme foram se implantando melhorias na infra-estrutura da região, como, por exemplo, a construção da BR-101, em 1971, ocorreram importantes mudanças socioeconômicas, principalmente a intensa e crescente presença do turismo.

Soma-se ao contexto a criação de uma Unidade de Conservação na região, o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro – PEST, em 1975, o que pode ser mais um obstáculo para a maior parte da sociedade local, na medida em que restringe o uso dos recursos naturais necessários à sua sobrevivência.

Assim, além dos problemas relativos à atividade pesqueira artesanal, o contexto socioeconômico também pode contribuir para um processo de vulnerabilidade dos pescadores artesanais, sendo importante um estudo mais aprofundado de tal atividade.

Desta forma, a dissertação tem como tema a pesca artesanal da Praia da Pinheira, buscando analisar a diversidade existente entre os pescadores, os sistemas técnicos de captura de pesca utilizados e como estes evoluíram e se diferenciaram frente às transformações e pressões socioeconômicas e ambientais das últimas décadas.



Convém lembrar que a pesca é uma atividade de grande interação entre o homem e a natureza, na qual o conhecimento tradicional, isto é, o conhecimento adquirido de forma empírica, passado de geração em geração, é característico e fundamental.

Nesse sentido, é pertinente um estudo que aborde a complexidade da pesca artesanal, através de um enfoque sistêmico que permita conhecer a evolução e diferenciação dos sistemas pesqueiros; e a utilização de uma abordagem multidimensional na avaliação desse processo e do desenvolvimento desse grupo social, ou seja, uma abordagem que não contemple apenas a renda obtida nesta atividade, mas que também contemple o modo de vida dos pescadores artesanais.

No entanto, há diversos entendimentos a respeito da permanência e do futuro de populações tradicionais e suas formas de relações socioeconômicas, sendo importante uma reflexão sobre uma das formas de relações sociais baseadas em economia de subsistência, ou ainda, de um grupo social que preserva características consideradas tradicionais na sociedade contemporânea.

Além disso, pesquisas que visem compreender a dinâmica das unidades familiares pesqueiras, olhando não somente as atividades pesqueiras e não-pesqueiras, mas as relações do setor pesqueiro com outras atividades econômicas são inovadoras e capazes de aferir as complexidades da pesca e a lógica do pescador, ou seja, mostrar as inter-relações de causa e efeito entre os diferentes elementos, tanto externos como internos, que constituem a estrutura familiar (SOUZA, 2004. p.14-5).

Esta pesquisa também se torna relevante como base para a elaboração de projetos de desenvolvimento mais adequados, pois conhecendo a realidade deste grupo social se poderá pensar em ações que proporcionem o que a comunidade realmente necessita, e não o que se acredita ser o melhor para ela.

Por fim, a análise dos conflitos e problemáticas socioeconômicas e ambientais que envolvem a atividade pesqueira artesanal pode trazer contribuições na formulação de políticas públicas para preservação das áreas e populações envolvidas em tais conflitos.

Para expor as idéias, as reflexões referentes ao tema e os resultados da pesquisa de campo, esta dissertação está estruturada em cinco capítulos, além desta introdução e das considerações finais.

No segundo capítulo são apresentadas as bases teórica e metodológica utilizadas, a definição do objeto de estudo, o referencial teórico, a definição do problema de pesquisa, hipóteses e objetivos e a operacionalização da pesquisa, as etapas de campo, a definição dos

indicadores e métodos utilizados na análise.

O terceiro capítulo traz uma contextualização da atividade pesqueira no Brasil e no Estado de Santa Catarina, baseada em dados bibliográficos, com o objetivo de apresentar o histórico e a problematização geral da mesma antes de focar a análise na pesca artesanal da Praia da Pinheira.

O quarto capítulo trata da evolução e diferenciação dos sistemas pesqueiros na Praia da Pinheira, com o objetivo de servir de subsídio para o entendimento da diversidade de tipos de pescadores e de sistemas de produção verificados na atualidade.

No quinto capítulo são descritos os atuais sistemas técnicos de captura da pesca artesanal na Praia da Pinheira.

Por fim, o sexto capítulo apresenta os diferentes tipos de pescadores artesanais da Praia da Pinheira, descritos com a utilização de dados qualitativos e quantitativos. A última parte do capítulo traz os resultados dos indicadores socioeconômicos utilizados e a análise dos mesmos para os diferentes tipos de pescadores e técnicas de captura de pesca artesanal da Praia da Pinheira.

*A natureza não é desordem, passividade, meio amorfo: é uma totalidade complexa  
O homem não é uma entidade isolada em relação a esta totalidade  
complexa: é um sistema aberto, com relação de autotomia/dependência  
organizado no seio do ecossistema.*

Edgar Morin

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO**

Neste capítulo são apresentadas as bases teórica e metodológica utilizadas no trabalho. Na primeira parte é feita a definição do objeto de estudo. Na segunda parte é discutido o referencial teórico sobre as características do objeto de estudo. A terceira parte trata da definição do problema de pesquisa, hipóteses e objetivos do trabalho. A quarta parte demonstra a importância de um enfoque sistêmico para o estudo. Por fim, a quinta parte, de enfoque mais metodológico, trata da operacionalização da pesquisa, das etapas de campo, da definição dos indicadores e métodos utilizados na análise.

### **2.1 Definição de pescador artesanal**

Uma primeira ressalva teórico-metodológica necessária é a definição do objeto de estudo, no caso o pescador artesanal. A importância desta definição é devida à frequente generalização que se faz ao se tratar de pescadores, muitas vezes se confundindo pescadores amadores, profissionais, artesanais e etc.

A definição utilizada neste trabalho é baseada no Código de Pesca, que no ano de 1967 definiu o pescador profissional como aquele que faz da pesca sua profissão ou principal meio de vida e instituiu o primeiro registro profissional. Complementa-se essa definição com base nas definições do Registro Geral da Pesca – RGP<sup>1</sup> (SEAP, 2006), segundo o qual existem as seguintes categorias: pescador profissional (classificado como artesanal ou industrial), aprendiz de pesca, armador de pesca, embarcação pesqueira, indústria pesqueira, aqüicultor e empresa que comercializa organismos aquáticos vivos.

Ainda no RGP (SEAP, 2006), encontram-se as seguintes definições:

<sup>1</sup> Com base na Instrução Normativa nº 3 de 12 de maio de 2004, a qual estabelece as normas e procedimentos para a operacionalização do Registro Geral da Pesca, no âmbito da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República – SEAP/PR.

- Pescador profissional é a pessoa maior de 18 anos que faz da pesca sua profissão ou meio principal de vida, podendo atuar no setor pesqueiro industrial ou artesanal;
- Pescador profissional artesanal é aquele que, com meios de produção próprios, exerce sua atividade de forma autônoma, individualmente ou em regime de economia familiar, ou com auxílio eventual de parceiros, sem vínculo empregatício;
- Pescador profissional industrial é aquele que tem vínculo empregatício e exerce sua atividade em embarcações pesqueiras de armadores de pesca ou de indústrias. (SEAP, 2006).

Tendo tais definições como base, neste trabalho o objeto de pesquisa são os pescadores artesanais da Praia da Pinheira e, conseqüentemente, a atividade pesqueira implementada pelos mesmos.

## **2.2 População tradicional e economia de subsistência**

Além da definição de pescador artesanal, nesta dissertação é utilizado o aporte teórico acerca dos conceitos de população tradicional e economia de subsistência, especialmente no campo da sociologia aplicada aos estudos de comunidades pesqueiras. É necessário explicitar tais conceitos.

Conforme definição do IBAMA (2007), população tradicional é aquela que vive há pelo menos duas gerações em um determinado ecossistema, em estreita relação com o ambiente natural, dependendo de seus recursos naturais para a sua reprodução sociocultural, por meio de atividades de baixo impacto ambiental. (IBAMA, 2007).

Para esta definição, a legislação brasileira cita características que podem ser identificadas no objeto de estudo, tal como no Decreto Federal nº 6040 (ANEXO A), o qual compreende por

[...] povos e comunidades tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução

cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição[...] (DEC. FED. 6040/2007)

Além dessas definições, sobre o tema do comportamento de populações tradicionais e suas formas de relações socioeconômicas, há diversos entendimentos a respeito de sua permanência e de seu futuro na sociedade contemporânea.

Nesse sentido, existem na Sociologia e Antropologia, abordagens que classificam tais sociedades como atrasadas, profetizando o seu desaparecimento e proletarização das populações, e abordagens que acreditam que estas são capazes de se manter e se reproduzir, mesmo diante de fatores adversos, ao longo das transformações do capitalismo.

Conforme exposto na introdução, e melhor detalhado no próximo capítulo, apesar de todos os problemas enfrentados, a pesca artesanal continua a constituir no Estado de Santa Catarina parte importante do setor pesqueiro.

Diegues (1983) aponta que, ao reduzirmos o nível de abstração da análise e tomarmos diferentes realidades empíricas como campo para pesquisa, percebemos que existem espaços nos quais a pesca industrial não poderá se desenvolver e que a pesca artesanal aí permanece, mesmo que subsumida ao capital comercial representado pela forma industrial. Denotando a existência de motivações que estão além do retorno econômico para a permanência desta atividade e desse grupo social.

Para este trabalho, é importante uma reflexão sobre as formas de relações sociais baseadas em economia de subsistência ou, ainda, sobre este grupo social que preserva características consideradas tradicionais na sociedade contemporânea.

Portanto, as principais referências utilizadas são os trabalhos de Marshall Sahlins, Antônio Candido e Antônio Carlos Sant'Ana Diegues.

Nessa perspectiva sociológica, o trabalho limita-se a estudar as questões da racionalidade desse grupo no que tange as relações voltadas a uma economia de subsistência, em detrimento de relações que visam essencialmente a busca de lucro ou de acumulação de capital, ou ainda de geração de excedente dessas comunidades, as formas como se organizam em unidades de produção familiares e/ou de vizinhança, geralmente donos dos meios de produção e utilizando mão-de-obra familiar, e, sobretudo, a importância dos conhecimentos empíricos com relação ao meio natural com o qual interagem.

A contribuição oferecida pelo trabalho de Sahlins (1977) sobre as particularidades do comportamento econômico das economias e sociedades primitivas permite uma

interpretação que se distancia da visão do pensamento econômico ortodoxo. Ao contrastar as correntes “formalista” e “sustantivista”, destaca que a “formalista se inclina a considerar a las economías primitivas como versiones subdesarrolladas de la nuestra, y un studio culturalista que por cuestiones de principios valora a las diferentes sociedades por lo que son” (SAHLINS, 1977, p.9).

O aspecto central exposto na obra *Economía de la Edad de Piedra*, de acordo com Sahlins (1977) é que no contexto dessas sociedades primitivas “la ‘economía’ se convierte em una categoría de la cultura más que de la conducta, más cercana a la política y a la religión que a la racionalidad o a la prudencia. Ya no se trata de actividades que sirvan a las necesidades individuales, sino del proceso vital esencial de la sociedad” (SAHLINS, 1977, p.11).

Ou seja, o comportamento econômico desses grupos orienta-se por uma lógica diversa da economia capitalista, onde a escassez é uma propriedade intrínseca de meios técnicos. Sua lógica é orientada por uma relação entre meios e fins no sentido de que trabalham para sobreviver possuindo, portanto, um objetivo imediato “y que el arco y la flecha son adecuados a ese fin” (SAHLINS, 1977, p.17).

Ao referir-se sobre elementos materiais contidos nessas sociedades Sahlins (1977) afirma que “no se trata de que los cazadores y recolectores hayan dominado sus ‘impulsos’ materialistas, sino simplemente de que nunca hicieron de ellos una institución [...] nos sentimos inclinados a pensar que los cazadores y recolectores son *pobres* porque no tienen nada; tal vez sea mejor pensar que por ese mismo motivo son *libres*” (SAHLINS, 1977, p.27).

A liberdade referida pelo autor é enfatizada quando demonstra o “desapego” que as sociedades por ele estudadas têm em relação aos bens materiais. A lógica de acumulação não está presente, pois pode significar um entrave na medida em que dificultaria a locomoção dessas sociedades, as quais se caracterizam pelo nomadismo.

Outro aspecto interessante abordado por Sahlins (1977) é a prodigalidade e o otimismo, no sentido de confiança na abundância dos recursos naturais, destas populações com relação aos alimentos. Além do fato de ser importante não ter muito o que carregar, essas populações, ao consumirem todo o alimento caçado e/ou coletado no mesmo dia, expressam a certeza de que no próximo dia não passarão fome. Nesse ponto, o autor contrasta a sociedade pós-revolução agrícola, a qual teria certo “medo” da fome, provavelmente por todo histórico dessa sociedade.

Antônio Candido, ao estudar a cultura caipira das populações do interior do Estado de São Paulo, na obra *Parceiros do Rio Bonito*, analisa características das comunidades

tradicionais, configurando um modo de vida. O autor enfatiza a obtenção dos meios de subsistência e as formas de solidariedade existentes entre os caipiras.

Candido (1964) também aborda a questão dos recursos, ou meio ambiente, no qual as populações estão inseridas, dizendo:

A existência de todo grupo social pressupõe a obtenção de um equilíbrio relativo entre as suas necessidades e os recursos do meio físico, requerendo, da parte do grupo, soluções mais ou menos adequadas e completas, das quais depende a eficácia e a própria natureza daquele equilíbrio. As soluções, por sua vez, dependem da quantidade e qualidade nas necessidades a serem satisfeitas (CANDIDO, 1964, p.9).

O caipira de Antônio Candido (1964) se ampara socialmente nas relações de vizinhança e ecologicamente no meio imediato, sobressaindo as especificidades das populações tradicionais em sua relação com o meio natural:

A sociedade caipira tradicional elaborou técnicas que permitiram estabilizar as relações do grupo com o meio (embora em nível que reputaríamos hoje precário), mediante o conhecimento satisfatório dos recursos naturais, a sua exploração sistemática e o estabelecimento de uma dieta compatível com o mínimo vital – tudo relacionado a uma vida social de tipo fechado, com base na economia de subsistência (CANDIDO, 1964. p.19).

A questão dos baixos níveis de vida, os quais não se justificariam atualmente devido às possibilidades tecnológicas, é analisada pelo autor, abordando os chamados fatores de persistência, ou permanência, que seriam os que contribuem para a continuidade dos modos tradicionais de vida; e os fatores de transformação, os quais representam a incorporação aos padrões modernos.

Assim, para Candido (1964): “além da solidariedade geral do grupo, há dentro dele formações mais restritas, estruturando sistemas também mais restritos, que, no seu conjunto e entrecruzamento, reforçam a estrutura geral” (CANDIDO, 1964. p.170). Ou seja, há um ajustamento ou, ainda, uma preservação, da cultura e práticas cooperativas dos caipiras frente às situações adversas que têm surgido devido a fatores como industrialização e urbanização, dentre outros.

Nesse sentido, o autor conclui que “o homem rústico vive uma aventura freqüentemente dramática, em que os padrões mínimos tradicionalmente estabelecidos se tornam padrões de miséria, pois agora podem ser comparados aos que a civilização pode teoricamente proporcionar” (CANDIDO, 1964. p.179).



Segundo Diegues (2004), as populações e culturas tradicionais não-indígenas são, de forma geral, consideradas “camponesas” e são fruto de intensa miscigenação entre o branco colonizador, o indígena nativo e o escravo negro. Elas incluem os “caiçaras”; os “caipiras”, as comunidades pantaneiras, os ribeirinhos, pescadores artesanais e comunidades de pequenos produtores litorâneos de Santa Catarina, entre outros.

Partilhando das visões de Sahlins (1977) e Candido (1964), Diegues (1983) afirma: “Com isolamento relativo, essas populações desenvolveram modos de vida particulares que envolvem grande dependência dos ciclos naturais, conhecimento profundo dos ciclos biológicos e dos recursos naturais...” (DIEGUES, 1983. p.14).

Diegues (2004b) aponta características das culturas e sociedades tradicionais:

- Dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um *modo de vida*;
- Conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se refletem na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral;
- Noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- Moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos ou voltado para a terra de seus antepassados;
- Importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado;
- Reduzida acumulação de capital;
- Importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
- Importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas;

- A tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final;
- Fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos;
- Auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras.

Tais características são também encontradas nas obras dos referidos autores, sendo características das comunidades tradicionais em geral. Podemos verificar a presença destas características nas comunidades de pescadores artesanais, de acordo com Pasquotto:

A pesca artesanal caracteriza-se pelo uso de pequenas embarcações, com menor esforço unitário de pesca. O regime de trabalho é familiar ou através de grupos de vizinhança ou parentesco. [...] Os pescadores são responsáveis pelas decisões acerca do processo de trabalho e detêm a propriedade total ou parcial dos meios de produção, alguns destes, ainda hoje, produzidos artesanalmente. Em função da variedade de nichos ecológicos em que atuam e do uso de múltiplas técnicas de pesca, as quais são desenvolvidas através das representações que os pescadores constroem sobre o ambiente e sobre as espécies de pescado, o conhecimento tradicional, ou “saber-fazer”, pode ser entendido como um meio de produção, necessário ao desenvolvimento da atividade. (PASQUOTTO, 2005. p.14).

Diegues (1983 e 2004a) realça as especificidades da atividade pesqueira, sendo a única atividade humana de caça realizada em grande escala, é marcada pela mobilidade dos recursos e complexidade dos fenômenos naturais, o que leva a uma situação de imprevisibilidade da captura, que se reflete nas relações sociais das comunidades envolvidas com a mesma. Ganha importância a noção do espaço litorâneo, considerando não somente em seus aspectos físicos, mas também como um conjunto de condições e processos naturais que influenciam as relações entre o homem e a natureza.

O autor denomina de forças produtivas da natureza essas condições naturais específicas pelas quais se organiza a produção pesqueira. Nesse sentido, temos dois sistemas de produção que se articulam: o social e o natural. “... dois sistemas irreduzíveis, mas articulados entre si. Assim, quando o desenvolvimento das forças produtivas sociais é reduzido, o homem vive no ritmo das forças produtivas da natureza” (DIEGUES, 1983. p.8).

Entretanto, realçando a importância dessas condições naturais, Diegues (1983 e 2004a) não afirma que elas sejam elementos determinantes na formação e transformação de formas de se organizar a produção. Diegues (1983 e 2004a) relaciona a capacidade de permanência da pesca artesanal ao fato de esta explorar ambientes, nichos ecológicos diversificados e que representam “obstáculos naturais” ao avanço das forças produtivas capitalistas. A pesca artesanal, então, coexiste como uma forma social de produção subsumida ao setor industrial, pois, quando consegue se manter, o faz em uma relação de dependência ao capital comercial das indústrias de pesca, representadas direta ou indiretamente pelos “atravessadores”, responsáveis pela comercialização.

São elementos, de origem natural ou social, que dificultam o “pleno desenvolvimento das forças capitalistas”. Mesmo com a tecnologia disponível hoje em dia, que permite realizar a pesca em grandes navios, equipados com sonares para localização de cardumes e toda infra-estrutura para beneficiar e conservar o pescado na própria embarcação, existe uma quantidade e uma diversidade muito grandes de espécies de peixe que não estão ao alcance deste tipo de pesca industrial.

A pesca artesanal então permaneceria como uma forma de produção que guarda características “pré-capitalistas”, ou seja, não se organiza exclusivamente em torno de uma lógica industrial, de maximização da produção e dos resultados financeiros, uma vez que considera aspectos culturais e valores simbólicos. Entretanto, mantém relações com a sociedade em que se insere, subsumida ao modo de produção capitalista, em especial pela dependência do capital comercial, representado diretamente pelas indústrias ou, indiretamente, pelos atravessadores.

Alguns dos elementos apresentados neste contexto, como constituintes de uma especificidade que identifica os pescadores artesanais, tais como a influência de dinâmicas naturais que são, por um lado, cíclicas, e, por outro, no curto prazo, imprevisíveis, sobre a atividade e sobre a organização social das comunidades, apenas evidenciam a importância do saber-fazer ou dos conhecimentos tradicionais.

Nesse sentido, além de propiciar a reprodução social e manutenção dessas comunidades, os saberes tradicionais se caracterizam por desenvolverem arranjos produtivos que exercem menos uma ação transformadora da natureza e mais mecanismos adaptativos desenvolvidos ao longo do tempo, principalmente em relação a um conhecimento profundo dos ecossistemas dos quais fazem parte.

Ou seja, a idéia de que as comunidades pesqueiras, e comunidades tradicionais em geral, são “atrasadas”, empobrecidas e carentes de políticas de modernização para aumento da produtividade, por si só, é equivocada.

Deve-se pensar em desenvolver as atividades tradicionais sem querer transformá-las totalmente, pois a partir das mesmas é possível constituir uma importante fonte de conhecimento para o manejo sustentável dos recursos naturais, permitindo sua manutenção ao longo do tempo e, conseqüentemente, a manutenção das populações que dependem deles.

### **2.3 Problema de pesquisa, hipóteses e objetivos**

Com base nos conceitos e teorias explicitadas, o seguinte problema de pesquisa pode ser formulado:

Como as transformações sócio-econômicas das últimas décadas influenciaram ou ainda influenciam o modo de vida dos pescadores artesanais da Praia da Pinheira?

A partir desse problema de pesquisa e com base na contextualização da região e do objeto de estudo, podem-se formular as seguintes hipóteses:

- As atividades agrícolas foram abandonadas em função da chegada de turistas na região e a conseqüente especulação imobiliária.
- A atividade pesqueira artesanal na Praia da Pinheira vem enfrentando uma crise, tanto de escassez de pescado quanto de escassez de mão-de-obra, havendo o abandono das atividades pesqueiras em busca de atividades ligadas ao turismo e prestação de serviços em geral;
- Apesar de parecerem um grupo homogêneo, os pescadores artesanais da Praia da Pinheira podem ser analisados por suas características socioeconômicas, suas relações com os meios de produção e forma de trabalho, denotando diferentes *tipos* de pescadores;
- O crescimento econômico da região nas últimas décadas (a partir dos anos 70) tem tornado a população local dependente de empresários e capitalistas que instalam estabelecimentos comerciais no local;

Nesse sentido, o objetivo geral desta dissertação é descrever a evolução e

diferenciação da comunidade de pescadores artesanais da Praia da Pinheira, assim como analisar a situação socioeconômica atual desse grupo social e as perspectivas para o seu desenvolvimento. Como objetivos específicos têm-se:

- Analisar a evolução e diferenciação dos sistemas pesqueiros implementados pelos pescadores artesanais, verificando os principais fenômenos de influência na sua transformação;
- Caracterizar os sistemas técnicos de captura atualmente utilizados pelos pescadores artesanais da Praia da Pinheira;
- Caracterizar e descrever os tipos de pescadores artesanais da Praia da Pinheira e sua situação socioeconômica atual;
- Analisar as perspectivas de desenvolvimento para esta comunidade, em função das transformações e fenômenos pelos quais passou e também da situação atual.

#### **2.4 Abordagem sistêmica**

Para se colocar em prática a pesquisa na busca da verificação do problema, hipóteses e objetivos citados anteriormente, é necessária uma abordagem sistêmica, a qual possui referencial teórico e metodológico que merece ser explicitado.

A abordagem sistêmica, ou sistemismo, surge em meados do século XX, como reflexo das restrições do modelo convencional de ciência baseado nos pensamentos de Aristóteles, Galileu, Descartes e Newton, entre outros (PINHEIRO, 2000).

Segundo Wünsch (1995), a abordagem sistêmica foi impulsionada pela percepção de que o método convencional, mecanicista, era insuficiente, assim como o fracionamento das ciências em especialidades isoladas.

Pinheiro (2000) afirma que a “Crise da Ciência” a partir dos anos 1950, surgiu da crescente dificuldade de comunicação entre as várias áreas da ciência; e o enfoque sistêmico trouxe a perspectiva de mudança, de uma visão reducionista e disciplinar, para uma visão holística e multidisciplinar.

Enquanto o enfoque analítico, ou cartesiano, vê a natureza como uma máquina governada por leis matemáticas exatas; o sistemismo percebe a mesma como um organismo vivo, complexo, que sofre interações com diferentes elementos.

Nesse sentido, Morin (2005) acredita em um estado de inter-relação e interdependência essencial em todos os fenômenos. Desta forma, a abordagem sistêmica se apresenta como um novo paradigma, o qual transcende o cartesianismo, como um novo método para a compreensão e estudo de fenômenos complexos, que utiliza a interdisciplinaridade.

O enfoque sistêmico é adotado por pensadores em diversas áreas, como os precursores Wiener (matemático, 1940), com a cibernética; Von Neumann e Morgenstern (matemáticos, 1947), com a Teoria dos Jogos; Schannon e Weaver (engenheiros, 1948-50), com a Teoria da Informação; entre outros (MIGUEL, 2006).

O biólogo Ludwig Von Bertalanffy, também considerado um dos precursores na abordagem sistêmica com a *Teoria Geral dos Sistemas*, propõe princípios aplicáveis aos sistemas em geral, quer sejam de natureza física, biológica ou sociológica. Para o autor, esse seria um instrumento útil capaz de fornecer modelos a serem usados em diferentes campos. Bertalanffy (1973) destaca que a proposta do enfoque analítico nem sempre é possível, isto é, o estudo das partes separadamente pode não reconstituir o todo. Além disso, propõe os conceitos gerais de *organização, totalidade, direção, teleologia e diferenciação*.

Morin (2005) propõe que o universo é fundado não em uma unidade indivisível, mas em um sistema complexo com subsistemas também complexos. Assim, todos os objetos-chaves constituem sistemas: o ser humano faz parte de um sistema social, inserido em um ecossistema natural, que está em um sistema solar, que está dentro do sistema galáctico. Ainda tomando como exemplo o ser humano, o mesmo é formado por sistemas celulares, que são constituídos de sistemas moleculares, que são constituídos de sistemas atômicos, e assim por diante. Além disso, para o autor, organização e sistema estão ligados pelas inter-relações.

O físico Fritjof Capra também se destaca. Este autor define os ecossistemas como sistemas auto-organizados e auto-regulados. Segundo o autor, a relação do homem com a natureza ignorou isso, dando razão a uma filosofia de exploração e impacto do homem sobre a natureza.

Capra (1982) dá mais ênfase às relações do que às entidades isoladas, desta forma o pensamento sistêmico deve ser centrado no *processo*, pois a evolução não é linear, mas indeterminada. Nesse sentido, Capra (1982) propõe o princípio da *homeostase*, segundo o qual o processo de metabolismo dos organismos vivos é um estado de não-equilíbrio, estando

sempre 'em atividade'; estes organismos tendem a estar em estabilidade, porém essa estabilidade é dinâmica, transacional, em que existe grande flexibilidade.

A partir da emergência desse novo paradigma da ciência, surgem diversas definições de *sistema*. Wunsch (1995) faz uma revisão do conceito em vários autores, e conclui que todos estão de acordo em definir sistema como uma *inter-relação de elementos que formam uma unidade global*. Wunsch (1995) acrescenta que as relações entre os elementos são dinâmicas e o sistema tem finalidade ou objetivo.

No âmbito das ciências agrárias, a abordagem sistêmica tem suas origens em constatações tais como: o fracasso dos projetos de desenvolvimento rural concebidos a partir dos anos 1960; o impacto das técnicas oriundas da “Revolução Verde<sup>2</sup>”; o distanciamento crescente entre a pesquisa e a extensão rural; e a percepção de que a racionalidade técnica científica não corresponde necessariamente à racionalidade dos agricultores. (MIGUEL, 2006).

De acordo com IAPAR (1997), esses problemas se devem ao fato de que as tecnologias produzidas nos centros de pesquisa eram desenvolvidas sem se considerar a real situação social, econômica e ambiental dos agricultores, principalmente dos menos favorecidos.

Conforme Pinheiro (2000), o enfoque sistêmico surge na agricultura como uma alternativa para solucionar ou minimizar as questões que a abordagem disciplinar e analítica não estava resolvendo. Além disso, com a emergência do conceito de *sustentabilidade* e os novos desafios ligados às questões socioambientais, o enfoque sistêmico tem se tornado cada vez mais necessário.

Nesse contexto, aparece a necessidade de novos métodos e abordagens. Assim, torna-se importante conhecer a estrutura e as condições de produção das sociedades agrárias, e a compreensão de que as mudanças técnicas têm estreita relação com as mudanças sociais e econômicas. Para tanto, surgem novos conceitos nas Ciências Agrárias, tais como os conceitos de *sistema de cultivo*, *sistema de criação*, *sistema de produção* e *sistema agrário*.

Nesse sentido, Dufumier (1996) define sistema de produção como a integração entre as atividades de sistemas de cultivo e/ou sistemas de criação dentro de uma unidade de produção agrícola.

<sup>2</sup> Lançamento de novas variedades altamente produtivas, associadas ao uso de insumos industriais, que ocasionou um grande impacto na produção mundial de grãos. (IAPAR,1997).

Mazoyer e Roudart (2001) definem sistema agrário como um modo de exploração do meio historicamente constituído e durável, um conjunto de forças de produção adaptado às condições bioclimáticas de um espaço definido e respondendo às condições e necessidades de um dado momento. Considerando, também, o conjunto ordenado das características essenciais, necessárias e suficientes, universais e especificáveis, que permitem caracterizar e comparar todo “tipo de agricultura”.

Além disso, conforme os autores,

Um sistema agrário é composto pelo ecossistema cultivado e pelo sistema social e produtivo, ou seja, pelo meio natural e social, em termos de força e relações de trabalho, conhecimentos e ferramentas disponíveis para a população atuar sobre o meio natural (MAZOYER e ROUDART, 2001. p.28).

No âmbito da pesquisa sobre as atividades pesqueiras, assim como na agricultura, as conseqüências das abordagens setoriais e produtivistas, baseadas no cartesianismo, também foram colocadas em pauta. Conforme Quensière (1993), tais abordagens não foram capazes de propor alternativas de desenvolvimento da pesca artesanal. Para o autor é necessário que se considere que a dinâmica dos recursos naturais explorados não é independente das motivações sociais e culturais das famílias que com eles interagem.

Somado a isso, a conscientização do caráter limitado dos recursos, e de que a deterioração do ecossistema marinho e a pauperização dos pequenos pescadores são crescentes, coloca em pauta as relações entre o homem e a natureza. “Servindo para que o homem voltasse a considerar as condições naturais como um complexo de relações que produzem e reproduzem a vida.” (DIEGUES, 1983, p.87).

Nesse contexto, emerge a necessidade de um enfoque sistêmico no estudo da pesca artesanal. Conforme Diegues (1983), mais do que qualquer outra atividade econômica, a pesca é influenciada por forças da natureza, com reflexos imediatos na regularidade da captura, na formação do excedente, no relacionamento dos grupos e classes sociais envolvidos no processo de produção.

Quensière (1993) afirma que se devem considerar também as inter-relações entre os aspectos sociais, culturais, econômicos e ambientais, pois elas podem produzir efeitos secundários inesperados, tais como impactos ambientais indesejáveis e prejuízos sócio-culturais, como a perda de conhecimento tradicional. Assim, além de se analisarem as relações entre os diferentes tipos de pescadores e técnicas utilizadas, é necessário avaliar o



contexto em que a atividade está inserida, ou seja, conflitos socioambientais, políticas públicas, competição com outras atividades, relações de mercado, etc.

Desse modo, a atividade pesqueira artesanal também passa a ser considerada um objeto de estudo complexo que sofre influências ambientais, culturais, socioeconômicas e técnico-produtivas, sendo pertinente uma abordagem sistêmica para o estudo da mesma.

Essa concepção é adotada por Andriguetto-Filho (2002), no estudo da pesca artesanal do litoral do Estado do Paraná, concentrando a análise na observação das modalidades técnicas e sua operacionalização. Além desse trabalho, adotando a mesma concepção sistêmica, ressalta-se o estudo feito por Pasquotto (2003) sobre a atividade pesqueira artesanal no Estado do Rio Grande do Sul, o qual analisa os diferentes tipos de sistemas de produção encontrados, os diferentes tipos de pescadores e suas estratégias de reprodução social.

Para este estudo, será utilizado o ferramental dos *sistemas agrários* adaptado por Pasquotto (2003) para *sistemas pesqueiros*. De acordo com o autor, a teoria dos sistemas agrários é um instrumental teórico que permite apreender a complexidade de cada forma de agricultura e de perceber, a traços largos, as transformações históricas e a diferenciação geográfica das agriculturas humanas.

Estabelecendo um paralelo, Pasquotto (2003) propõe que os sistemas pesqueiros sejam também, a exemplo dos sistemas agrários, historicamente constituídos e que evoluem e se diferenciam em função de dinâmicas sociais (econômicas, políticas, técnicas) e dinâmicas ambientais.

Portanto, neste trabalho é utilizada a definição de sistemas pesqueiros que entende os mesmos como a interação entre o meio social (pescadores, relações sociais e econômicas) e o meio natural (ambientes aquáticos, condições climáticas).

Assim, os sistemas pesqueiros representam o conjunto de sistemas de produção, por intermédio dos quais os pescadores (artesanais ou industriais) intervêm sobre o ambiente aquático em uma determinada região, bem como as relações que estabelecem entre si e para com as demais atividades que, direta ou indiretamente, influenciam estes espaços.

De acordo com Pasquotto (2003),

[...] elaborar um esforço de reconstituição histórica acerca da evolução e diferenciação dos sistemas pesqueiros de uma determinada região pode proporcionar uma melhor compreensão das mudanças externas e internas que levaram à diferenciação destes e à evolução a um novo sistema. Conduzindo este processo até a atualidade, é possível entender as trajetórias distintas que resultaram na diferenciação social interna existente hoje em relação aos pescadores artesanais... (PASQUOTTO, 2003, p.29)

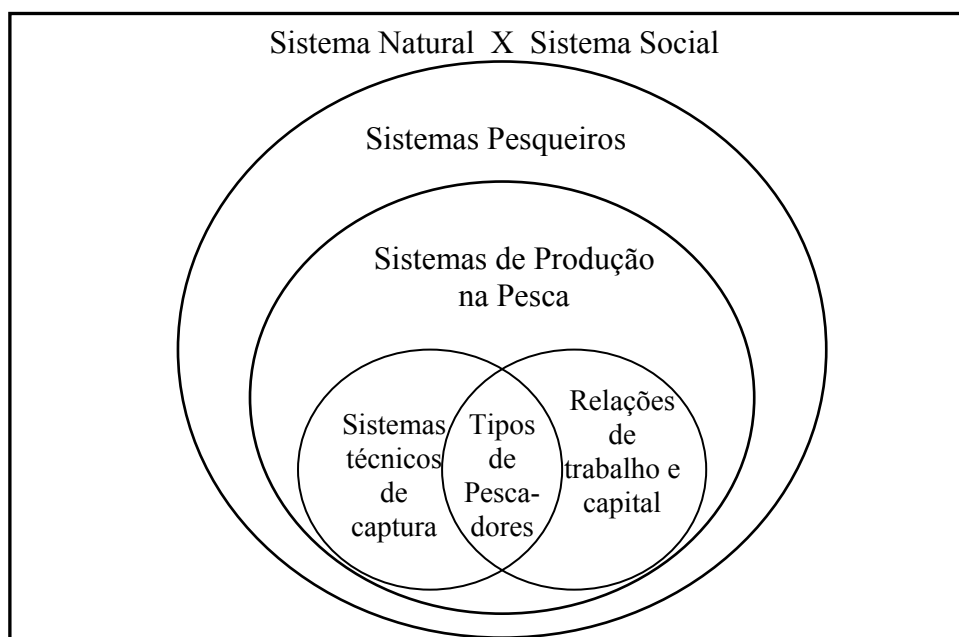
Desta forma, temos uma equivalência conceitual entre sistemas pesqueiros e sistemas agrários; assim como, neste trabalho, a definição utilizada para sistemas técnicos de captura entende os mesmos como equivalentes aos sistemas de cultivo e criação, formando o sistema de produção na pesca, juntamente com as relações de trabalho e capital estabelecidas.

Portanto, os sistemas pesqueiros são formados pela interação entre os sistemas social e natural, como, por exemplo, as relações entre pescadores e outros membros da comunidade, e entre os pescadores e o meio aquático. As transformações socioeconômicas e ambientais que propiciaram tais relações também determinam o sistema pesqueiro em uma determinada região e em um determinado período. (PASQUOTTO, 2003).

Os sistemas de produção na pesca estão inseridos nos sistemas pesqueiros e são, por exemplo, o sistema artesanal e o industrial. Esses são formados pelos diferentes sistemas técnicos de captura e pelas diferentes relações de trabalho implementadas. Ou seja, a pesca artesanal, por exemplo, possui diferentes tipos de subsistemas técnicos de captura e de relações de trabalho e capital, determinando diferentes tipos de pescadores.

Importante ressaltar que os sistemas de produção na pesca fazem parte dos sistemas pesqueiros, entretanto não determinam os mesmos, ou seja, para que se configure outro sistema pesqueiro devem ocorrer diversos outros fatores, tais como alterações sócio-econômicas significativas para a região. O quadro a seguir sistematiza tais definições.

QUADRO 1 – Esquema interpretativo da Teoria dos Sistemas Pesqueiros



Fonte: Elaborado pela autora.

Os componentes dos sistemas pesqueiros são influenciados por dinâmicas tanto de origem social como ambiental, em diferentes escalas. Estas dinâmicas são interpretadas pelos pescadores e suas famílias gerando alterações nas formas como eles interagem com a natureza, influenciando a evolução e diferenciação dos sistemas de produção na pesca e, por conseqüência, o próprio sistema pesqueiro. (PASQUOTTO, 2003).

No âmbito das dinâmicas sociais situam-se os processos econômicos, a regulamentação legal da atividade e a influência de políticas públicas, como aconteceu, por exemplo, no processo de modernização/industrialização do setor pesqueiro nas décadas de 1960 e 1970. Além disso, também se consideram as transformações ocorridas devido ao desenvolvimento da sociedade em que a comunidade se insere, como por exemplo, o crescimento das atividades turísticas e a especulação imobiliária.

Na esfera das dinâmicas naturais, situam-se as dinâmicas propriamente ambientais, como a variabilidade das condições climáticas; as dinâmicas biológicas, tais como a sazonalidade e outras características das espécies; e também as dinâmicas que resultam da influência antrópica, tais como a poluição e a degradação dos estoques de pescado pela intensidade da pesca industrial.

## **2.5 Operacionalização da pesquisa**

A seguir é apresentada a operacionalização da pesquisa, mais especificamente as etapas da pesquisa de campo e o método de análise dos dados obtidos.

### **2.5.1 Etapas de campo**

A metodologia apropriada para empreender a evolução e diferenciação dos sistemas pesqueiros passou, em um primeiro momento, por uma revisão bibliográfica a respeito das origens dos habitantes e da atividade pesqueira no município e as formas como era realizada, contextualizada pelas principais transformações econômicas e sociais.

Para tempos mais recentes, foram realizadas entrevistas com habitantes mais antigos, enfocando aspectos que tenham relação com a pesca artesanal, buscando se entender

a influência das transformações (sociais, econômicas, políticas, técnicas, ambientais) sobre as mudanças dos sistemas pesqueiros vivenciadas diretamente por eles e pelos demais membros da comunidade ao longo do tempo.

Além disso, com a história a partir da perspectiva de cada sujeito, se podem estabelecer conexões com a impressão destes a respeito dos fatos gerais da época e ter uma visão sobre a evolução histórica da atividade na região de estudo.

Nessa etapa foram entrevistadas cinco pessoas, todas nativas da Praia da Pinheira, com idades entre 63 e 82 anos, entre elas um professor de história aposentado. O critério utilizado primeiramente foi o de antiguidade na comunidade e, também buscou-se pessoas com diferentes classes sociais ou atividades, ou seja, alguns entrevistados provenientes de famílias de tradição pesqueira, outros de famílias de tradição agrícola, tais entrevistados estão brevemente descritos no Apêndice A. Essas entrevistas se realizaram nos meses de abril e maio de 2007, sendo que com alguns dos entrevistados houve mais de um encontro para que se obtivessem as informações necessárias.

Com o objetivo de manter o entrevistado orientado para o tema de interesse da pesquisa, foi necessário “pautar” esta reconstituição histórica em relação aos aspectos (categorias analíticas) que permitem reconstituir a evolução e diferenciação dos sistemas pesqueiros, tais como, as relações de trabalho em diferentes épocas, migrações e saídas de indivíduos da atividade, mudanças econômicas como a maior procura por determinadas espécies, acesso a políticas públicas, mudanças tecnológicas como a introdução do gelo e dos motores a combustão, variações nas disponibilidades dos estoques de recursos pesqueiros, problemas ambientais, mudanças estruturais como a construção de estradas e a implantação da luz elétrica.

Desta forma, foram entrevistados os pescadores e os nativos da região mais antigos, até se atingir o *ponto de saturação* em relação às informações necessárias para a composição deste mosaico, permitindo que se tenha uma visão sobre a evolução dos sistemas pesqueiros e sobre o processo de diferenciação social que produziu os atuais tipos de pescadores da Praia da Pinheira.

A partir desses dados, foi construída uma pré-tipologia dos atuais pescadores artesanais da Praia da Pinheira. Em seguida, foram feitas novas entrevistas abertas com cinco membros da comunidade e instituições que tenham informações gerais sobre os mesmos (tais como o presidente da colônia de pescadores), para que se possa confirmar a pré-tipologia, estabelecendo assim uma tipologia dos pescadores artesanais da região de estudo.

Nesta etapa, o critério de escolha dos entrevistados se baseou na sensibilidade da pesquisadora e nos contatos pré-estabelecidos pela mesma, priorizando-se pessoas que tivessem conhecimento sobre a pesca artesanal da Praia da Pinheira, mas não necessariamente pescadores (havendo entre os entrevistados ex-pescadores). Além disso, também se buscou pessoas com maior acessibilidade aos diferentes ambientes, ou seja, que transitam entre os meios sociais dentro da comunidade, assim como entrevistados com maior desenvoltura ou envolvimento em diversas atividades na comunidade, desta forma, foram entrevistadas pessoas de diversas idades, incluindo jovens. Estes entrevistados também se encontram brevemente descritos no Apêndice A.

Cabe mencionar que, de acordo com Pasquotto (2005), a elaboração de uma tipologia constitui uma representação limitada da realidade. Entretanto,

[...] esta se justifica no sentido de “trazer à tona” a diversidade que existe internamente ao grupo social – pescadores artesanais – freqüentemente tomados de forma homogênea. A separação destes em grupos distintos, tomando como base categorias construídas junto aos próprios pescadores, e por eles utilizadas em seu cotidiano, contribui para avaliar os impactos diferenciados, não apenas das políticas públicas, mas também de outros aspectos, como aqueles relacionados a questões ambientais ou técnico-produtivas, que também influenciam a reprodução social dessas famílias de pescadores artesanais. (PASQUOTTO, p.103).

Importante ressaltar ainda, a respeito dos instrumentos de pesquisa utilizados, que, por se investigarem aspectos relacionados com o comportamento ou com a subjetividade dos pescadores artesanais, foi necessária uma postura de “estranhamento”, ou seja, um olhar crítico frente aos fatos que a “construção teórica” prévia não é capaz de perceber.

Nesse sentido, além das entrevistas, a observação participativa se mostra um instrumento interessante para se exercitar esta postura. A convivência com o cotidiano da comunidade pôde fazer entender fatos aos quais a princípio não se dedicaria importância, trazendo à tona novos elementos para o tema em estudo ou para sua melhor contextualização.

Dessa maneira, a observação participativa revelou-se em um instrumento metodológico essencial para que a pesquisa produzisse reflexões teóricas relevantes e em sintonia com a realidade empírica.

Além disso, a proximidade e convivência com a comunidade propiciou o acesso a informações que não seriam reveladas de imediato. Nesse sentido, houve situações em que foi nítida a relutância do entrevistado, principalmente os mais antigos, em ceder a entrevista, até o momento em que se mencionou a proximidade da pesquisadora com algum parente ou amigo da família. Desta forma, o contato anterior, mesmo que como turista na Praia da

Pinheira, permitiu à pesquisadora uma maior facilidade em relação ao acesso às informações dos pescadores e demais entrevistados.

Na segunda etapa de campo, as entrevistas realizadas com informantes-chave apontaram a existência de cerca de 30 embarcações pesqueiras em atividade na Praia da Pinheira, trabalhando cada uma, em média, com dois pescadores. Além disso, confirmaram a pré-tipologia, isto é, a existência de três tipos de pescadores artesanais na Praia da Pinheira, os donos de embarcação, os tripulantes e os aposentados.

A terceira etapa de campo consistiu nas entrevistas com questionários semi-estruturados (Apêndice B) aplicados aos diferentes tipos de pescadores da Praia da Pinheira (brevemente descritos no Apêndice A), entre os meses de outubro e novembro de 2007. Nessa etapa foram realizadas 15 entrevistas, sendo que foram entrevistados pescadores de diferentes embarcações, ou seja, não foram aplicados questionários com pescadores de um mesmo barco, pois os dados quantitativos a respeito de captura e custos se repetiriam.

Uma primeira implicação metodológica é que as entrevistas foram realizadas de preferência com mais de um membro da família, uma vez que foram abordados aspectos técnico-produtivos (de domínio do homem, mas também, em muitos casos, da mulher pescadora), a percepção que eles têm dos problemas enfrentados, as estratégias implementadas pela família bem como outros elementos que constituem o seu modo de vida, tais como as relações com a comunidade e o conhecimento sobre o meio natural.

### 2.5.2 Análise dos dados

Os dados obtidos na primeira etapa de campo, através de entrevistas abertas e revisão bibliográfica foram utilizados na construção do capítulo 4 desta dissertação. Este capítulo trata da evolução e diferenciação dos sistemas pesqueiros na Praia da Pinheira, o que serviu de subsídio para o entendimento da diversidade de tipos de pescadores e de sistemas de produção verificados na atualidade.

A segunda etapa de entrevistas forneceu os dados a respeito dos atuais sistemas técnicos de captura de pesca artesanais implementados na Praia da Pinheira, utilizados no capítulo 5, e, além disso, forneceram as informações necessárias para a tipologia dos pescadores artesanais da Praia da Pinheira.

Os dados obtidos nas entrevistas com questionários semi-estruturados foram analisados entre os meses de novembro de 2007 e janeiro de 2008. Cada uma das 15 entrevistas gerou uma planilha de dados, os quais serviram de base para a avaliação sócio-econômica dos tipos de pescadores e das técnicas de captura de pesca utilizadas pelos mesmos, apresentadas no capítulo 6. A título de ilustração colocou-se no Apêndice B uma das planilhas de dados.

Os quadros 2 e 3 descrevem os indicadores utilizados na análise sócio-econômica dos sistemas técnicos de captura de pesca implementados pelos diferentes tipos de pescadores artesanais da praia da Pinheira.

QUADRO 2 – Indicadores sócio-econômicos utilizados para caracterização dos tipos de pescadores.

Indicador	Descrição
AF – autoconsumo familiar	Quantidade capturada das diferentes espécies de pescado, durante a safra, multiplicada pelo preço recebido por cada espécie destinada ao autoconsumo da família do pescador.
CI – consumo intermediário	Corresponde ao valor dos insumos e serviços adquiridos de outros agentes econômicos. São considerados intermediários por serem integralmente consumidos no decorrer da safra. O CI inclui despesas com insumos (combustível, gelo, rancho), manutenção de equipamentos e pagamento, em espécie (partilha da produção), dos outros pescadores que trabalham no sistema técnico de captura de pesca.
KI – capital Imobilizado	Corresponde ao somatório do valor do patrimônio imobilizado para a Atividade produtiva (embarcações, motores, “petrechos”).
OR – outras rendas	Outras rendas da família do pescador (aluguéis, aposentadorias, defeso, venda da força de trabalho, etc.)
PB – produto bruto	Quantidade capturada das diferentes espécies de pescado, durante a safra (ano), multiplicada pelo preço recebido por cada espécie. Integra o PB a quantidade total comercializada mais a quantidade destinada ao autoconsumo familiar dos diferentes integrantes do sistema técnico de captura.
RP – renda da pesca	Corresponde ao Produto Bruto (PB), menos o autoconsumo familiar (AF), menos o consumo intermediário (CI), dividido pelo número de partes (geralmente número de pescadores) conforme determinado em cada embarcação dos diferentes sistemas técnicos de captura. Ou seja, o valor em reais que o pescador recebe por sua mão-de-obra, por ano.
RT – Renda Total	Corresponde ao somatório de rendas da família do pescador, incluindo a renda da pesca, isto é, corresponde a outras rendas (OR) mais a renda da pesca (RP).
VAB – valor Agregado bruto	Corresponde à riqueza bruta produzida pelo sistema de produção na pesca durante a safra, ou seja, o produto bruto descontado do valor dos insumos e serviços de terceiros ( $VAB = PB - CI$ ).

Fonte: Elaborado pela autora.

QUADRO 3 – Indicadores combinados para caracterização sócio-econômica dos tipos de pescadores e sua descrição.

Indicador	Descrição
PB/CI	Indica o produto bruto gerado em razão de cada unidade monetária gasta com insumos. Fornece uma idéia da eficiência do uso de insumos externos na atividade.
OR/RT	Indica a participação de outras rendas na renda total familiar.
RT/ num fam	Renda total dividida pelo número de familiares, ou seja, o número de pessoas que vivem na mesma casa ou núcleo familiar que depende diretamente da atividade do pescador. Indica a renda <i>per capita</i> média das famílias de pescadores.

Fonte: Elaborado pela autora.

O capítulo 3, subsequente a este, traz uma contextualização da atividade pesqueira no Brasil e no Estado de Santa Catarina, baseada em dados bibliográficos, com o objetivo de apresentar o histórico e a problematização geral da atividade antes de focar a análise na pesca artesanal da Praia da Pinheira.



*O crescimento econômico está associado ao valor dos recursos  
(naturais ou não) que será maior em função de sua escassez.*

*Na lógica capitalista, é imprescindível que os recursos  
não existam em abundância porque esse fato lhes reduz o valor.*

*Se todos podem ter acesso à água, ao petróleo ou às sementes,  
estes bens certamente serão menos valorizados enquanto mercadores  
e, na perspectiva mercantil, é só assim que eles são vistos."*

Wilson da Costa Bueno

### 3. CONTEXTUALIZAÇÃO DA ATIVIDADE PESQUEIRA

Este capítulo trata da contextualização da atividade pesqueira. Primeiramente é feito um breve histórico da pesca e das políticas pesqueiras no Brasil, em seguida são analisados alguns dados sobre a atividade no Estado de Santa Catarina e algumas observações sobre a pesca artesanal no município de Palhoça, onde se situa a Praia da Pinheira.

#### 3.1 Breve histórico da pesca e das políticas pesqueiras no Brasil

Nesta seção são apresentadas as principais medidas tomadas pelo governo brasileiro ao longo da história, em relação à atividade pesqueira como um todo, e o reflexo das mesmas na pesca artesanal.

Conforme Abdallah (1998), a evolução das políticas pesqueiras no Brasil pode ser dividida em quatro períodos, segundo a intensidade dessas políticas, seus efeitos e características.

Durante os três primeiros períodos, de meados do século XIX até fevereiro de 1989, a política federal referente à atividade pesqueira criou órgãos específicos para regulamentá-la. Nesses períodos foram elaboradas regulamentações específicas para a pesca, pouco vinculadas com leis ambientais mais genéricas. Entretanto, na década de 90, a atividade foi alvo de mais ações da política de regulamentação, no sentido de organizar a produção pesqueira e aquícola no Brasil.

Estes períodos são apresentados mais detalhadamente, a seguir:

O **primeiro período** começou com o aparecimento dos primeiros atos legais relacionados à pesca, em meados do século XIX, e se estendeu até o início da década de 1930. Período que se caracteriza, segundo Abdallah (1998), por ações esporádicas e de pouca intensidade, pois, apesar de a atividade pesqueira existir desde o período colonial, sendo importante para subsistência de diversas comunidades, a mesma não era alvo de atenção do governo, o que não ocorria com outros recursos naturais, como, por exemplo, recursos florestais e metais preciosos.

Dessa forma, as principais medidas foram: em 1846 a promulgação da Lei 447, que divide os pescadores em “Distritos de Pesca” e atribui à Marinha a responsabilidade

administrativa pela pesca, determinando a obrigatoriedade da matrícula para os pescadores profissionais. Os Distritos de Pesca são considerados os embriões das futuras Colônias de Pescadores.

Em 1912 a responsabilidade administrativa da pesca é transferida para o Ministério da Agricultura com a criação da Inspetoria de Pesca. Dividida a pesca em dois ramos, cabe ao Ministério da Marinha a responsabilidade pelos pescadores, suas embarcações, suas colônias e a fiscalização da pesca. A lei que criou a Inspetoria de Pesca, no seu Artigo 65, determinava a criação de Colônias de Pescadores, nos lugares mais convenientes. Essa nova ordem não teve êxito. (ESPÍRITO SANTO, 2007)

A responsabilidade administrativa da pesca volta ao Ministério da Marinha, depois de cinco anos. Passados dois anos, parte do Rio de Janeiro com destino ao Pará, o cruzador José Bonifácio sob o comando do capitão-de-corveta Frederico Villar, com a tríplice missão de Nacionalização da Pesca, Organização dos Serviços de Pesquisas Oceanográficas e Saneamento do Litoral. (ESPÍRITO SANTO, 2007).

A missão organiza, durante quatro anos, cerca de oitocentas colônias cooperativas, funda cerca de mil escolas, matricula cerca de cem mil pescadores. O objetivo dessas colônias, segundo seus idealizadores, era criar pontos de fiscalização da pesca, vigilância da costa e de defesa nacional de fácil mobilização. (ESPÍRITO SANTO, 2007).

Em janeiro de 1923, o Ministério dos Negócios da Marinha aprova, através do Aviso nº 194, os Estatutos das Colônias de Pescadores; nesse mesmo ano, o Ministério dos Negócios da Marinha, através do Aviso nº 568, aprova os Estatutos da Confederação Geral dos Pescadores do Brasil e os da Confederação das Colônias de Pescadores dos Estados; neste mesmo documento é criada a Caixa de Socorro da Pesca, com o objetivo de promover serviços de revenda de material de pesca, financiamento de insumos e de provimento das necessidades da Confederação Geral dos Pescadores do Brasil. (ESPÍRITO SANTO, 2007).

Em 1924 é criado, pelo Ministério da Marinha, o Entreposto Federal da Pesca no Rio de Janeiro; nesse mesmo período é instalada a Confederação Geral dos Pescadores do Brasil. Em 1932, é extinto o Serviço da Pesca e Saneamento Básico do Litoral da Diretoria de Portos e Costas do Ministério da Marinha e criada, no Ministério da Agricultura, no Departamento de Indústria Animal, a Divisão de Caça e Pesca e, em seguida, é instalado o Serviço de Caça e Pesca. (ESPÍRITO SANTO, 2007).

O **segundo período** definido por Abdallah (1998) começou em 1932 e permaneceu até setembro de 1962, durante o qual foram estabelecidas importantes regulamentações da atividade pesqueira.

Entretanto, as regulamentações voltadas para o ordenamento pesqueiro, no sentido de estabelecer regras de acesso aos recursos pesqueiros, não foram relevantes. Segundo Abdallah (1998), nesse período, a atenção estava voltada para a promoção do desenvolvimento e organização do Sistema Agroindustrial do Pescado no Brasil, uma vez que a questão da sustentabilidade do recurso pesqueiro não era importante, pois, segundo a autora, o volume capturado não representava impacto à reprodução biológica dos cardumes.

Contudo, a década de 30 é um marco de referência na história da política de regulamentação da atividade pesqueira do Brasil. Essa década e a primeira metade da década de 1940 caracterizam-se pela presença de um Estado forte, com grande poder regulamentador, que definiu códigos referentes ao uso de recursos naturais renováveis. Foram criados Códigos para água, para floresta e o Código da Pesca (em 1938) com legislações específicas para a atividade pesqueira no País.

Em outubro de 1942, através do decreto-lei nº 4.830, as Colônias de Pescadores passam para a jurisdição do Ministério da Marinha, subordinadas aos Comandos Navais e às Capitânicas dos Portos, para os assuntos de vigilância e defesa das águas territoriais, permanecendo o fomento e a orientação técnica a cargo do Ministério da Agricultura.

Em maio de 1943, é criada a Comissão Executiva da Pesca, com o objetivo de organizar cooperativamente a pesca no País. São extintos o Conselho Nacional de Pesca, as Federações Estaduais de Pescadores e a Confederação Geral dos Pescadores do Brasil. As colônias deveriam ser transformadas em cooperativas.

Em 1950, são aprovados pela portaria 478 do Ministério da Agricultura, os estatutos para Confederação Geral dos Pescadores do Brasil, para as Federações Estaduais de Pescadores e para as Colônias de Pescadores.

Em junho de 1961, através do decreto-lei nº 50.872, é criado o Conselho de Desenvolvimento da Pesca – CONDEPE, passando a Divisão de Caça e Pesca a ser executora das recomendações daquele Conselho.

O **terceiro período** caracterizou-se por nova onda de regulamentações específicas da atividade pesqueira. Este iniciou em outubro de 1962, com a criação da Superintendência para o Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE, e se estendeu até fevereiro de 1989. A SUDEPE é criada como autarquia vinculada ao Ministério da Agricultura, com o objetivo do desenvolvimento da pesca.

De acordo com Abdallah (1998), no Brasil, a atividade pesqueira tomou maior impulso a partir da década de 60. E a política de incentivo à produção pesqueira iniciou-se em 1967 com a promulgação do decreto-lei 221.

Este decreto revogou o Código da Pesca, determinando a reorganização e a regulamentação das atividades das Colônias de Pescadores, Federações e Confederação Geral dos Pescadores do Brasil, nomeada como Confederação Nacional dos Pescadores.

O decreto-lei 221 incluiu essa atividade entre as relacionadas com o desenvolvimento do País, permitindo deduções tributárias para investimentos em projetos pesqueiros. Além disso, o decreto-lei 221 permitiu a isenção de impostos e taxas federais para a importação de máquinas, equipamentos e instrumentos em geral para a captura, industrialização, transporte e comercialização do pescado.

Analisando a política de incentivo à produção pesqueira, observa-se que os incentivos fiscais concedidos a empreendimentos pesqueiros, de 1967 a 1986, contribuíram significativamente para ampliar a produção nacional de pescado e o parque industrial processador desse produto.

Em 1973 é criado, em convênio com o Ministério da Agricultura/INCRA/BNCC e SUDEPE, o Plano de Assistência à Pesca Artesanal – PESCART, com o objetivo de prestar assistência técnica aos pescadores e às suas organizações. Através deste plano, muitas colônias são reorganizadas administrativamente.

A portaria 471, de 1973, do Ministério da Agricultura, aprova os novos estatutos para as Colônias de Pescadores, e em 1975, a portaria nº 323 do Ministério da Agricultura aprova os novos estatutos para as Federações Estaduais de Pescadores.

Em novembro de 1980, o decreto nº 85.394 cria o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Pesqueiro e inclui na sua estrutura uma Coordenação de Extensão, com o objetivo de prestar assistência técnica aos pescadores artesanais. O serviço anteriormente prestado pelo PESCART é absorvido pelo novo órgão.

Finalmente, o **quarto período**, o qual se estende até os dias atuais, iniciou em março de 1989 e tem como marco a criação do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, estabelecendo uma conduta diferente das anteriormente tomadas para conduzir a atividade pesqueira. Com a criação do IBAMA, a SUDEPE é extinta, passando o fomento e o ordenamento da pesca para o Instituto.

Conforme Pasquotto (2005), a partir da década de 1990, com os impactos sociais e ambientais causados pelo modelo de desenvolvimento adotado para o setor pesqueiro, começam a surgir iniciativas de políticas públicas mais específicas para a pesca artesanal.

Nesse sentido, evoluiu a legislação ambiental, que estipulou períodos de proibição da pesca, os chamados “defesos<sup>1</sup>”.

Como medida compensatória, a lei nº 8.287 de 20 de dezembro de 1991, institui o seguro desemprego para a pesca artesanal, concedendo ao pescador o direito de receber um salário mínimo a cada mês em que a pesca está proibida. Os pescadores artesanais passam também a se enquadrar como beneficiários do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar), criado através do decreto-lei nº 1.946, de 28 de junho de 1996 (PASQUOTTO, 2005).

Em janeiro de 1999, é criada a medida provisória nº 1.795, que passa as atribuições de fomento da Pesca e Agricultura para o Ministério da Agricultura e do Abastecimento, através das Delegacias Federais de Agricultura – DFAs nos respectivos Estados da federação, tendo uma coordenação através do Departamento de Pesca e Aqüicultura – DPA.

Em janeiro de 2003, a medida provisória nº 103, entre outras determinações, criou a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca – SEAP, um órgão que tem caráter de ministério, com o objetivo de assessorar direta e indiretamente o presidente da República na formulação de políticas e diretrizes para o desenvolvimento e o fomento da produção pesqueira no País.

Analisando esse histórico, algumas constatações interessantes quanto à evolução da atividade pesqueira no Brasil foram diagnosticadas por Abdallah (1998), tais como:

a) no período de 1960 a 1994, 78% da produção média do pescado nacional são de origem marítima e 22% de água doce. Nos anos 90, a participação do pescado de água doce começa a crescer. Esse comportamento é atribuído, em grande parte, ao início da sobrepesca marítima e ao avanço da aqüicultura. Nesse contexto, tanto a política orientada para regulamentar a exploração do recurso pesqueiro como a que concedeu incentivos fiscais ao desenvolvimento da pesca no país são responsáveis pela sobreexploração do recurso pesqueiro de livre acesso. (ABDALLAH, 1998).

b) A produção brasileira do pescado nos anos 90 situa-se em torno de 660 a 700 mil toneladas/ano. As regiões que produzem a maior quantidade do pescado no Brasil são Sudeste e Sul, onde predominam produtos de baixo valor unitário. A Região Nordeste produz pescado fino e de elevado valor unitário. Essa concentração da produção regional do pescado é fruto da alocação dos incentivos fiscais à pesca sobre as regiões. Constatou-se que as

<sup>1</sup> Períodos definidos pelo IBAMA, nos quais a pesca de determinadas espécies é proibida, em determinados Estados, em função da reprodução das mesmas.

Regiões Sudeste e Sul receberam, juntas, 77,52%, enquanto a Região Nordeste ficou com 15,27% do total de incentivos fiscais à pesca captados até o ano de 1985. (ABDALLAH, 1998).

c) O Brasil exporta menor quantidade de pescado fino e de alto valor unitário e importa maior quantidade de pescado de menor valor unitário. A grande quantidade importada de pescado no Brasil é reflexo do efeito da política pesqueira nacional sobre o estoque de matéria-prima, uma vez que a implementação dessa política contribuiu para instalar um parque industrial relativamente grande, ativando a demanda pelo pescado de menor valor, matéria-prima básica para as características da indústria nacional, principalmente nas regiões Sudeste e Sul. (ABDALLAH, 1998).

O número de estabelecimentos industriais de preparação e fabricação do pescado, durante o período de incentivos fiscais, aumentou significativamente, passando de 174 em 1970 para 272 estabelecimentos em 1985, mostrando uma taxa média de crescimento anual de 3%; enquanto essa taxa entre 1985 e 1995 (período posterior à política de incentivos) foi muito pequena (0,18%). (ABDALLAH, 1998).

Exposto o histórico anterior, a seguir são apresentados dados recentes referentes à atividade pesqueira no Estado de Santa Catarina e algumas observações pontuais sobre a pesca no município de Palhoça, onde se localiza a Praia da Pinheira, foco de análise deste trabalho.

### **3.2 A pesca no Estado de Santa Catarina**

A costa de Santa Catarina tem extensão de 531 km, correspondendo a 7% do litoral brasileiro. Abrange 34 municípios, com população de 1.917.719 pessoas. De acordo com a Fundação de Amparo à Pesquisa de Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva – PROZEE (2005), o Censo Estrutural da Pesca<sup>2</sup> realizado em 2005 identificou 337 localidades onde ocorre pesca artesanal. As principais atividades econômicas nesses locais são a pesca, turismo, serviços e agricultura.

<sup>2</sup> Executado pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Recursos vivos na Zona Econômica Exclusiva – FUNDAÇÃO PROZEE, patrocinado pela Secretaria Especial de Pesca e Aquicultura da Presidência da República – SEAP. Convênio SEAP/IBAMA/PROZEE.

Atualmente, o Estado de Santa Catarina destaca-se em nível nacional como um dos maiores produtores de pescado. A atividade pesqueira engloba várias modalidades e emprega, na sua grande maioria, embarcações motorizadas.

Segundo a EPAGRI (2004), a pesca praticada no litoral é uma atividade econômica e social importante, tendo em vista o grande número de famílias que dela dependem. Cerca de 40 mil catarinenses estão envolvidos profissionalmente na atividade, incluindo os ligados à indústria e à pesca artesanal; esta é integralmente destinada ao mercado estadual, enquanto a primeira chega a outras unidades da Federação.

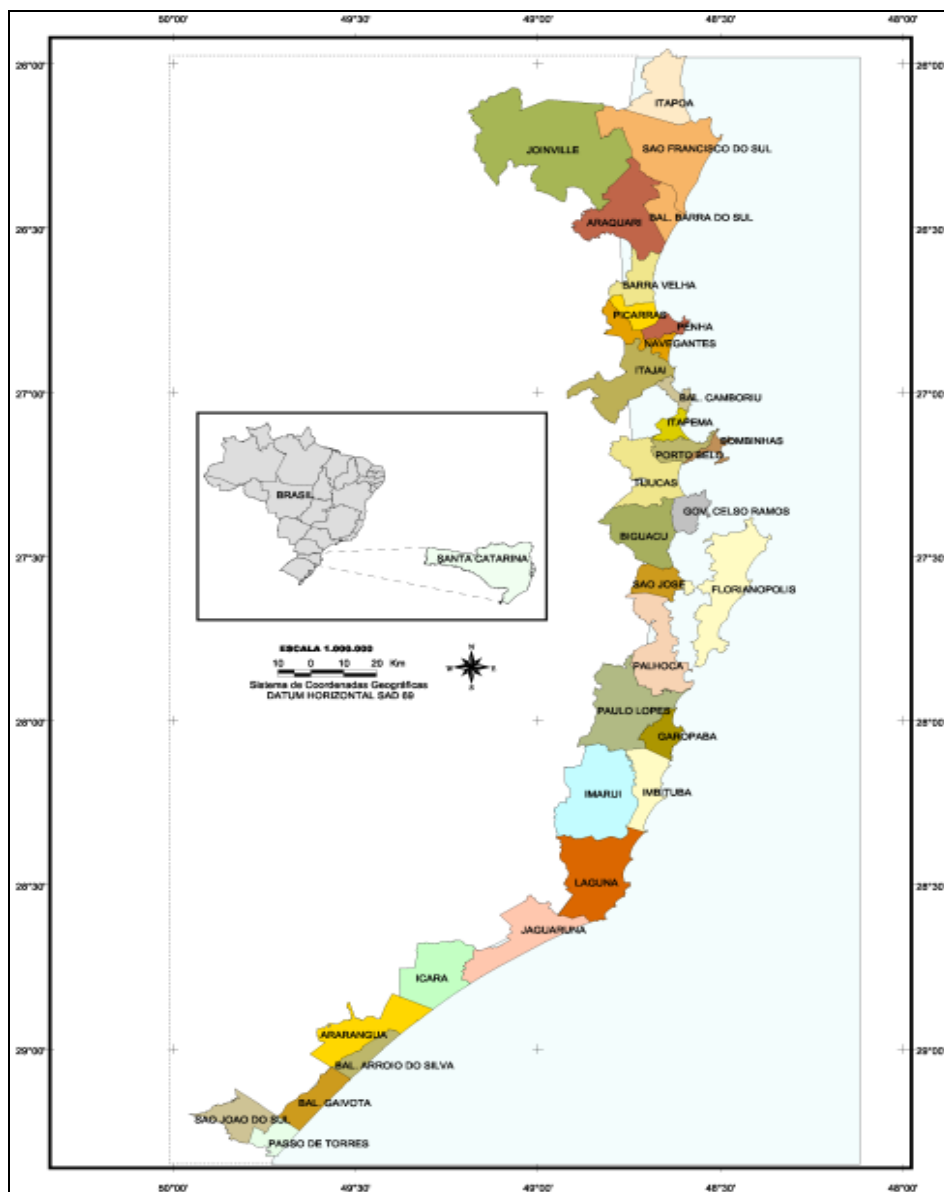


FIGURA 1 – Municípios do litoral do Estado de Santa Catarina.

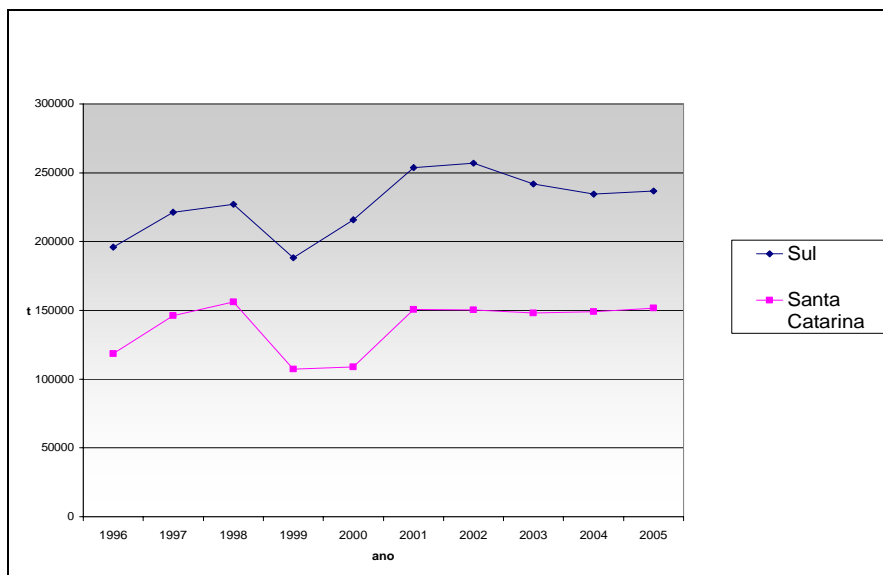
Fonte: PROZEE (2005).



Conforme dados do IBAMA (2005), a produção pesqueira total de Santa Catarina representou no período entre 1996 e 2005, em média, 15% da produção total do Brasil e mais de 60% da produção total da Região Sul.

O gráfico a seguir demonstra a evolução da produção pesqueira do Estado de Santa Catarina e da Região Sul do Brasil. Analisando o gráfico, percebe-se a evolução similar da produção da Região Sul do Brasil e da produção do Estado de Santa Catarina. Além disso, pode-se observar a diminuição da produção no período entre os anos 1998 e 2000 e, em seguida, a tendência de estabilidade na produção total com variações pouco significativas.

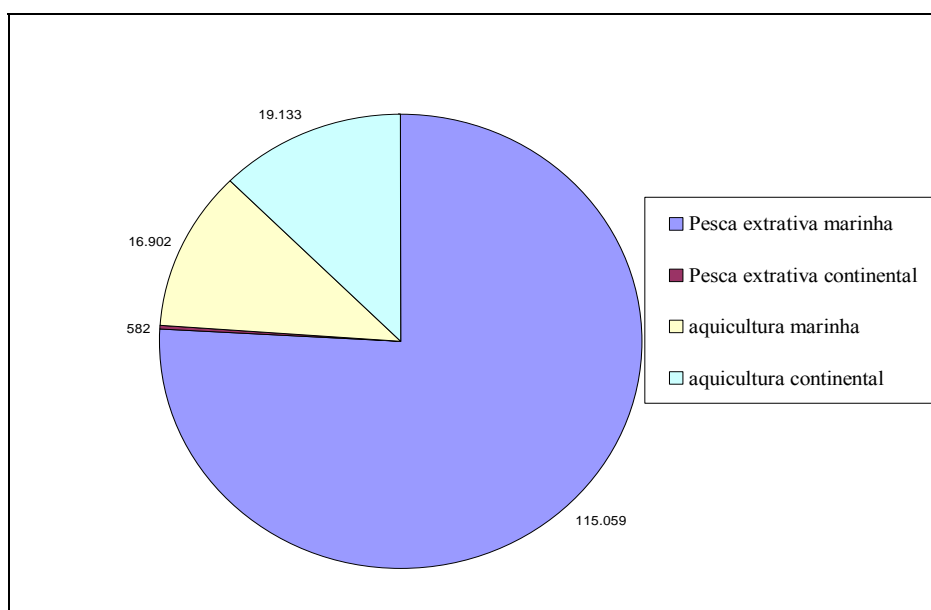
GRÁFICO 1 – Evolução da produção total de pescado na Região Sul do Brasil e no Estado de Santa Catarina, entre os anos 1996 e 2005.



Fonte: Elaborado pela autora, dados do IBAMA (2005).

De acordo com os dados do IBAMA (2005), a pesca extrativa marinha representa a maior parte da produção do Estado, com mais de 115.000 toneladas em 2005, o que equivale a mais de 75% da produção total do Estado. Desse total, mais de 9.000 toneladas provêm da pesca artesanal. O gráfico a seguir demonstra a distribuição da produção de pescado em Santa Catarina, no ano de 2005.

GRÁFICO 2 – Produção total de pescado de Santa Catarina em toneladas, por modalidade, no ano de 2005.



Fonte: Elaborado pela autora, dados do IBAMA (2005).

A cidade de Itajaí abriga o principal porto pesqueiro do estado, basicamente voltado para a pesca industrial. Na pesca artesanal destacam-se os municípios de Laguna, Itapoá, Palhoça, Penha, Porto Belo, Governador Celso Ramos, Florianópolis e Passo de Torres.

Conforme PROZEE (2005), os acessos aos locais de desembarque em geral são de estrada de terra. Os locais de maior dificuldade de acesso encontram-se nas regiões lagunar e estuarina (Baía da Babitonga, lagoas de Santo Antônio, Imaruí e Mirim). As localidades com melhor infra-estrutura de serviços estão situadas próximas às sedes dos municípios, principalmente dos mais populosos. Destacam-se os municípios de Florianópolis, São Francisco do Sul, Navegantes, Laguna, Penha e Balneário Camboriú.

Em geral, as localidades possuem carpinteiros que promovem reformas e consertos nas embarcações artesanais. Segundo PROZEE (2005), o Censo Estrutural da Pesca identificou, no total, 17 estaleiros, destacando-se os de Porto Belo com 3; Penha, 2; Navegantes, 2 e Garopaba, 3. Ademais, registraram-se 106 serviços de carpintaria, com destaque para os municípios de Laguna com 13; Garopaba, 13; Biguaçu, 7 e Imbituba, 6.

De acordo com PROZEE (2005), nos locais de desembarque da pesca artesanal em Santa Catarina a produção pesqueira é entregue a intermediários ou comercializada diretamente pelos pescadores. Em alguns municípios, as prefeituras construíram estruturas para venda do pescado diretamente ao consumidor (mercados de peixe) pelos próprios produtores, com o suporte de conservação em caixas de isopor com gelo ou de “freezer”.

Para o segmento artesanal da pesca, PROZEE (2005) relatou a inexistência de outras estruturas como câmaras frias, que possibilitem o armazenamento do pescado; as registradas são utilizadas pelas empresas do ramo industrial. Os peixes e camarões, em sua maior parte, são comercializados inteiros. No caso do camarão sete-barbas, em algumas comunidades, é efetuado o descascamento do produto, que é embalado e vendido para o consumidor final, peixarias e restaurantes. O quadro abaixo mostra o destino da produção no município de Palhoça, segundo os dados de PROZEE (2005) obtidos através do Censo Estrutural da Pesca.

TABELA 1 – Destino do pescado do município de Palhoça em 2005.

Destino Município	Peixe (%)			Camarão (%)		
	Fica na comunidade	Sede do município	Outros locais	Fica na comunidade	Sede do município	Outros locais
Palhoça	22	58	20	50	45	5

Fonte: Adaptado pela autora, dados do PROZEE (2005).

De acordo com Martins (1995), a pesca artesanal é uma atividade que se caracteriza por não utilizar embarcações ou por utilizar barcos de até oito metros de comprimento, geralmente sem sistema de conservação, e com menor poder de pesca no mar, conseqüentemente suas atividades de pesca ficam restritas a uma área menor.

A pesca artesanal em Santa Catarina é realizada em toda a extensão da costa litorânea, em diferentes ambientes aquáticos: mar aberto, baías, lagoas e estuários. Estes ambientes, por possuírem características próprias que os distinguem entre si, determinam a forma de exploração dos seus recursos pesqueiros e, em função dela, as condições sociais e econômicas da população que os exploram.

O Censo Estrutural registrou a existência de 5.313 embarcações pesqueiras. Quanto ao comprimento da frota pesqueira, cerca de 90% dos barcos têm entre 4 e 12m de comprimento. Os de menor porte e autonomia são as canoas e os caicos, com um comprimento médio de 6,19 e 4,84 m, respectivamente. Já o grupo dos arrasteiros e das baleeiras alcançou os maiores comprimentos totais, atingindo 10,25 e 11 m, em média. A grande maioria das embarcações tem casco de madeira (97,3%), sendo registrada apenas uma embarcação artesanal de aço (bote c/ cabine), observando-se ainda pesqueiros de alumínio, fibra e misto fibra/madeira. (PROZEE, 2005).

As embarcações motorizadas correspondem a, aproximadamente, 60% da frota cadastrada e são representadas, principalmente, pelos botes com e sem cabine, os arrasteiros e

parte expressiva das bateiras e canoas, cuja participação das motorizadas em seus grupos é de 47,2% e 28,8%, respectivamente.

A frota artesanal catarinense é relativamente nova, entre os dados coletados, evidenciou-se que 45,6% têm menos de 5 anos de construção e 68,6% menos de 10 anos. O município que detém o maior número de embarcações é Laguna, com 1.306 unidades, prevalecendo as bateiras e botes sem cabine, em número superior a 1.000.

Cabe ressaltar que as mesmas não constituem propriamente meios de produção, mas são utilizadas para deslocamento e transporte do pescado nas pescarias efetuadas no interior do complexo lagunar. Seguem-se os municípios de Imaruí, com 561 unidades; Biguaçu, 364; São Francisco do Sul, 344; Joinville, 279 e Garopaba, 240.

A tabela a seguir mostra a distribuição da frota artesanal no município de Palhoça por tipo de embarcação.

TABELA 2 – Distribuição da frota artesanal no município de Palhoça, por tipo de embarcação.

Município	Tipos de embarcações						Total
	Bateira	Chalupa	Bote s/cabine	Bote c/cabine	Canoa	Baleeira	
Palhoça	8	1	26	4	12	12	63

Fonte: Adaptado pela autora, dados do PROZEE (2005).

Segundo o Centro de Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca – CEDAP (2003), atualmente existem cerca de 25 mil pescadores profissionais em Santa Catarina, organizados em 32 colônias congregadas à Federação dos Pescadores de Santa Catarina. Em diversos municípios existem associações de pescadores e, em Florianópolis, um Sindicato dos Pescadores, mas sem expressão junto à classe artesanal.

Conforme dados de BRASIL (2006), os pescadores de Santa Catarina representam mais de 50% dos pescadores da Região Sul do Brasil, a maioria não possui o ensino fundamental completo e mais de 70 % são homens.

As principais pescarias artesanais são o arrasto de camarões e a pesca com redes de emalhe; no complexo lagunar sul prevalece a pesca com armadilha fixa (aviãozinho), para a captura de camarão-rosa. Dentre as espécies mais capturadas destacam-se os camarões (sete-barbas, rosa e branco), tainha, corvina, anchova e papa-terra.

Conforme Martins (1995), o nível socioeconômico da população pesqueira artesanal em Santa Catarina é relativamente baixo, com exceção de uma minoria que pratica a pesca

semi-industrial, com embarcações de porte médio. Situação que se deve principalmente a fatores que concorrem para o depauperamento dos ambientes de pesca, tais como:

- Pesca predatória indiscriminada praticada tanto pela frota artesanal quanto industrial;
- A excessiva exploração do pescado, sem preocupação com a preservação das espécies;
- A grande poluição em ambientes com pouca renovação de água;
- Assoreamento natural dos canais e rios que impedem a migração genética de várias espécies de peixes e crustáceos. (MARTINS, 1995. p.10-2).

Além disso, segundo Martins (1995), o pescador artesanal em geral, se sujeita aos intermediários, configurando uma situação de dificuldade de manutenção na atividade pesqueira artesanal.

Além desses aspectos relativos especificamente à atividade pesqueira artesanal, fatores socioeconômicos em um nível de abrangência maior também trouxeram importantes reflexos para os pescadores artesanais do Estado de Santa Catarina, tais como o crescimento do turismo e a especulação imobiliária.

Esses fatores repercutem de diferentes formas em diferentes regiões ou comunidades, pois na medida em que surgem oportunidades de complementação da renda familiar, os pescadores podem passar a exercer outras atividades, tais como a prestação de serviços ligados ao turismo. Contudo, os resultados desses fatores podem não ser positivos para as comunidades pesqueiras, como por exemplo, no caso da especulação imobiliária, quando muitas vezes os pescadores vendem seus terrenos na beira da praia por valores irrisórios.

Desta forma, é importante que se identifiquem e se analisem os fatores que tiveram influência na atividade pesqueira da Praia da Pinheira, o que se descreve no capítulo a seguir, com o estudo da evolução e diferenciação dos *Sistemas Pesqueiros*.

## **Vilarejo**

*Há um vilarejo ali  
Onde areja um vento bom  
Na varanda, quem descansa  
Vê o horizonte deitar no chão*

*Pra acalmar o coração  
Lá o mundo tem razão  
Terra de heróis, lares de mãe  
Paraiso se mudou para lá*

*Por cima das casas, cal  
Frutas em qualquer quintal  
Peitos fartos, filhos fortes  
Sonho semeando o mundo real*

*Toda gente cabe lá  
Palestina, Shangri-lá  
Vem andar e voa  
Vem andar e voa  
Vem andar e voa*

*Lá o tempo espera  
Lá é primavera  
Portas e janelas ficam sempre abertas  
Pra sorte entrar*

*Em todas as mesas, pão  
Flores enfeitando  
Os caminhos, os vestidos, os destinos  
E essa canção*

*Tem um verdadeiro amor  
Para quando você for*

Marisa Monte, Pedro Baby, Carlinhos Brown e Arnaldo Antunes

## **4 EVOLUÇÃO E DIFERENCIAÇÃO DOS SISTEMAS PESQUEIROS NA PRAIA DA PINHEIRA – SC**

Este capítulo trata da evolução e diferenciação dos sistemas pesqueiros na Praia da Pinheira, com o objetivo de servir de subsídio para o entendimento da diversidade de tipos de pescadores e de sistemas de produção verificados na atualidade. As informações aqui apresentadas procedem de revisão bibliográfica e entrevistas com pessoas mais antigas e informantes-chave desta comunidade.

Na primeira parte é feita uma descrição dos aspectos físicos da região, tais como relevo, vegetação e hidrografia. As seções seguintes descrevem os quatro sistemas pesqueiros da Praia da Pinheira. No final do capítulo encontra-se um quadro síntese das variáveis utilizadas para a análise da evolução dos sistemas pesqueiros da Praia da Pinheira.

### **4.1 Descrição da Região**

A Praia da Pinheira localiza-se no distrito de Enseada de Brito, o qual pertence ao município de Palhoça, que é um dos mais extensos do litoral catarinense, com 323 km<sup>2</sup>, e densidade demográfica de 371 hab/km<sup>2</sup>. Mas, dessa área total, 235 km<sup>2</sup> são de área de preservação permanente (ou seja, 73% do território) devido à presença de duas unidades de conservação: o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro e o Parque Ecológico Municipal dos Manguezais.

Quanto ao relevo, predominam as planícies e as serras com menos de 1000 metros. A região apresenta baías, restingas, praias, dunas, costões, mangues, rios, banhados e maciços rochosos da Serra do Mar.

A forma relevo de morros ocupa 90% do distrito de Enseada de Brito, e 70% do município. A Serra do Tabuleiro, que é parte da Serra do Mar, ocupa a maior parte da região, com elevações em torno de 800 metros, destacando-se o pico do Cambirela com 1060m de altura.

O solo predominante em toda a região de baixadas é de argila arenosa, de grande valor para o cultivo da mandioca, milho, feijão, frutas, verduras e impróprio para o cultivo do

trigo, cevada, culturas típicas dos Açores; motivo de os colonizadores terem modificado parte de sua produção agrícola ao se estabelecerem na região a partir de 1750.

Os leitos de rios e as dunas apresentam solos arenosos, que são extraídos para construção civil. Também existem alguns filões de solos argilosos brancos, próprios para as indústrias de cerâmica. Nas partes mais altas têm-se solos rochosos do tipo cristalino, e o solo tipo ilha (barro vermelho), com perfil bastante profundo, predominando o teor de argila. Estes têm larga utilização na construção civil.

Em relação à vegetação, na região predomina a vegetação Floresta Ombrófila (Mata Atlântica), com vegetação de mata Atlântica original, nas áreas mais elevadas, e secundária nas áreas de encostas e baixas, onde se desenvolveram atividades agrícolas.

Até o século XVIII, a vegetação estava quase intacta, atualmente está bem descaracterizada pela ação antrópica (extração de madeira, culturas cíclicas e formação de pastagens), restando como remanescente a área de Floresta Montana, compreendida pela Serra do Tabuleiro. A vegetação secundária, sem palmeiras, constitui o padrão dominante na área junto com culturas cíclicas.

Têm-se predominantemente os três tipos de vegetação, descritas a seguir:

- Floresta Montana – é a mais desenvolvida, com espécies chegando a mais de 20m de altura e troncos com 2m de diâmetro, despertando a cobiça comercial dos madeireiros, que a devastaram até que fosse estabelecido o parque.
- Vegetação sub-Montana e herbácea junto ao mar – tem grande resistência à salinidade, radiação e vento. Teve grande importância na fixação do homem, pois foi aquela com que ele mais manteve contato e se utilizou, nas lides domésticas, nas atividades agrícolas e no uso para chás e unguentos.
- Vegetação de Dunas Internas e Planícies – constituída predominantemente de espécies subarbustivas, podendo haver herbáceas e pequenos arbustos. Está presente em toda a faixa litorânea do município.

Quanto aos recursos hídricos, a parte leste do município é banhada pelo Oceano Atlântico, onde deságuam todos os rios da região, todos de pequena extensão, não indo além dos 100 km. Os principais são: Maruim, Passa Vinte, Aririú, Cubatão, Maciambu e Rio da Madre.



O município possui diversas praias, sendo a Praia da Pinheira a mais extensa com quase 10 km. Na região de estudo também estão a Praia de Cima da Pinheira, com aproximadamente 1 km de extensão, a Prainha, com aproximadamente 200 m; e a Guarda do Embaú, localizada na desembocadura do Rio da Guarda (Rio da Madre) sendo cortada por este. Uma pequena extensão fica junto ao costão, com aproximadamente 150 m. A outra parte exige a travessia do rio, se estendendo por aproximadamente 6 km, no final, ao sul, recebe o nome de Gamboa.

As duas reservas ambientais do município são descritas brevemente a seguir, sendo que apenas o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro pertence à região específica de estudo deste trabalho:

- Parque Ecológico Municipal dos Manguezais – criado em 1996. Com 117 mil m<sup>2</sup>, abriga 506 ha de mangue, constituindo a maior área de manguezais da América Latina.
- Parque Estadual da Serra do Tabuleiro – criado em 1975, com área de 87.504 ha localizado na porção centro oriental do Estado de SC, ocupa todo o maciço cristalino formado pelas Serras do Tabuleiro e do Cambirela, parte setentrional da Serra do Capivari e uma pequena faixa litorânea (desde a foz do Rio Maciambu até a ponta da Gamboa), abrangendo ainda as ilhas: Siriú, Coral, Moleques do Sul, Três Irmãs, Araçatuba (onde se localiza a Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição) e Ilha dos Cardos.

Na Figura 2, se podem observar as diferentes unidades de paisagens presentes na região, descritas a seguir.



Escala: 1:11500.000

FIGURA 2 – Foto de satélite da região da Praia da Pinheira – SC.

Fonte: Google Earth. Disponível em [www.google.com](http://www.google.com).

A unidade de paisagem I refere-se ao conjunto de encostas que se estende desde a Praia de Cima até a Praia da Guarda do Embaú.

Na unidade de paisagem II se tem a planície costeira, constituída de vegetação de Dunas.

A unidade de paisagem III é caracterizada pela restinga, com solos mal drenados e vegetação sub-montana e herbácea.

A unidade de paisagem IV é caracterizada pela presença de mangues, do Rio da Madre, ao Sul, e ao Norte, o mangue do Rio Maciambu.

Finalmente, na unidade de paisagem V, já além da BR-101, se tem a parte Sul da Serra do Tabuleiro, com a predominância de Mata Atlântica.

Através dos tempos, os habitantes da região utilizaram estes diferentes espaços de diferentes formas, o que se reflete na história da comunidade e sua forma de interação com o meio ambiente, e é analisado nas seções seguintes.

## 4.2 O Sistema Pesqueiro Indígena – antes de 1750

Existem evidências da presença do homem no litoral de Santa Catarina desde 5000 AP (SANTOS, 2004). Na região da Praia da Pinheira foram encontrados diversos sambaquis, sítios de sepultamentos e sinalizações rupestres. Na Praia da Pinheira foi identificado um Sambaqui de 30x20x1 metros e um sepultamento humano na encosta do morro, também foi localizado um sítio cerâmico e estações líticas. (FARIAS 2004).

Outras evidências dos primeiros povos são as inúmeras sinalizações rupestres ainda hoje presentes nas pedras da Praia da Pinheira (FIGURA 3), da Guarda do Embaú e da Ilha dos Corais. De acordo com Prous (1992) “os únicos achados de ‘arte rupestre’ incontestáveis no litoral brasileiro foram feitos em cinco ilhas de Santa Catarina” (PROUS, 1992, p.267).

Sobre esses primeiros habitantes de que se tem registros históricos, os chamados homens de sambaquis, sabe-se que não conheciam metais, utilizavam como instrumentos dentes e ossos de animais e pedras polidas, eram seminômades e alimentavam-se basicamente de caça, pesca e coleta de moluscos. (PROUS, 1992; FARIAS, 2004; LUCAS, 1997).



FIGURA 3 – Inscrições Rupestres da Praia da Pinheira<sup>1</sup>

Fonte: <http://www.keler.lucas.nom.br/informativos/informativo4.htm>

Além disso, também foram identificadas oficinas líticas na Praia da Pinheira, algumas ainda preservadas, conhecidas pelos nativos da região como *pratos* ou *panelinhas*

<sup>1</sup> Painel constituído por 12 inscrições no formato de pás, iguais às existentes em Valcamônica, na Itália, e uma inscrição com 2 losangos. Tamanho: 69 x 36 cm. Frente sudoeste. Foto de Setembro de 1990.

(FIGURA 4), devido ao formato circular, possivelmente utilizadas para amolar e polir instrumentos. (LUCAS, 1997)



FIGURA 4 – Amolador circular de oficina lítica da Praia da Pinheira  
Fonte: Keler Lucas, 2007. <http://www.keler.lucas.nom.br/informativos/informativo4.htm>

Existem diversas opiniões sobre o desaparecimento ou miscigenação da civilização do homem de sambaqui com os indígenas. De acordo com Prous (1992), os tupi-guaranis chegaram à região litorânea de Santa Catarina e impuseram um sistema horticultor, mas também adotaram padrões tradicionais locais, tais como a coleta de moluscos e a observação das migrações dos peixes marinhos.

Conforme vários autores (CABRAL, 1994; MOSIMANN, 2002; SANTOS, 2004) a população indígena que vivia nesta área litorânea era tupi-guarani e foi chamada pelos europeus de Carijó. Segundo Bond (2004) e Mosimann (2002), esses índios eram provenientes do território do atual Paraguai, os quais passaram a habitar o litoral sul-brasileiro devido a um movimento migratório de fundo mítico, em busca da *terra sem males*, em direção ao sol nascente.

Conforme Santos (2004), os tupi-guarani eram sedentários, dominavam agricultura de coivaras (mandioca, milho e tubérculos como o inhame), praticada principalmente nas encostas e restingas; e suas atividades básicas eram: a caça, a pesca e a produção artesanal de cestarias e cerâmicas.

Na Praia da Pinheira, sobre uma área de 5.000 metros quadrados encontram-se esparsos cacos de cerâmica de tradição guarani, de mistura com carvão vegetal, onde foram encontradas duas urnas funerárias, sinalizando a presença dos tupi-guaranis, cerca de 1.000 AP (BOND, 2004; FARIAS, 2004; MOSIMANN, 2002).

Os guaranis, segundo Pasquotto (2005), colocavam em prática uma grande diversidade de artes de pesca, como a pesca com anzóis feitos com pequenas pedras ou dentes de animais, a pesca com lanças, arco e flecha, a pesca com peneiras, a pesca com *puças* (pequenas redes ligadas a um arco de madeira), a pesca com venenos naturais em arroios ou enseadas, além de uma série de armadilhas e pequenas construções para aprisionar o pescado.

Conforme Mosimann (2002), os carijós da região da Ilha de Santa Catarina, eram mestres na arte da caça e pesca e, para tanto, fabricavam diversos instrumentos, tais como as *igaras*, canoas escavadas em tronco de garapuvu<sup>2</sup>, semelhantes às utilizadas atualmente na Praia da Pinheira.

Segundo historiadores (BOND, 2004; SANTOS, 2004), a busca de uma passagem marítima para o Oriente através do Oceano Atlântico para o Oceano Pacífico provocaram as expedições e explorações européias que culminaram no conhecimento do Sul do Brasil.

Nessa época, a região da Ilha de Santa Catarina e continente fronteiriço era considerada pelos navegadores o último refúgio abrigado e seguro do sul do Brasil. Entretanto, há um obstáculo terrível para a navegação na entrada da barra meridional, isto é, na região da Praia da Pinheira. (CARUSO e CARUSO, 2000; MOSIMANN, 2002).

De acordo com diversos autores (CABEZA DE VACA, 1999; CABRAL, 1994; FARIAS, 2004; MOSIMANN, 2002; SANTOS, 2004) no século XVI, se tem registro de três grandes naufrágios na região da Praia da Pinheira. Eles deixaram aqui naufragos, degredados e desertores que passaram a conviver com os índios.

Desta maneira, os carijós passaram a receber os europeus na região, pois, segundo Santos (2004) e Mosimann (2002), não se tem registro de comportamento hostil dos mesmos em relação aos homens brancos, além disso, afirmam ainda que foi o apoio e a orientação destes indígenas que garantiram a sobrevivência dos naufragos.

O primeiro naufrágio, em 1516, foi de um barco de expedição de João Dias de Solís, a serviço da Espanha, rumo ao Rio da Prata. No retorno dessa expedição, uma das embarcações naufragou no sul da Ilha de Santa Catarina, segundo Bond (2004), provavelmente na Ponta dos Naufragados<sup>3</sup>, e os sobreviventes que ali se estabeleceram seriam os primeiros habitantes europeus da região.

<sup>2</sup> Árvore também chamada de guarapuvu, da espécie *Schizolobium parahybae*.

<sup>3</sup> Nome que somente surgiu no século XVII, devido ao naufrágio de um navio açoriano.

Entre os náufragos estavam Aleixo Garcia<sup>4</sup>, Henrique Montes, português, Melchior Ramires, espanhol, e Francisco Pacheco, negro, além de outros seis, e todos se ligaram aos indígenas (BOND, 2004; PIAZZA, 1982). Segundo Bond (2004), “Índios afirmam que no Massiambu, no hoje município de Palhoça (SC), havia uma aldeia e que nela é que teriam se instalado Aleixo Garcia e outros náufragos...” (BOND, 2004, p.40).

Assim, alguns desertores da expedição de Solís foram os primeiros moradores não-indígenas da região, inclusive da Praia da Pinheira e da Guarda do Embaú. Entretanto, estes se misturaram aos índios adotando seus hábitos alimentares, não trazendo mudanças importantes nas relações entre o homem e a natureza.

Segundo Bond (2004), há fortes indícios de que este seria o primeiro núcleo de habitação européia *relativamente organizado* no cone sul<sup>5</sup> da América do Sul, isto é, com a adoção de costumes e hábitos indígenas, mas também influenciando modificações cada vez maiores no decorrer do tempo.

Em 1526 aconteceu o segundo grande naufrágio, o da nau capitânea da expedição espanhola de Sebastião Caboto, rumo ao Pacífico. Não houve mortes, mas a expedição foi retardada, de modo que Caboto decidiu construir ali uma igreja e outras construções. Para tanto, deu início ao escambo na região, através de trocas de metais e espelhos por comida, mão-de-obra e até mesmo por índias. Sebastião Caboto batizou a Ilha de Santa Catarina. (MOSIMANN, 2002; SANTOS, 2004).

Neste primeiro século do descobrimento, o Tratado de Tordesilhas considerava a costa de SC como território espanhol. Com a descoberta das minas no Peru em 1531 e a descoberta da Prata de Potosi, atual Bolívia, em 1544, o litoral de Santa Catarina adquire outro valor estratégico, pois é dele que partem os espanhóis para o interior do continente, despertando interesse da coroa portuguesa. (CARUSO e CARUSO, 2000; SOUSA, 2004).

A reação portuguesa em 1531, coincidido com a conquista do Peru, foi a expedição militar de Martim Afonso de Souza, o qual toma posse do Prata em nome de Portugal. (CARUSO e CARUSO, 2000).

As frotas vão se alternando na disputa do território baseadas na indefinição de Tordesilhas, o que, segundo Santos (2004), era devido à não fixação efetiva de seus limites.

<sup>4</sup> Reconhecido por autores como descobridor do Paraguai, impetuoso explorador do continente sul-americano e primeiro europeu a penetrar no Império Inca, através do caminho do *Peabiru*, o qual teria sido revelado pelos índios. (BOND, 2004; CABEZA DE VACA, 1999).

<sup>5</sup> A autora se refere à área dos atuais Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Uruguai, Argentina, Chile, Paraguai, Bolívia e Peru. (BOND, 2004).

Nesse contexto, em 1541 Alvar Nuñez Cabeza de Vaca chega a Santa Catarina, e, devido a um naufrágio, resolveu seguir para Assunção por terra, percorrendo o caminho do *Peabiru* com a ajuda dos indígenas. (CARUSO e CARUSO, 2000; SANTOS, 2004).

Somente em 1580 com a união das coroas portuguesa e espanhola sob Felipe II, chega ao fim, provisoriamente, a disputa pela região (SANTOS, 2004). Assim, os espanhóis se fixaram na região do Rio da Prata, enquanto os portugueses dividiram o Brasil em capitanias.

Entre 1580 e 1640, período no qual houve a união das coroas, a Espanha patrocinou as expedições dos paulistas de São Vicente em busca de índios para escravizar e minas de ouro e prata. Como consequência, os carijós desapareceram, não apenas por serem caçados e escravizados, mas também pelo contato com as doenças dos europeus, tais como o sarampo, a varíola, a tuberculose. (SANTOS, 2004).

Especificamente na Praia da Pinheira restaram os índios que acabaram se miscigenando com os primeiros europeus, isto é, que constituíram famílias com os naufragos, sendo possível ainda hoje em dia perceber traços indígenas nos habitantes mais antigos.

De acordo com Santos (2004), em 1680, Portugal e Espanha voltam a disputar território, agora a região do Rio da Prata. Com isso, a Ilha de Santa Catarina tornou-se local estratégico. Para assegurar território, Portugal envia o brigadeiro Silva Paes, em 1739, quando começaram a ser construídos os fortes e iniciou-se o povoamento na região.

Segundo Martins (1995), a colonização açoriana visou atender dois objetivos do governo português: resolver o problema de parte da população das ilhas que formavam verdadeira massa de miseráveis, sem terra para cultivo e sem emprego; e ocupar as terras do Sul do Brasil, disputadas com a Espanha.

Portanto, entre os séculos XVI e meados do século XVIII a região era habitada basicamente por índios, naufragos (degredados e desertores principalmente), vicentistas e alguns negros. Nesta época as atividades agrícolas e pesqueiras eram em pequena escala para subsistência; os utensílios eram artesanais, tais como arcos, flechas e machados de pedra e canoas, totalmente produzidos com recursos naturais locais; a agricultura também era para subsistência, em pequenas roças, os cultivos principais eram a mandioca, milho e tubérculos,

o sistema de cultivo era o de coivara<sup>6</sup>. O trabalho era coletivo, havendo divisão de tarefas entre gêneros. Havia também a produção de cestarias e cerâmicas.

Esse sistema se mantém por um longo período, havendo mudanças significativas apenas com a chegada dos açorianos no século XVIII.

Além disso, segundo Farias (2004), apesar de haver uma convivência pacífica entre indígenas e europeus em um primeiro momento, com o estabelecimento definitivo dos descendentes dos europeus nos terrenos de caça e pesca dos índios, surgem os conflitos, que dizimaram ou empurraram os indígenas para outras regiões.

É, portanto, nesse contexto de povoamento europeu e de estabelecimento de propriedade privada que o sistema pesqueiro indígena entra em decadência.

#### **4.3 O Sistema pesqueiro de Subsistência dos Açorianos – entre 1750 e o início do século XX**

No ano de 1698, conforme Cabral (1994), 20 casais açorianos, chefiados por Antônio Bicudo Camacho, receberam sesmarias ao sul de Maciambu, incluindo os campos de Araçatuba<sup>7</sup>. Entretanto, entre os anos 1748 e 1756, é que ocorreu o auge da ocupação açoriana, sendo enviados cerca de 5000 açorianos ao Brasil neste período. (CABRAL, 1994; SANTOS, 2004).

Desta forma, em 1748 chega a Santa Catarina o primeiro navio de povoadores, com cerca de 461 pessoas. (CABRAL, 1994). Nos anos seguintes se sucedem mais navios. Em 1751, conduzindo 250 pessoas, um desses navios naufragou na região da Praia da Pinheira, sendo este o maior naufrágio da região, no qual 173 pessoas perderam a vida. Nessa ocasião foi batizada a ponta sul da Ilha de Ponta dos Naufragados. (CABRAL, 1994).

De acordo com Santos (2004), o povoamento açoriano no litoral catarinense caracterizou em definitivo a região, imprimindo feições particulares presentes até hoje. Distribuídos em diversas freguesias, dentre as quais estão Enseada de Brito, Santo Amaro,

<sup>6</sup> Sistema de cultivo baseado na utilização de fogo para limpeza da área e pousio ou abandono após a utilização por uma ou duas safras.

<sup>7</sup> A pequena planície, que se estende da Praia da Guarda do Embaú até o Rio Maciambu, foi batizada pelos índios de campos de Araçatuba, e foi tida como uma área de campo de criação de uso comum, ou campo comunal, estabelecida em 1720 pelo governo Português.



Palhoça e Garopaba, a ocupação efetiva da Praia da Pinheira e da Guarda do Embaú ocorreu neste momento. (Selço Matos – entrevista, pesquisa de campo).

Estes açorianos não eram pescadores, mas agricultores. Conforme Caruso e Caruso (2000) e Piazza (1982), nas Ilhas dos Açores as terras são de formação vulcânica, com solos de alta fertilidade, enquanto que na Ilha de Santa Catarina e seu continente fronteiro, predominam terrenos de sedimentação recente, como areais ou manguezais. Assim, se estavam acostumados ao plantio do trigo se viram impossibilitados de fazê-lo, e acabaram por adaptar o moinho para a mandioca, substituindo a farinha de trigo pela farinha de mandioca como base alimentar.

Tal substituição não pôde ser processada imediatamente, mas paulatina e continuamente. Ainda se deve considerar que, no campo econômico, não se tem notícias do cumprimento, por parte da Coroa Portuguesa, da promessa de dar vacas aos casais.

Além disso, conforme Caruso e Caruso (2000), a formação das ilhas dos Açores, constituídas de um litoral profundo, acidentado, quase sem praias, não propiciou o desenvolvimento das atividades pesqueiras. Desta maneira, os açorianos em geral aprendem a pescar em Santa Catarina.

De acordo com Piazza (1982), o açoriano chega à Ilha de Santa Catarina e seu continente fronteiro no período de implantação e desenvolvimento das “armações” de baleia. Nessa atividade, a população negra merece destaque, mesmo não havendo escravidão em larga escala, os negros foram utilizados na pesca de cetáceos, principalmente em Imbituba, Garopaba e Pântano do Sul.

A produção agrícola, especialmente a mandioca, e a atividade pesqueira aos poucos deram sentido econômico à população que se estabelecia. Segundo Santos (2004), as atividades ficaram voltadas ao mercado interno, sendo baseadas no regime de pequena propriedade com escravidão doméstica, ou seja, de pequena envergadura.

A utilização da mão-de-obra negra nessas atividades teve influência na ocupação da região. De acordo com Pedro (1996, p.239), “*finda a exploração da baleia, os negros destas armações foram morar em lugares em que pudessem retirar do mar o seu sustento, já que não eram proprietários de nada*”. Assim, como relata Selço Matos (entrevista, pesquisa de campo) e observado em pesquisa empírica, eles ocuparam terras devolutas, ou terras de Marinha, como na pequena região chamada de *suli*, até os dias de hoje, na Praia da Pinheira; e construíram suas casas cobertas de palha e paredes de pau-a-pique e chão batido, convivendo com a população de base açoriana (PIAZZA, 1982).

Neste período, as categorias sociais da Praia da Pinheira eram as famílias de pescadores e as famílias de agricultores. Já se configurava certa especialização de atividades, isto é, havia aquelas famílias que viviam da roça – e para a roça, e aquelas famílias que viviam da pesca – e para a pesca.

A base da alimentação era a farinha de mandioca e o peixe. A comunidade se relacionava através do sistema de trocas: os pescadores trocavam peixe fresco por excedentes agrícolas, principalmente a farinha de mandioca. Praticamente não havia circulação de moeda neste período, ou seja, nenhum tipo de comercialização, ou mercado interno.

Os sistemas técnicos de pesca eram bastante simples e com grande influência do sistema pesqueiro indígena: os instrumentos de trabalho ainda eram produzidos artesanalmente com matérias-primas encontradas na natureza, mas nesse período se acrescentam alguns poucos recursos externos tais como cordas e ferros. Ainda são utilizadas as pequenas canoas e barcos sem motor, e as redes e espinhéis eram produzidos com fibras vegetais.

Havia divisão de trabalho entre homens e mulheres, sobretudo na pesca, os homens faziam a captura dos peixes e as mulheres a confecção dos petrechos e processamento do pescado.

A roça era feita com sistema de queimadas, com pousio e preparo superficial do solo. Os principais produtos eram o feijão, o milho, o amendoim, a mandioca e a cana-de-açúcar. Havia o beneficiamento da mandioca em farinha e da cana em açúcar mascavo nos engenhos.

Importante ressaltar que nesse sistema pesqueiro ainda se mantêm as relações de produção para subsistência, ou seja, não se buscava a produção de excedentes, sendo produzidos apenas *valores de uso*, característica de uma *economia de trocas*.

No dia 31 de julho de 1793 foi fundado por Caetano Silveira de Mattos o povoado da Palhoça, pertencendo ao município de São José da Terra Firme e atual município da região. Palhoça permaneceu como arraial até 1873, passando então à condição de distrito policial. Tornou-se freguesia em 1882 e distrito de paz em 1886. Somente em 24 de abril de 1894 emancipou-se do município de São José (FARIAS, 2004).

Entretanto, ainda não havia estrada que ligasse a Praia da Pinheira a outros povoados, sendo que apenas no início do século XX se tem evidências de fatores que permitem configurar um novo sistema pesqueiro na região. Tais fatores são a implantação das *vendas* e, sobretudo, das *salgas* na Praia da Pinheira.

#### 4.4 O sistema pesqueiro baseado na salga – do início do século XX aos anos 1960

A implantação das *salgas* no início do século XX na Praia da Pinheira representam o início de uma organização mercantil na comunidade, pois elas propiciaram uma fonte de remuneração para as famílias de pescadores. Mesmo que ainda em pequena quantidade, porque, segundo Selço Mattos: “as pessoas recebiam mais em produtos pelo seu serviço, recebiam peixe, recebiam em partes” (pesquisa de campo).

Contudo, as *salgas* podem ser consideradas um fator importante no processo de evolução dos sistemas pesqueiros desta praia, pois elas permitiram que o peixe fosse comercializado em outras comunidades, principalmente em Florianópolis, para onde era levado de *lancha*<sup>8</sup>.

A possibilidade de conservação do pescado e o início de um comércio com outras regiões provocaram significativas mudanças na comunidade: as mulheres, principalmente, passaram a ser empregadas das salgas; surgem as *vendas*, onde se podia comprar *fiado*, o que salvou muitas famílias de pescadores da fome, conforme os relatos dos mais antigos.

A primeira salga implantada na Pinheira pertenceu a Cantalício Francisco de Azevedo, atualmente é administrada por seu filho, Arnaldo Azevedo, agora como peixaria. Em entrevista, Arnaldo Azevedo relata que seu pai teria iniciado as atividades na salga aproximadamente no ano de 1945. De acordo com esse depoimento, o sal era trazido de vilas próximas, tais como Santo Amaro, para onde era levado o peixe salgado em carro de boi.

Além disso, à medida que o pescado saía para outras freguesias, novos produtos eram trazidos pelas lanchas que faziam o transporte de mercadorias. Esta situação foi predominante até os anos 1950, na Praia da Pinheira, quando foi aberta uma estrada de chão, a qual permitiu que a produção de pescado fosse comercializada por via terrestre.

Neste período, as principais atividades praticadas na Praia da Pinheira continuam sendo a pesca artesanal e a agricultura de subsistência. Entretanto, se pode inferir que o esforço de pesca tenha aumentado, devido à possibilidade de comércio, e surge uma nova categoria social, a dos comerciantes, os atravessadores.

<sup>8</sup> Tipo de embarcação sem motor, movida à vela. Atualmente também funcionam com motor, entretanto são embarcações pesqueiras simples, feitas de madeira em sua maioria. Diferentes das lanchas conhecidas popularmente, utilizadas nas atividades de lazer.

Nesse sentido, surge a produção de *valores de troca*, ou seja, a pesca é realizada tendo em vista a venda do pescado, e não apenas a subsistência da família, fato que, segundo Diegues (2004), caracteriza a pequena produção mercantil, a qual se baseia na produção de mercadoria para se converter em dinheiro através de circulação.

Os sistemas técnicos de captura na pesca continuam bastante simples, com grande parte dos equipamentos confeccionados artesanalmente. Segundo os entrevistados, a pesca era feita com a tarrafa de fibra de *ticum*, e com espinhéis e redes, feitos de barbante, os quais eram banhados com “*tinta de casca de aroeira, para firmar*” (pesquisa de campo). Usavam-se pedaços de madeira ou *porongo* como flutuadores, pois ainda não havia chegado à região o isopor. Além disso, antes da chegada dos “chumbos”, os pescadores utilizavam pequenos sacos de tecido cheios de areia como peso para as redes.

Os barcos eram pequenos e sem motor, uma espécie de âncora era produzida com dois pedaços de madeira amarrados em uma pedra. Essas embarcações saíam com cinco homens, quando voltavam traziam os peixes, que eram salgados para conservação. A pesca de cerco e arrasto na beira da praia também era praticada, com a ajuda de vizinhos e parentes.

Neste sistema torna-se regra a divisão do pescado pelo *sistema de partes*, onde uma parte do obtido na pescaria era para o dono do barco, uma parte para o dono da rede e o restante dividido entre os tripulantes.

Esse sistema de divisão do pescado por partes se mantém atualmente, entretanto o número de tripulantes diminuiu, nessa época iam sempre cinco homens em uma embarcação; hoje em dia, vão três, dois, ou até mesmo um só, pois com barcos e os equipamentos motorizados, o serviço ficou mais leve.

As mulheres, além de escalarem (cortar o peixe pelas costas) o pescado para a salga, também coletavam marisco<sup>9</sup> para autoconsumo, sendo que a venda desta espécie teve início apenas em meados da década de 1980. Outras mulheres, principalmente as de famílias de agricultores, trabalhavam na roça. E muitas faziam as esteiras e trilhos de *taboa* e as vendiam nas *vendas*.

As vendas comercializavam principalmente produtos como a carne, o feijão, a cachaça e os tecidos, quase sempre vendidos *fiado* para os pescadores, pois estes geralmente só possuíam meios de pagamento na época da safra da tainha.

<sup>9</sup> Também chamado de mexilhão, da espécie *Perna perna*.

Outros alimentos eram conseguidos através da troca por peixe salgado. Segundo Caldas (1996), uma vez por mês um comerciante transportava, de carroça, bolachas, pães e outros alimentos produzidos em vilas próximas, até a Praia da Pinheira.

Quase toda produção das roças era para autoconsumo, no caso de plantio em terra de terceiros, um terço da produção era destinado ao dono da terra. Também se cultivavam plantas para o preparo de chás e unguentos, sendo esta a maneira de se tratarem as doenças na época, pois apenas uma vez por mês os habitantes da região contavam com a visita de um médico, assim como de um padre.

Além disso, também era criado gado, principalmente nas encostas do morro, em pequena escala, como observado nos depoimentos: “*se comia carne apenas uma ou duas vezes por ano, no Natal e na Páscoa*” (pesquisa de campo).

Nesse período houve grande movimentação de lanchas para Florianópolis: tanto o transporte de produtos (sal, querosene, roupas), quanto o de passageiros era intenso. Agricultores do município de Paulo Lopes mandavam mercadorias para a Guarda do Embaú, de onde seguiam de carro de boi para a Pinheira.

De acordo com Caldas (1996), havia apenas um atravessador nesta época na Praia da Pinheira e, como os pescadores não tinham para quem vender, nem como transportar o peixe para outras localidades, era grande a dependência desse atravessador.

A segunda salga implantada na Praia da Pinheira foi de Ernesto Gonçalves, no início da década de 1950, atualmente ainda pertence à família Gonçalves, funcionando como peixaria, porém arrendada para um habitante da Guarda do Embaú.

Desta maneira, de acordo com depoimentos, entre as décadas de 1940 e 1950, aproximadamente, havia dois intermediários de pescado na comunidade, Ernesto Gonçalves e Francisco Azevedo. Entretanto, a situação de dependência dos pescadores em relação aos mesmos permanecia inalterada.

Essa situação deixava os pescadores vulneráveis e a alternativa encontrada foi a migração. Desta forma, nos anos 1950, se torna freqüente a ida de pescadores para os municípios de Rio Grande (RS) e Santos (SP), para trabalhar na pesca industrial, devido às melhores possibilidades de obtenção de renda. Estes mandavam dinheiro regularmente para as famílias, voltando em seguida e construindo novas casas.

Apesar desse começo de abertura da comunidade para outras regiões, da possibilidade de comércio, da migração de alguns homens e da evolução do sistema de

produção na pesca local, as famílias da Praia da Pinheira, de acordo com Selço Mattos (entrevista, pesquisa de campo), permaneceram isoladas até os anos 1960.

Farias (2004) descreve a evolução econômica e social do município de Palhoça, confirmando a estabilidade das atividades no município como um todo, o qual, segundo o autor, teve como eixo econômico a agricultura de subsistência, a pesca e atividades de entreposto comercial; somente sofrendo alterações devido à urbanização desordenada nos últimos 30 anos.

Segundo Caldas (1996), através de um “cabo eleitoral”, o Governo Estadual, passou a “olhar” para o lugar. Sendo considerado pelos moradores o início de um período de melhoras. Foi aberta a estrada de rodagem que liga a região sul à capital do Estado e, no começo dos anos 50, foi inaugurada a atual estrada que liga a Pinheira à BR-101. Surgiu um transporte que levava as pessoas a Florianópolis (exceto quando chovia), alterando a rotina da vila.

Outros sinais de evolução, ainda de acordo com Caldas (1996), foram as baterias que iluminavam as casas e um padeiro, que vinha de Paulo Lopes. E logo começaram a surgir outras casas.

Segundo Caldas (1996), nos anos 1970:

[...] ainda era possível, em pleno verão, caracterizar a Pinheira como uma comunidade de pescadores. Ali mesmo, em frente aos ranchos, ficavam os barcos quando chegavam do mar, vindos da pescaria. Vinham cheios de peixe, e aquilo era um espetáculo para os poucos turistas que freqüentavam a Pinheira (p.11).

Em 1968 chega a luz elétrica na região da Praia da Pinheira e em 1971 é inaugurada a BR-101, fatos que deram início a transformações importantes para esta comunidade, se podendo caracterizar, a partir desta época, um novo sistema pesqueiro.

Segundo Martins (1995), alguns marcos importantes que representam o crescimento econômico de Florianópolis e regiões litorâneas próximas são: a inauguração da Ponte Hercílio Luz, em 1926; a implantação da Universidade Federal de Santa Catarina, em fins da década de 50; e principalmente a abertura da Rodovia BR-101, que veio a facilitar o contato com o restante do País, o que proporcionou a implantação, a partir da década de 70, da indústria turística na região.

Fato que provocará, conforme Martins (1995), *apud* Fundação Franklin Cascaes<sup>10</sup> (1993), “... a deterioração do patrimônio natural e cultural; desenvolvimento de novos ramos da economia; atração de novos contingentes; transformação na maioria das antigas comunidades agrícolas-pesqueiras em balneários” (p.25).

#### **4.5 O sistema pesqueiro comercial e de prestação de serviços – dos anos 1960 até os dias de hoje**

A abertura da BR-101, associada ao crescimento urbano e às atividades turísticas em Florianópolis, atraiu para a região milhares de imigrantes de todas as partes do Brasil, gerando alterações profundas nas estruturas sócio-econômicas e culturais da sociedade palhocense. Estes novos moradores representaram uma diversidade étnico-cultural, sem uma identidade específica em termos de município.

As pacatas praias da região passaram a receber um número cada vez maior de visitantes, principalmente *hippies*, surfistas, estudantes universitários e aventureiros. Eles abriram as portas para a entrada de outras camadas da sociedade, o que só veio a acontecer posteriormente. Ao lado deste aumento de fluxo, surgem empreendedores que investem em diversos ramos da atividade turística. Os próprios moradores pouco a pouco foram deixando suas atividades tradicionais e passaram a investir em atividades ligadas ao turismo.

No início da década de 70, o processo de expansão da especulação imobiliária tornou-se intenso em todo litoral catarinense; a região da Praia da Pinheira passou a ser loteada nesse período, quando começaram também muitos conflitos judiciais que estendem até a atualidade, relativos à posse de terra e títulos de propriedade falsos.

Conforme Martins (1995),

[...] os especuladores passaram facilmente a se apropriar de terras devolutas que eram até então utilizadas pelos pescadores para a prática de agricultura de subsistência. Com a venda destas terras aos turistas, a preço de ouro e sem o conhecimento dos pescadores, começou a ser rompido o sistema tradicional da pesca e agricultura praticada ao longo da história. (MARTINS, 1995, p.16-7)

<sup>10</sup> FUNDAÇÃO Franklin Cascaes. Florianópolis: uma síntese histórica. Florianópolis: Secretaria Municipal de Educação, 1993.

Os pescadores acabam vendendo suas propriedades perto do mar, muitas vezes por valores irrisórios, iludidos com a possibilidade de mudar de vida. E de fato mudam, porém não necessariamente para melhor. Pois agora passam a ser prestadores de serviços terciários, muitos se tornam pedreiros e a maioria consegue alguma atividade remunerada apenas na época da temporada turística nos meses de verão.

Desta forma, o pescador foi sendo expulso da praia, que cada vez mais é ocupada por casas de veraneio, dificultando a atividade pesqueira das comunidades, uma vez que ali são desenvolvidas atividades esportivas que prejudicam a permanência dos cardumes; bem como a ocupação das áreas próximas por atividades comerciais, destinadas a atender a demanda de turistas (MARTINS, 1995).

Os pescadores e agricultores da Praia da Pinheira que não venderam suas propriedades, ou que ainda mantêm uma parte do que a família possuía, hoje em dia constroem uma segunda casa em seu terreno para aluguel de temporada de verão aos turistas<sup>11</sup>.

Além disso, os jovens estão optando cada vez mais por não seguirem as atividades tradicionais da família, praticamente não havendo sucessão na pesca artesanal da Praia da Pinheira. Situação devida às dificuldades e características das atividades pesqueira e agrícola, tais como a baixa rentabilidade, a incerteza, entre outras, que atualmente são aliadas à possibilidade de emprego no setor de comércio e serviços.

Estas transformações acabaram extinguindo quase por completo as práticas agrícolas na região da Praia da Pinheira. Nas áreas onde se praticavam cultivos agrícolas, principalmente na região litorânea, hoje há casas, prédios, *campings* e pousadas.

Em 1975 é criado o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro – PEST, uma unidade de conservação de proteção integral. A Praia da Pinheira pertencia, originalmente, à área do parque, porém, em 1979, teve desanexada uma faixa de 500 m, no sentido do mar para o continente, devido às pressões do processo de expansão turístico. Como parte do entorno do PEST, a Praia da Pinheira é caracterizada como Área de Preservação Especial – APE<sup>12</sup>, onde o uso da terra é restrito, normatizado pelas definições da APE e licenciado pela Fundação de Amparo à Tecnologia e ao Meio Ambiente – FATMA.

<sup>11</sup> Entendidos como: campistas, frequentadores de pousadas e pescadores esportistas. Além desses é importante a presença dos veranistas na Praia da Pinheira, ou seja, os proprietários de segunda residência, onde passam férias.

<sup>12</sup> Conforme Portaria nº 021/05 – FATMA, a qual encontra-se em anexo (ANEXO A).



Um dos principais reflexos trazidos pela criação do Parque foi o fim da exploração madeireira na região e a restrição às construções. Além disso, atualmente, a existência do parque tem estimulado o início do turismo ecológico na região.

Atividades envolvendo recursos de uso comum, isto é, sem propriedade definida, ou ainda, bens públicos, como no caso a praia, os peixes, etc., dentro da emergente discussão e preocupação sobre desenvolvimento sustentável, têm propiciado a criação de unidades de conservação por parte do Estado.

Este fato desencadeia diversas conseqüências, afetando, sobretudo, o modo de vida das populações locais, pois, “o deslocamento de populações e as restrições de uso de recursos naturais em áreas protegidas podem ser uma ameaça à reprodução de populações consideradas tradicionais, geralmente já castigadas pela pobreza” (Teixeira, 2004, p.3 *apud* BRITO, 2000<sup>13</sup>; COLCHESTER, 2000<sup>14</sup>).

Além disso, nem sempre as práticas produtivas destas populações são incompatíveis com os objetivos da conservação, tornando-se mais um obstáculo para a maior parte da sociedade local, na medida em que restringe o uso dos recursos naturais necessários à sua sobrevivência.

Em outras regiões do País a criação de unidades de conservação trouxe conflitos com a comunidade pela restrição às práticas agrícolas, como, por exemplo, a região estudada por Bitencourt (2000).

Tal situação não se verificou no caso da comunidade da Praia da Pinheira, pois, segundo Caldas (1996) e os relatos dos entrevistados, na época da implantação do PEST, a agricultura já não era importante para a localidade, tendo sido deixada de lado em função da demanda turística, como dito anteriormente. Restando apenas umas poucas cabeças de gado entre os morros e a restinga e uma ínfima área de cultivo de cana na encosta, que serve para a alimentação do gado e para a produção de caldo-de-cana.

De acordo com Oliveira (2005), os conflitos gerados pela implantação do PEST estão associados à descontinuidade das ações, a pressões adversas, à carência de recursos financeiros, humanos, administrativos e políticos; e os mesmos são agravados pela especulação imobiliária, pelas atividades econômicas, pelas atribuições e competências institucionais e pelas restrições ao uso das propriedades.

<sup>13</sup> BRITO, M.C.W. **Unidades de Conservação**: intenções e resultados. São Paulo: Anablume/FAPESP, 2000.

<sup>14</sup> COLCHESTER, M. Resgatando a natureza. In: DIEGUES, A .C. (org.) **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo/Hucitec/NUPAUB-USP, 2000.

Em relação à atividade pesqueira, a legislação referente ao PEST exerce influência sobre técnicas de captura praticadas nos rios e lagoas da região, o que não é o caso dos pescadores da Praia da Pinheira, os quais exercem a atividade pesqueira exclusivamente no ambiente marinho.

O sistema técnico de captura da pesca na Praia da Pinheira evoluiu neste período, entretanto há um atraso em relação a outras localidades do país. Fatores como o motor a gasolina, que aparece na Praia da Pinheira apenas em 1955; o fio de *nylon*, que chegou somente nos anos 1970; o gelo, que em comunidades pesqueiras do sudeste aparece nas décadas de 1920 e 1930, na Praia da Pinheira surgem apenas em meados da década de 1960, assim como a chegada da luz elétrica. Esse atraso relativo é devido principalmente ao isolamento dessa comunidade.

Com a chegada do *nylon*, a produção de redes aumenta significativamente, assim como a utilização das mesmas, pois esse material não precisa secar, como era feito com as redes de barbante. Surgem também apetrechos mais adaptados à atividade, tais como as cordas com chumbo inserido nas tramas.

Apesar destas importantes mudanças técnicas, os pescadores artesanais continuam enfrentando muitas dificuldades, tais como a incerteza da atividade, a diminuição dos estoques pesqueiros, a falta de fiscalização em relação à pesca industrial e o baixo preço pago pelo produto.

Os entrevistados relatam a grande diminuição do volume capturado e o desaparecimento de algumas espécies, tais como o cação<sup>15</sup> e o bagre<sup>16</sup>, mesmo com a adoção de técnicas mais eficientes. Afirmam também que anos atrás a quantidade capturada apenas com o uso de espinhéis era equivalente ou ainda maior que a quantidade obtida atualmente com as redes. Fatos que evidenciam a diminuição dos estoques pesqueiros no ambiente marinho.

Em 1980 a sede da colônia de pescadores do município de Palhoça – Z-15 é transferida da Barra do Aririú para a Praia da Pinheira. Segundo o atual presidente da mesma, este fato é devido à quantidade de pescadores da Praia da Pinheira, que teria superado as demais localidades pesqueiras da região.

Os dados disponíveis da colônia de pescadores registram, no ano de 1997, 380 associados em dia com as taxas da mesma, sendo que apenas 35 pescadores receberiam o

<sup>15</sup> *Rhinobatos horkelli* e *Squatina spp.*

<sup>16</sup> *Bagre bagre*, *Bagre marinus*, *Bagre panamensis*, *Bagre pinnimaculatus*, da família Ariidae.

seguro-desemprego referente aos períodos de defeso no mesmo ano. No ano de 2007, foram registrados cerca de 1200 pescadores na colônia Z-15, dos quais 600 pagaram as taxas cobradas pela mesma e apresentaram as documentações exigidas para receberem o seguro-defeso.

Apesar da proximidade da colônia, os pescadores reclamam da falta de incentivos e apoio desta entidade e de órgãos do governo. Um exemplo citado pelos entrevistados é o fato de que o defeso<sup>17</sup> chegou nesta comunidade há poucos anos.

De acordo com o presidente da colônia de pescadores Z-15, os pescadores associados têm acesso ao seguro-desemprego referente aos períodos de defeso<sup>18</sup> desde o ano de 1992, e as mulheres de pescadores tiveram acesso apenas a partir de 2002. Além disso, o PRONAF-Pesca<sup>19</sup> teve seu primeiro acesso em 2003, sendo que até este ano apenas 40 pescadores associados da colônia Z-15 buscaram o programa.

Nesse contexto, ou seja, com uma situação que obriga o pescador a buscar alternativas de fonte de renda, a comunidade reconhece a importância do turismo na transformação da região, o que se pode perceber nas declarações dos entrevistados, como seu Nicolau, pescador de 73 anos, que diz: “*A sorte da Pinheira e do pescador é o turista!*” (pesquisa de campo).

Entretanto, o comércio e serviços turísticos são monopolizados na comunidade por poucos empresários donos dos supermercados, pousadas e restaurantes do local. Estes serviços são extremamente sazonais, sendo poucos os privilegiados que conseguem contratos para trabalhar o ano todo.

Mesmo nessa situação, a Praia da Pinheira atualmente se caracteriza pela organização da comunidade em torno do turismo, quase não há mais agricultura, a pesca vem diminuindo e ainda é sujeita aos atravessadores.

Apesar de se observar uma situação de pobreza, os entrevistados se mostram satisfeitos com as condições que têm hoje, como, por exemplo, dona Delza, nativa da praia, que afirma: “*Hoje não tem ninguém pobre!*” (pesquisa de campo).

<sup>17</sup> Durante alguns meses por ano o pescador é impedido, pela lei, de pescar, para que as espécies de peixe possam se reproduzir, é a época do defeso. A política pública federal do seguro desemprego aporta a essas famílias salários mínimos neste período, como forma de ressarcimento.

<sup>18</sup> Os períodos de defeso da Praia da Pinheira são referentes à anchova, de 1º de novembro a 31 de março, e ao camarão, de 1º de março a 31 de maio.

<sup>19</sup> Programa do Governo Federal de apoio à agricultura familiar, criado através do decreto-lei nº 1.946, de 28 de junho de 1996.

Contudo, mesmo havendo melhores condições de vida (comparando-se com o sistema pesqueiro anterior), a comunidade pesqueira da Praia da Pinheira ainda é muito vulnerável, pois não existem alternativas concretas de obtenção de renda que sejam constantes o ano inteiro; ou seja, apenas nos meses de verão há um incremento na renda das famílias do local, sendo até mesmo para algumas famílias a única época de obtenção de renda. Nesta situação estão muitas famílias de pescadores artesanais, os quais sobrevivem devido à forma de organização da sociedade, que permite sua subsistência através da ajuda entre parentes, vizinhos e compadres.

QUADRO 4 – Síntese da evolução e diferenciação dos sistemas pesqueiros na Praia da Pinheira

Período Variáveis	1º Sistema indígena Antes de 1750	2º Sistema de Subsistência Açorianos Pescadores e agricultores 1750 até início séc. XX	3º Sistema pesqueiro de salga Açorianos Pescadores e agricultores Início séc. XX até 1960	4º Sistema pesqueiro comercial Pescadores/prestadores de serviços 1960 até hoje
Descrição das diferentes unidades de paisagem	Região Costeira: relevo plano, solos mal drenados e arenosos, florestas e vegetação pioneira Região da Serra: florestas, mata atlântica original	Região costeira: florestas, vegetação pioneira e campos. Região da Serra: florestas, mata atlântica original nas áreas mais elevadas e vegetação secundária nas encostas e baixas, áreas de cultivo	Região costeira: florestas, vegetação pioneira e campos Região da Serra: florestas, mata atlântica original nas áreas mais elevadas e vegetação secundária nas encostas e baixas, áreas de cultivo	Região Costeira: vegetação pioneira, campos e áreas de urbanização. Região da Serra: florestas, vegetação secundária, áreas de cultivo
Principais atividades de transformação	- Caça/pesca, coleta e agricultura (milho, mandioca e tubérculos como o inhame) Produção artesanal de cestarias e cerâmicas	-Pesca, cana, feijão, bovinos, mandioca (região Costeira)	-Pesca, cana, feijão, bovinos, mandioca (região Costeira) - Produção artesanal de esteiras, cestas (balaio) Salga de peixes	- (região Costeira) - (região da Serra) Peixes conservados em gelo
Instrumentos e equipamentos	Equipamentos manuais (flechas, lanças, machado de pedra) canoas	Equipamentos manuais e a tração animal leve (carroção) Rede de fibra de Tucum, espinhel Canoas, barcos pequenos sem motor	Equipamentos manuais e a tração animal leve (carroção) Rede de barbante, espinhel barcos pequenos sem motor Grandes canoas, geralmente feitas com pranchões de madeira, a vela e a remo. Redes tipo trolhas, de algodão ou linho. Também espinhéis para a pesca de inverno e pequenas redes outras espécies	Equipamentos manuais e motorizado Redes e tarrafas de nylon, Botes e lanchas motorizadas. Equipamentos de navegação, rádios amadores, celulares
Forma de acesso aos instrumentos e equipamentos	Construção artesanal, uso de recursos naturais locais como cipós, fibras, galhos, pedras e dentes de animais	Construção artesanal, recursos naturais locais combinados com recursos externos como ferro e corda.	Construção artesanal e compra. Maior uso de equipamentos, surge a categoria social do “patrão”, proprietários dos meios de produção	Aquisição/compra de produtos e matérias-primas industrializadas
Estilos de pesca			Cerco, espera Espinheis	Cerco, lance ou espera Arrasto
Força e relações de trabalho	Livre Trabalho coletivo Divisão de tarefas entre homens e mulheres	Livre (familiar, parceria) Trabalho familiar. Homens, na captura. Homens, mulheres e crianças na confecção dos petrechos, processamento e troca	Livre (familiar, parceria e contratada) Trabalho familiar no preparo (evisceração e salga) do pescado e subprodutos e na confecção dos petrechos. Divisão dos rendimentos pelo sistema de partes	Livre (parceria e contratada) Menor envolvimento familiar. Divisão dos rendimentos pelo sistema de partes entre o patrão e os demais tripulantes

Continua na próxima página.

Continuação do QUADRO 4:

Período Variáveis	<b>1º Sistema indígena Antes de 1750</b>	<b>2º Sistema de Subsistência Açorianos Pescadores e agricultores 1750 até início séc. XX</b>	<b>3º Sistema pesqueiro de salga Açorianos Pescadores e agricultores Início séc. XX até 1960</b>	<b>4º Sistema pesqueiro comercial Pescadores/prestadores de serviços 1960 até hoje</b>
Modo de artificialização do meio	- Apropriação direta (caça e coleta); - Sistema de cultivo de queimada	- Sistema de cultivo de queimada, com pousio e preparo superficial do solo - Apropriação direta (caça e coleta), - Sistemas de criação extensivos	- Sistema de cultivo de queimada, com pousio e preparo superficial do solo. - Apropriação direta (caça e coleta), - Sistemas de criação extensivos	- Apropriação direta (caça e coleta)
Modo de acesso ao fundiário	Coletivo/ grupal	Individual: propriedade regularizada (sesmaria) e posse	Individual: propriedade regularizada (título de propriedade), arrendamento, parceria e posse	Individual: propriedade regularizada (título de propriedade), arrendamento
Principais categorias sociais	Índigenas: guaranis da tribo carijós, náufragos	Famílias de pescadores, famílias de agricultores	Pescadores, agricultores familiares, comerciantes (donos de venda, donos de salga, donos de engenho)	Pescadores, donos de barcos, comerciantes (diversos) e intermediários, turistas
Relações de produção e de troca / destino da produção	Entre grupos sociais/ tribo – subsistência	Subsistência/consumo familiar Troca entre produtores, Pescadores trocam peixe fresco por produtos agrícolas, principalmente farinha de mandioca	Consumo familiar; comércio interno/trocas, pescadores compram “fiado” nas vendas Trocas/comércio de peixe salgado entre comerciantes locais e comerciantes que traziam mercadorias de outras localidades Troca principalmente em Florianópolis	Pequena parte para o consumo familiar. Principalmente comercialização junto a “atravessadores”, pequena parte vendida direto ao consumidor, na beira da praia
Excedentes agrícolas	-	Pesca, farinha de mandioca	Pesca, farinha de mandioca.	Pesca
Fatores de crise e transição para o Sistema Agrário seguinte	- Dizimação da população indígena - Concessão das sesmarias e ocupação das terras pelos açorianos	Surgimento das salgamas e das vendas. Início do comércio interno Possibilidade de comércio com outras localidades devido à conservação do peixe.	- Melhoria da infra-estrutura. - Criação da BR-101 - Expansão do turismo - Venda de terras - criação da reserva ecológica	
Observações			Agora o peixe começa a ser vendido em Florianópolis, levado de lancha, só em 1950 é aberta uma estrada de chão.	

Fonte: elaborado pela autora.

*Cada qual de nós, conforme as leis que nos regem,  
se encontra hoje no lugar certo, com as criaturas  
adequadas e nas circunstâncias justas, necessárias  
ao trabalho que nos compete efetuar, na pauta de  
nosso próprio merecimento*

Emmanuel

## 5 OS ATUAIS SISTEMAS TÉCNICOS DE CAPTURA DA PESCA NA PRAIA DA PINHEIRA

Neste capítulo são descritos os atuais sistemas técnicos de captura da pesca na Praia da Pinheira. As informações aqui apresentadas foram obtidas através de entrevistas feitas com os pescadores da Praia da Pinheira em pesquisa de campo.

Foram identificadas quatro principais técnicas de captura de pesca artesanal utilizadas pelos pescadores da Praia da Pinheira, e outras três técnicas de captura de pesca artesanal eventuais, utilizadas pelos mesmos. Todas são descritas a seguir.

### 5.1 A pesca com rede de caceio

Esta técnica de captura de pesca consiste na saída dos pescadores de barco ao mar, à procura dos cardumes, os quais podem ser encontrados através da utilização de diversos métodos, tais como o lançamento de redes de forma aleatória ou ainda através de *sondagens*<sup>1</sup>.

Os pescadores da Praia da Pinheira que utilizam este sistema técnico de captura costumam pescar desde a região da praia de Garopaba, ao sul, até os arredores das Ilhas dos Moleques ao norte, próximo à Ilha de Santa Catarina.

O tempo que permanecem no mar depende da quantidade de pescado obtida e das condições climáticas. Além disso, não permanecem muito tempo devido à falta de capacidade de conservação de pescado nos barcos.

Os barcos utilizados são os *botes de boca aberta*, ou seja, sem convés, que medem até dez metros. Com tal tipo de embarcação, a técnica de captura de pesca com rede de *caceio* não compensa a implementação de um sistema para conservação, isto é, os pescadores da Praia da Pinheira optam pela não utilização do mesmo, evitando custos, como por exemplo, gastos com a aquisição de gelo.

Como mão-de-obra, normalmente o patrão ou dono da embarcação contrata dois ou três tripulantes para o trabalho, não necessariamente familiares.

<sup>1</sup> A sondagem consiste em colocar apenas uma pequena parte da rede no mar, por um curto período de tempo, para que se tenha estimativa da quantidade de peixe no local.



O pescado pode ser dividido de duas formas, através do sistema de partes: na primeira forma os tripulantes participam do remendo e conserto da rede. Nesse caso, todo o produto líquido obtido é dividido em três partes: uma parte destinada para os custos com a rede e as outras duas partes são repartidas entre todos os membros da embarcação, inclusive o dono.

Na segunda forma de divisão do pescado praticada pelos pescadores da Praia da Pinheira, os tripulantes não participam do remendo da rede; neste caso, metade do produto líquido obtido é reservada para os custos com a rede e metade é dividida entre todos os membros da embarcação.

O sistema técnico de captura de pesca de caceio exige alguns equipamentos, como guinchos, rolos e motores utilizados para puxar as redes. Normalmente, são utilizadas redes soltas, ou seja, as redes não são ancoradas no fundo do mar e variam conforme a espécie de peixe visada. As principais espécies capturadas pelos pescadores da Praia da Pinheira são a tainha<sup>2</sup>, a anchova<sup>3</sup> e a corvina<sup>4</sup>.

Geralmente os pescadores observam a movimentação dos cardumes no mar para capturá-los com as redes, através de técnicas que diferem conforme a espécie e períodos do ano. Para isso, desenvolveram técnicas e conhecimentos passados de geração em geração.

Os pescadores da Praia da Pinheira consideram essa técnica de captura de pesca bastante agradável, “*boa pro pescador*”, segundo os quais “*sempre aparece gente pra trabalhar*” (entrevistas – pesquisa de campo).

Na **pesca da anchova** na região da Praia da Pinheira geralmente trabalham quatro pescadores no barco. Essa espécie tem dois momentos de captura durante o ano, o primeiro ocorre nos meses de junho, julho e agosto, quando esta espécie migra do sul para o norte para desovar, passando na região pelo fundo do mar. Como o cardume não pode ser visto de cima da água, os pescadores utilizam o conhecimento empírico localizando o cardume através da observação da movimentação de aves, tais como os atobás<sup>5</sup>, fragatas<sup>6</sup>, trinta-réis<sup>7</sup> e gaivotas<sup>8</sup>. O fato é que a anchova se alimenta de pequenos peixes tais como o *boqueirão* (espécie de

<sup>2</sup> *Mugil brasiliensis*.

<sup>3</sup> *Pomatomus saltatrix*.

<sup>4</sup> *Micropogonias furnieri*.

<sup>5</sup> *Sula leucogaster*.

<sup>6</sup> *Fregata magnificens*.

<sup>7</sup> *Sternula superciliaris*, *Chlidonias niger*, *halasseus maximus*, *Thalasseus sandvicensis*, da família *Sternidae*.

<sup>8</sup> *Larus argentatus*.

sardinha que fica mais próxima da superfície), deixando alguns pedaços dos mesmos soltos na água, o que acaba atraindo as aves que se alimentam dessas sobras.

O segundo momento é quando a anchova retorna para o sul, nos meses de outubro e novembro, passando mais próximo da superfície da água, sendo possível visualizar o cardume. Nesse caso se utiliza a rede boiada, que normalmente mede em torno de 700 metros.



FIGURA 5 – Aves indicando onde se localiza o cardume de anchovas.  
Fonte: Tiago Nunes, 2007.

Na **pesca da corvina** na região da Praia da Pinheira geralmente trabalham três pescadores no barco, “*pois a rede é mais fácil de trabalhar*” (entrevistas – pesquisa de campo). A rede utilizada é a rede de malhar, na qual o peixe fica preso em sua malha, e que possui chumbo para que a rede afunde, pois a corvina é um peixe de fundo, que normalmente não pode ser visto de cima da água.

Por não poder ser vista, a corvina é capturada da seguinte forma: os pescadores põem na água um cano de PVC com cerca de dois metros de comprimento, que permite que se escute o cardume<sup>9</sup>, segundo eles *a corvina ronca*. Após escutar o cardume, os pescadores utilizam uma quantidade pequena de rede para *sondar*, deixando por mais ou menos 30 minutos no mar, se a quantidade de peixe retirada for satisfatória utilizam a rede inteira.

<sup>9</sup> Esta mesma técnica é descrita por Adomilli (2006), sendo utilizada em comunidades pesqueiras do município de São José do Norte, no Estado do Rio Grande do Sul.

A corvina ocorre na região da Praia da Pinheira nos meses de setembro e outubro, segundo os pescadores é quando esta espécie migra para desovar, pois pode ser capturada em alto mar durante o ano todo.

Na **pesca da tainha** os barcos utilizados são maiores, e geralmente trabalham entre seis e dez pessoas, não necessariamente familiares. Além disso, conforme o tipo de embarcação, os tripulantes podem exercer funções específicas, como, por exemplo, caiqueiro e geleiro.

Na região da Praia da Pinheira essa pesca ocorre principalmente nos meses de maio e junho. Os barcos navegam o dia todo à procura do cardume, para então cercá-lo com a rede. Os pescadores da Praia da Pinheira utilizam quatro tipos de rede:

- A traineira, que não malha, cerca o peixe e depois é cerrada, ou seja, fecha a parte de baixo. Essa rede possui sacador – um pedaço pequeno da rede onde o peixe fica preso. Existem cinco redes deste tipo na Praia da Pinheira. Geralmente é puxada manualmente, apenas um barco da Praia da Pinheira possui um sistema hidráulico para puxá-la. É feita de poliamida e mede de 300 a 450 braças.
- A rede de caça de malha é feita de *nylon* e pode ser de três tipos: a de cerrar e malhar, a qual cerra a parte de baixo, mas a maioria do peixe é pega malhada; a rede que não malha, parecida com a traineira, também encurrala o peixe no sacador; e a rede que apenas malha, que não fecha, a qual só captura o peixe que ficar preso.

Na pesca da tainha com bote, a divisão do pescado ocorre da seguinte forma: 50% do produto líquido obtido é para o dono da rede (que pode não ser do dono do barco), uma parte para o dono do barco e mais uma parte para cada tripulante. Alguns barcos dividem em partes iguais, cada função no barco ganha algumas partes, não necessariamente são partes inteiras, por exemplo, o chumbereiro, tripulante que larga o chumbo da rede na água, recebe uma parte e um quarto; o proeiro que cuida do cerco, que cerca o peixe, normalmente é o dono do barco, recebe duas ou três partes, pois ele tem maior responsabilidade, de administrar o barco, procurar o cardume, ter o palpite ou intuição de onde vai encontrá-lo.



FIGURA 6 – A pesca com rede de caceio dos pescadores da Praia da Pinheira.  
Fonte: Tiago Nunes, 2007.

## 5.2 A pesca com rede fundeada ou rede ancorada

Esta técnica de captura de pesca consiste na fixação de redes no fundo do mar. Na região da Praia da Pinheira as redes são fixadas próximas à costa e ao redor das ilhas do local.

Os barcos utilizados são as bateiras ou lanchas pequenas, que possuem em média sete metros e são motorizadas. Normalmente trabalham o dono da embarcação e um ou dois tripulantes. Esta técnica de captura de pesca é a mais familiar das técnicas implementadas pelos pescadores da Praia da Pinheira, que geralmente trabalham com irmãos ou com filhos.

No mar não há lugar definido para o pescador fixar sua rede, entretanto há o respeito, “ninguém mexe na rede do outro” (entrevistas – pesquisa de campo). As redes permanecem no mesmo local por tempo indeterminado, dependendo da quantidade de peixe capturada, caso a quantidade seja pouca, os pescadores trocam a rede de local. Além disso, só retiram as redes para a manutenção e limpeza das mesmas.

Dependendo da espécie e das condições do tempo, as redes são verificadas diariamente ou a cada dois dias, sendo considerada a técnica de captura de pesca de maior regularidade. Sempre pelas manhãs, os pescadores recolhem a rede, retiram o pescado, recolocam a rede, e retornam à praia trazendo o pescado.

A divisão do pescado é determinada pelo dono do barco. Como, geralmente, esse tipo de pesca se caracteriza pela mão-de-obra familiar, a divisão é feita em partes iguais, tirando as despesas (óleo diesel, principalmente).

A comercialização do peixe é feita em parte na beira da praia, onde algumas mulheres participam limpando o pescado e/ou fazendo filés; e outra parte é vendida para as peixarias. Além disso, os pescadores também separam parte do pescado para o consumo de suas famílias.



FIGURA 7 – Limpeza de pescado e corte em filés na Praia da Pinheira.  
Fonte: Christiane Severo, 2007.

As redes utilizadas são as redes de malhar e variam conforme a espécie visada e, conseqüentemente, conforme a época da mesma. As espécies mais capturadas pelos pescadores da Praia da Pinheira através da pesca de fundeio são a pescada<sup>10</sup>, a pescadinha<sup>11</sup>, o *bacalhau*<sup>12</sup> ou *brota*<sup>13</sup>, e o linguado<sup>14</sup>. Cada espécie ocorre em um determinado período do ano, com exceção da pescadinha, que ocorre o ano todo.

Os pescadores da Praia da Pinheira utilizam basicamente três tipos de rede ancorada, todas são redes de malhar, ou seja, são redes em que o peixe fica preso em sua malha.

<sup>10</sup> *Cynoscion spp.*

<sup>11</sup> *Macrodon ancylodon.*

<sup>12</sup> A espécie que ocorre na região da Praia da Pinheira é a *brota* ou *abrótea* (*Urophycis brasiliensis*), entretanto, os pescadores denominam este pescado de *bacalhau*.

<sup>13</sup> *Urophycis brasiliensis.*

<sup>14</sup> *Paralichthys spp.*

O primeiro tipo de rede é a chamada **rede de pescadinha**, a qual captura várias espécies, normalmente peixes mais procurados para serem vendidos em filés. Essa rede é colocada perto dos *parcéis* (fundo de pedra), a cerca de 30 ou 40 minutos de distância da Praia da Pinheira. É verificada diariamente, exceto com mau tempo, durante o ano inteiro.

O segundo tipo de rede utilizada pelos pescadores da Praia da Pinheira na pesca de fundeio é a **rede de bacalhau ou brota**, a qual captura basicamente a *brota* e é verificada a cada dois dias. Essa espécie ocorre predominantemente nos meses de julho e agosto.

E o terceiro tipo de rede é **rede de linguado**, que é utilizada na pesca do linguado, da arraia<sup>15</sup> e da viola<sup>16</sup>. Essa rede também é vista a cada dois dias, e essas espécies são capturadas principalmente nos meses de verão. O linguado é um peixe mais nobre, podendo ser vendido por um preço maior, porém ocorre em menor quantidade.

### 5.3 A pesca de cerco e arrasto com canoas

Esta técnica de captura de pesca se concentra nas baías da Praia da Pinheira, isto é, na beira da praia e a poucos metros mar adentro, o que propicia a visualização de todo o processo pelos freqüentadores da praia, sendo um atrativo para os turistas<sup>17</sup>.

É a técnica de captura de pesca mais tradicional, praticada na Praia da Pinheira pelos pescadores mais antigos, os quais formam a sociedade das canoas.

Essa sociedade possui seis canoas para a pesca da tainha e duas para a pesca do *parati*<sup>18</sup> e da *tainhota*<sup>19</sup>, cada uma pertencente a uma família de pescadores. Algumas canoas chegam a atingir mais de cem anos, são feitas de apenas um tronco de madeira de *garapuvu* ou pinho/araucária, mas podem ser remendadas caso estraguem uma parte. Essas canoas sempre são guardadas em lugares secos.

Independentemente da canoa utilizada em um *lance*, todos os participantes da sociedade recebem sua parte. Há um respeito ao território, ou seja, não é possível um pescador que não seja da comunidade trazer sua canoa para a prática do cerco. Assim, essas

<sup>15</sup> Ou Raia – *Raya clavata*.

<sup>16</sup> *Rhinobatos horkelli*.

<sup>17</sup> Esta técnica também ocorre no litoral sudeste, praticada pelos caiçaras, descrita por Diegues (2004).

<sup>18</sup> *Mugil spp.*

<sup>19</sup> *Mugil spp.*

canoas foram passadas de geração em geração, e, atualmente, os netos e bisnetos dos donos originais das mesmas estão recebendo quinhão pela sua utilização.

Para implementar essa técnica de captura de pesca os pescadores passam o dia à espera do cardume na beira da praia. A primeira parte do trabalho é feita pelos vigias, pescadores que ficam posicionados no costão de pedras esperando a entrada do cardume na baía. Após avistar o cardume, o vigia sinaliza para os demais pescadores que estão na praia, agitando um pano ou a própria camisa.

Imediatamente é colocada uma canoa no mar, com seis pessoas: quatro remeiros; um chumbereiro, que joga a parte de baixo da rede; e o patrão, que determina como vai ser feito o cerco e a direção da canoa.



FIGURA 8 – Pescadores cercando o cardume na Praia da Pinheira.  
Fonte: Christiane Severo, 2006.

A canoa deixa uma ponta da rede na beira da praia e contorna o cardume esticando a rede para cercá-lo, retornando à praia, formando uma meia lua. No momento em que ocorre um cerco na Praia da Pinheira, a comunidade inteira se mobiliza, são avisados outros pescadores que vão até a praia ajudar a puxar a rede trazendo os peixes até a beira da praia.



FIGURA 9 – A pesca de cerco e arrasto feito na praia.  
Fonte: Christiane Severo, 2006.

No local é feita a repartição dos quinhões entre os participantes da atividade. Metade do pescado é repartida entre os ajudantes da praia, e metade entre as canoas, além disso, os remeiros ganham um quinhão a mais, assim como o vigia, o chumbereiro e o patrão. Os ajudantes que não são nativos ganham poucos peixes, menos que um quinhão. Os nativos recebem um quinhão. Os mais velhos podem não ajudar muito, “*nem que seja se escorando na rede*” (entrevistas – pesquisa de campo), mas ganham quinhão pela participação.



FIGURA 10 – A divisão do pescado em quinhões na Praia da Pinheira.  
Fonte: Christiane Severo, 2007.

A título de ilustração foi colocado em anexo um DVD contendo uma filmagem do cerco das tainhas feito na Praia da Pinheira no dia 30 de maio de 2007 (ANEXO C), o qual



teve grande veiculação na mídia de todo país, como exemplo, uma reportagem que se encontra no Anexo D.

As principais espécies capturadas pelos pescadores da Praia da Pinheira com a utilização desta técnica são a tainha, a tainhota e o parati. Ocasionalmente, como fauna acompanhante nesta técnica, ocorrem espécies tais como *carapeba*<sup>20</sup>, *cavalinha*<sup>21</sup>, *pampo*<sup>22</sup> e *xerelete*<sup>23</sup>.

A chamada tainhota é a tainha ainda pequena, com cerca de 500 gramas, e ocorre na região de outubro a dezembro. No mês de abril, antes da tainha, aparece o chamado *tainhotão*, que é a tainha com cerca de 750 gramas. A safra da tainha ocorre entre os meses de abril e julho, quando os cardumes migram do sul para o norte para a desova. Na volta do norte para o sul, a tainha é chamada pelos pescadores da Praia da Pinheira de *facão*, ela não volta em cardumes, mas dispersa. O parati ocorre na região da Praia da Pinheira em um período que se estende do mês de novembro ao mês de maio.

As redes utilizadas são feitas de poliamida e não são de malhar, ou seja, os peixes ficam soltos. A rede usada na captura da tainha possui a malha maior que a rede usada para captura do parati. No final da safra as redes são retiradas e estendidas para secar e remendar, para serem utilizadas na próxima safra.

A pesca da tainha através desta técnica de captura é valorizada na região pela tradição. Entretanto, devido à pequena quantidade que cada pessoa ganha, e por ser uma pesca imprevisível e irregular, não tem valor expressivo em termos de renda dos pescadores.

#### **5.4 A pesca de arrasto ou arrastão**

Nessa técnica é utilizada a canoa para estender uma rede, deixando a ponta do cabo que tem em média 500 metros na areia da praia. Os pescadores soltam a rede e voltam até a praia deixando a outra ponta do cabo da rede, também com 500 metros na praia.

<sup>20</sup> *Diapterus auratus*, *Gerreidae Eugerres brasilianus*, *Eucinostomus argenteus*, da família Gerreidae.

<sup>21</sup> *Scomber japonicus*.

<sup>22</sup> *Trachinotus spp.*

<sup>23</sup> *Caranx latus*.

Em seguida, em torno de 15 pessoas em cada ponta puxam a rede. Essa técnica é executada sem que se tenha visto o cardume, capturando todo tipo de peixe, o limite é o da bitola, ou seja, o tamanho da malha.

Na Praia Pinheira apenas uma canoa é utilizada para esta técnica de captura, e a época mais comum é no final do verão, podendo ser feito à noite. A rede utilizada é menor que a rede de tainha e de parati, possui cerca de 150 braças e captura o peixe solto, não malha.

### 5.5 A pesca de arrasto do camarão

Nesta técnica de captura de pesca participam normalmente um ou dois tripulantes e o patrão. Qualquer barco pode ser utilizado, desde que possua a estrutura necessária para sustentar as redes, isto é, braços onde as redes são fixadas, geralmente duas, uma em cada ponta.

As redes têm em média dez metros de abertura, possuem um sistema de pranchas de madeira que as mantêm abertas, e o sacador, onde se concentra o pescado. Essas redes são feitas de seda ou de nylon, dependendo da espécie de camarão que se pretende capturar.

Na região da Praia da Pinheira a safra do camarão se concentra nos meses de verão e são capturadas predominantemente três espécies: o camarão-ferrinho<sup>24</sup>, o camarão-vermelho<sup>25</sup> e o camarão legítimo<sup>26</sup> ou pata-azul.

De acordo com os pescadores entrevistados, o camarão-ferrinho é pequeno, sendo mais utilizado no preparo de molhos; o camarão-vermelho é grande, mas não muito saboroso, e não possui bom aproveitamento, pois após a limpeza *sobra pouca carne*, e, portanto, não é muito valorizado.

Pela captura do camarão legítimo até o ano de 2007, alguns pescadores da Praia da Pinheira receberam o seguro desemprego, devido ao período de defeso do mesmo. Entretanto, a partir do ano de 2008, de acordo com o presidente da colônia do local, nenhum pescador registrado na mesma receberá este benefício, porque não foram renovadas as licenças das embarcações para a pesca dessa espécie.

<sup>24</sup> *Artemisia longinaria*.

<sup>25</sup> *Pleoticus muelleri*.

<sup>26</sup> *Litopenaeus schimitti*.



FIGURA 11 – A pesca do camarão na Praia da Pinheira.

Fonte: Christiane Severo, 2006.

## 5.6 Técnicas de captura secundárias ou eventuais

### 5.6.1 A pesca com tarrafa

A técnica de captura de pesca com tarrafa pode ser feita de duas formas: na vista, ou seja, avistando um peixe ou um cardume, ou sarraio, quando os peixes não são vistos.

Existem dois tipos de tarrafa: a tarrafa de argola, na qual a parte de baixo se fecha e forma um saco. É considerada mais segura, captura uma maior quantidade, sendo a mais utilizada pelos pescadores da Praia da Pinheira.

O outro tipo de tarrafa é a tarrafa de rufo, que possui uma bolsa na parte de baixo, onde o peixe entra, é adequada para lugares com fundo de pedra, onde a tarrafa de argola não pode ser utilizada, pois trancaria nas pedras.



FIGURA 12 – A pesca da lula com tarrafa.  
Fonte: Tiago Nunes, 2007.

As principais espécies capturadas na região da Praia da Pinheira com as tarrafas são: o parati gordinho<sup>27</sup> ou cara-amarela, o parati olhudo<sup>28</sup>, a tainha e a lula<sup>29</sup>; as duas últimas são consideradas espécies de boa aceitação e procura no mercado, enquanto que as demais são capturadas para o autoconsumo das famílias de pescadores. Todavia, devido à pouca quantidade capturada, atualmente, para os pescadores da Praia da Pinheira essa técnica não é significativa em termos de renda obtida, sendo, muitas vezes, praticada por lazer.

#### 5.6.2 A pesca com caniço ou linha

Atualmente é a técnica de captura de pesca menos produtiva, sendo mais praticada por esporte ou por lazer. É executada individualmente pelo pescador em cima das pedras, no costão.

<sup>27</sup> *Cynoscion acoupa*.

<sup>28</sup> *Cynoscion guatucupa*.

<sup>29</sup> *Loligo vulgaris*.

O caniço utilizado nessa técnica possui aproximadamente nove metros e uma linha de nylon com o mesmo tamanho, amarrada na ponta. Diferente da técnica de captura de pesca com linha de mão, na qual pescadores seguram a linha de nylon com as próprias mãos.



FIGURA 13 – A pesca com caniço na Praia da Pinheira.  
Fonte: Christiane Severo, 2006.

Para cada espécie de peixe são utilizados linha, anzol e chumbo específicos. As espécies predominantemente capturadas na região da Praia da Pinheira através dessas técnicas são o *marimbau*<sup>30</sup>, o *sargo*<sup>31</sup>, o *pampo* e a *garoupa*<sup>32</sup>.

Na pesca do marimbau é usada uma linha mais fina, pois este é um peixe que, segundo os pescadores entrevistados, “faz menos força”. O chumbo varia com as condições do mar e o fundo de onde se está. Se a região possuir pedras baixas, então o chumbo deve ser menor, para não afundar tanto, é a pesca “velada” ou nivelada.

O marimbau é uma espécie escassa, sendo mais pescado onde fica o “espumado” das ondas, tal como dizem os entrevistados, ou onde existem pedras mais próximas da superfície – lugares chamados de “lajeados” pelos pescadores. É considerado um peixe esperto e não tem muita procura no comércio, sendo mais capturado para consumo próprio. São utilizados como isca a tatuíra<sup>33</sup>, o marisco, o búzio ou o camarão.

<sup>30</sup> *Diplodus argenteus*.

<sup>31</sup> *Diplodus sargus*.

<sup>32</sup> *Epinephelus spp.*

<sup>33</sup> *Emerita brasiliensis*.

O salgo, assim como o marimbau não ocorre em muita quantidade, entretanto é mais cobiçado pelo sabor. O salgo permanece mais no fundo do mar, ao redor das ilhas e parcéis; é um peixe maior, chegando a atingir nove quilos, sendo necessário utilizar uma linha mais grossa, e um chumbo mais pesado. As iscas utilizadas são o marisco ou a tatuíra.

Na técnica de captura de pesca de caniço, geralmente é feito um engodo, ou seja, um pouco de mariscos ou tatuíras são jogados na água para atrair os peixes.

### 5.6.3 Extração de marisco

A extração de marisco, ou mexilhão, consiste na retirada dos mesmos das pedras dos costões da Praia da Pinheira. A técnica é bastante simples, dependendo sobretudo da maré, a qual deve estar “seca” isto é, baixa, para que as conchas possam ser extraídas das pedras.

A ferramenta utilizada é a *cavadeira*, uma espécie de espátula, com a qual se retiram as conchas de marisco incrustadas nas rochas das praias. Também são utilizados *balaios*, ou cestos para se colocarem os mesmos.

Extraído individualmente, muitas vezes por mulheres, o marisco já foi muito explorado para venda, principalmente nos anos 1980. Entretanto, atualmente é mais utilizado no autoconsumo das famílias de pescadores da Praia da Pinheira.

## **Homenagem ao pescador**

*Pescador toma cuidado  
Quando sair pra pescar  
Olha as ondas são muito forte  
Você não vai cair no mar*

*A vida do pescador  
É uma vida muito arriscada  
Ele é forte, ele pesca com chuva,  
Pesca com vento e trovoada*

*A você, pescador, desejamos  
Que tenhas sorte no mar  
Que Jesus ande sempre ao teu lado  
Com a mão no remo  
Ajudando a remar*

*Pescador, a você nos devemos  
Muita gratidão. É você quem pesca o peixe  
Pra matar a fome dos nossos irmãos*

*Quando você pescador sai para o mar  
Nós ficamos juntas a rezar  
Para a Virgem dos Navegantes  
A teu barco ela acompanhar*

Maria Campos Pereira

## 6 TIPOLOGIA DOS PESCADORES DA PRAIA DA PINHEIRA

Este capítulo apresenta os diferentes tipos de pescadores artesanais da Praia da Pinheira, descritos com a utilização de dados qualitativos e quantitativos. Objetiva-se analisar as principais características desses pescadores, para demonstrar que não se trata de um grupo social estritamente homogêneo, mas que se diferenciam em suas formas de relações de trabalho, relações com os meios de produção e características sócio-econômicas.

Esse tipo de constatação só é possível depois de uma maior proximidade com a comunidade. Assim, as informações aqui apresentadas foram obtidas através de entrevistas com informantes-chave, tais como o presidente da colônia e pescadores mais experientes; através de conversas informais com membros da comunidade e através da observação do cotidiano dos pescadores.

Constata-se atualmente a existência de três tipos de pescadores na Praia da Pinheira: os donos de embarcação, os tripulantes e os aposentados. Sendo que os tripulantes podem ser separados em dois subtipos: os tripulantes de ano todo e os tripulantes de inverno; e os donos de embarcação se dividem conforme a técnica de captura de pesca utilizada: caceio ou fundeio.

Esses tipos são determinados levando-se em conta essencialmente dois fatores: a sua relação com os meios de produção e forma de trabalho; e as categorias utilizadas pelos próprios pescadores.

O primeiro fator – a relação com os meios de produção e a forma de trabalho - se refere à posse ou não dos meios de produção, e à forma de utilização da força de trabalho, ou seja, as funções que o pescador exerce ou como obtém renda.

O segundo fator – categorias utilizadas pelos pescadores – é utilizado na identificação e nomenclatura dos tipos; e basicamente refletem os critérios adotados pelo primeiro fator, entretanto, são categorias próprias dos pescadores.

Desta forma, os diferentes tipos de pescadores identificados na comunidade pesqueira da Praia da Pinheira são apresentados a seguir, destacando-se as características particulares de cada tipo.

A última parte do capítulo traz os resultados dos indicadores sócio-econômicos utilizados e a análise dos mesmos para os diferentes tipos de pescadores e técnicas de captura de pesca artesanal da Praia da Pinheira.



## 6.1 Donos de embarcação

São os possuidores dos meios de produção. Geralmente não possuem apenas a embarcação, mas também as redes e todos os demais apetrechos utilizados na pesca.

Esse tipo de pescador se encontra em melhor situação econômica, pois os sistemas de repartição do pescado adotados privilegiam os donos dos meios de produção através da remuneração do capital.

Como visto na descrição das técnicas de pesca utilizadas atualmente na Praia da Pinheira, a rede, o barco, isto é, os meios de produção fundamentais na pescaria, recebem partes na divisão do pescado. Interessante mencionar que esse fato se torna explícito nas entrevistas quando os pescadores se referem ao apetrecho, e não ao dono do mesmo: *“uma parte é do barco, uma parte é da rede”* (entrevistas - pesquisa de campo).

Atualmente na Praia da Pinheira existem em torno de 30 barcos, todos de madeira. São bateiras, lanchas, botes com convés, botes sem convés e canoas. A maioria dos donos de embarcação possui apenas um barco. Mais precisamente apenas um pescador da Praia da Pinheira é dono de uma lancha e uma canoa. A lancha é utilizada por este pescador na pesca de fundeio, e a canoa faz parte da sociedade das canoas para a pesca do parati e da tainhota, através da técnica de captura de pesca de cerco e arrasto de praia.

Os donos de embarcação trabalham assim como os demais pescadores no barco, isto é, participam de todas as funções. Entretanto, se concentram no comando do barco, são eles que decidem onde pescar e quando pescar, são os chamados patrões. Ou seja, assumem o risco da pescaria, desta maneira necessitam de certo conhecimento e experiência, além da simples força de trabalho.

Esse tipo de pescador pode ser separado em dois subtipos, conforme as técnicas de captura de pesca predominantemente utilizadas: os donos de embarcação que praticam a pesca de fundeio e os donos de embarcação que praticam a pesca de caceio.

Importante ressaltar que as duas técnicas podem ser implementadas pelo mesmo pescador, contudo alguns preferem uma à outra, determinando esses subtipos. Sendo que, em épocas de escassez na pescaria, os pescadores podem adotar outra técnica, ou mesmo dividir seu tempo de trabalho entre as duas.

## 6.2 Tripulantes

Os tripulantes caracterizam-se por não possuírem meios de produção, possuem apenas a mão-de-obra, portanto vendem a força de trabalho.

Geralmente esse tipo de pescador é chamado a trabalhar com os donos de embarcação, por *parentesco* ou *camaradagem*, alguns são convidados por serem mais esforçados, executarem melhor o trabalho, terem mais habilidade, ou como dito pelos pescadores, por serem “*mais safos*” (entrevistas - pesquisa de campo).

Como visto anteriormente, a técnica de captura de pesca de fundeio utiliza predominantemente mão-de-obra familiar, e secundariamente pelo critério da camaradagem, ou parceria. Enquanto na técnica de captura da pesca de caceio já se encontram mais pescadores que trabalham juntos por outras razões, como pela forma como exercem a atividade.

Os tripulantes executam todo o trabalho braçal na embarcação, isto é, colocam as redes, recolhem as redes, carregam o pescado, etc. Além disso, em terra, ainda participam da confecção ou remendo das redes, juntamente com o dono das mesmas.

Esse tipo de pescador se divide em: pescador tripulante o ano todo e pescador tripulante “de inverno”, descritos a seguir.

### 6.2.1 Pescador tripulante o ano todo

É o pescador que exerce a mesma função o ano inteiro, ou seja, durante o ano todo ele participa da atividade pesqueira.

Geralmente são os que trabalham com parentes na pesca de fundeio, a qual não é tão sazonal quanto a pesca de caceio, devido às características das espécies capturadas. Além disso, no verão esse subtipo de pescador tem a possibilidade de vender o pescado diretamente aos turistas, na beira da praia, proporcionando um incremento na renda obtida. Como afirmado nas entrevistas: “*No verão vai pouca coisa pra peixaria, quase tudo é vendido na praia, é época boa para os pescadores, é pouco peixe, tem mais camarão, mas o peixe tem valor*” (entrevistas – pesquisa de campo).

### 6.2.2 Pescador tripulante “de inverno”

É o pescador que na temporada de verão exerce outras atividades, não ligadas à pesca. Essas atividades geralmente são ligadas ao turismo, comércio e prestação de serviços.

Esse subtipo representa a maioria dos tripulantes da Praia da Pinheira, principalmente os mais jovens. Conforme os relatos dos entrevistados, o número de pescadores desse subtipo, especificamente, é o que mais vem aumentando nos últimos anos. Esse fato se explica pela possibilidade de incremento da renda através de outras atividades na temporada de verão. Além disso, nos meses de inverno, a pesca se torna praticamente a única atividade possível para os jovens que terminam os estudos na escola local e decidem, por diversas razões, continuar morando na Praia da Pinheira.

A presença do turista também influencia a decisão dos donos de embarcação, pois, de acordo com entrevistados: *“no verão geralmente os pescadores que continuam pescando são os donos de barco, aí preferem trabalhar sozinhos, dá mais lucro, porque vendem pro turista na praia...”* (entrevistas – pesquisa de campo).

### 6.3 Aposentados

Os aposentados se diferenciam dos demais tipos principalmente por não saírem mais ao mar, ou seja, não implementam mais as técnicas de pesca nas quais é necessário embarcar. Estes pescadores foram donos de embarcação ou tripulantes, e, por diversos motivos, se desfizeram de seus barcos e se “aposentaram”.

Eles se concentram na técnica de captura de pesca de arrasto de praia, principalmente devido à tradição, são os camaradas da sociedade das canoas. Assim, passam a maior parte de seu dia na beira da praia, à espera de um cardume para fazer o arrasto de canoas, ou à espera da chegada das embarcações que saíram para pescar. Além disso, alguns trabalham na confecção e remendo de redes.



FIGURA 14 – Pescadores “aposentados” da Praia da Pinheira.  
Fonte: Christiane Severo, 2007.

Convém mencionar que ainda foram encontrados três outros tipos de pescadores que se enquadram nos critérios adotados nesta tipologia, entretanto estes não fazem parte do estudo devido à não representatividade dos mesmos na comunidade pesqueira da Praia da Pinheira. Esses tipos são: um pescador que captura apenas peixes nobres, utilizando arpão e pesca submarina; um dono de embarcação que faz apenas o arrasto de camarão, o ano todo, e uma embarcação de porte maior, na qual o dono da embarcação raramente participa da pesca, remunerando assim um proeiro para exercer suas funções no barco.

#### 6.4 Análise dos resultados e reflexões

Com a descrição dos atuais sistemas técnicos de captura da pesca e dos diferentes tipos de pescadores identificados na comunidade pesqueira na Praia da Pinheira, pode-se elaborar o quadro abaixo, que sintetiza tais informações.

QUADRO 5 – Tipologia de pescadores e técnicas de captura de pesca da Praia da Pinheira.

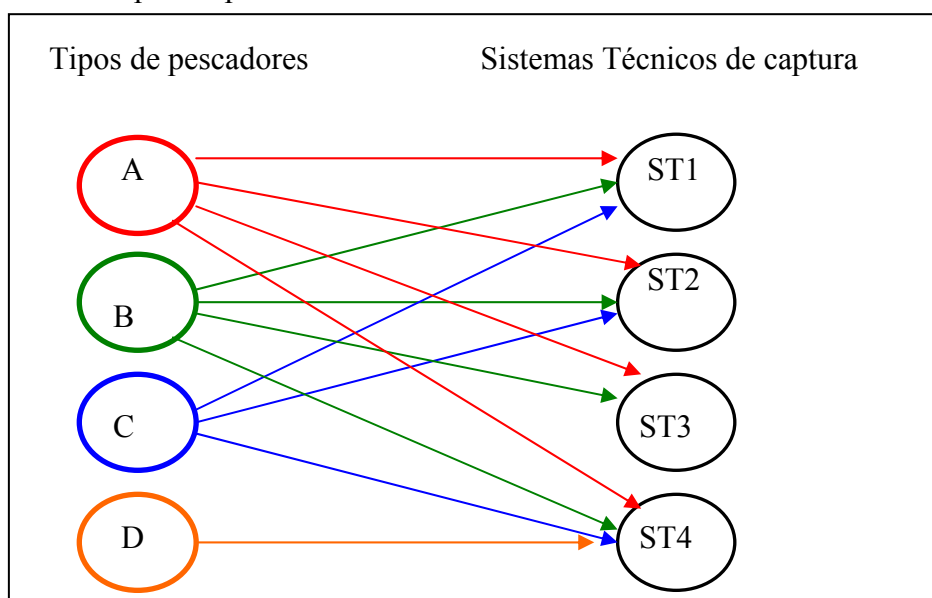
Sistema técnico Tipo de pescador	Fundeio ST 1	Caceio ST2	Arrasto de Camarão ST3	Arrasto de praia ST4
A – Dono de embarcação	X	X	X	X
B - Tripulante de ano todo	X	X	X	X
C - Tripulante de inverno	X	X		X
D – Aposentado				X

Fonte: elaborado pela autora.

No quadro 5, não foram determinados os tipos de pescadores que utilizam os sistemas técnicos de captura eventuais, tal como a pesca com tarrafa e caniço, pois estas técnicas em geral não são representativas em termos de renda e quantidade capturada para os pescadores estudados. Além disso, são praticadas individualmente, não havendo categorias, como nas demais, portanto não fazem parte da tipologia elaborada para o estudo dos pescadores artesanais da Praia da Pinheira. Entretanto, não significa que os pescadores estudados não as utilizem, isto é, muitos as executam, independentemente da categoria aqui estabelecida.

Assim podem-se esquematizar os tipos de pescadores e os sistemas técnicos de captura utilizados na Praia da Pinheira, como no quadro 6, a seguir:

QUADRO 6 – Tipos de pescadores e sistemas utilizados na Praia da Pinheira.



Fonte: elaborado pela autora.

Importante descrever que há um processo de evolução entre os tipos de pescadores encontrados atualmente na Praia da Pinheira. O pescador inicia na profissão como tripulante, ou seja, apenas com a sua força de trabalho, na maioria das vezes com o pai ou um familiar, adquirindo experiência.

Depois de alguns anos trabalhando como tripulante, alguns pescadores conseguem acumular capital e comprar alguns apetrechos. Poucos conseguem comprar um barco, os que compram geralmente o fazem em sociedade com um irmão. Alguns recebem uma embarcação de herança, ou compram da própria família por valores irrisórios.

Além dessas possibilidades de aquisição de capital, também existem alguns pescadores que trabalharam na pesca industrial por certo tempo, conseguindo, assim, economizar uma parte de sua renda para a aquisição de um barco, retornando à pesca artesanal e à moradia na Praia da Pinheira.

Mais recentemente, os pescadores da Praia da Pinheira têm conseguido adquirir capital em função das atividades ligadas ao turismo, tais como prestação de serviços e aluguel de casas.

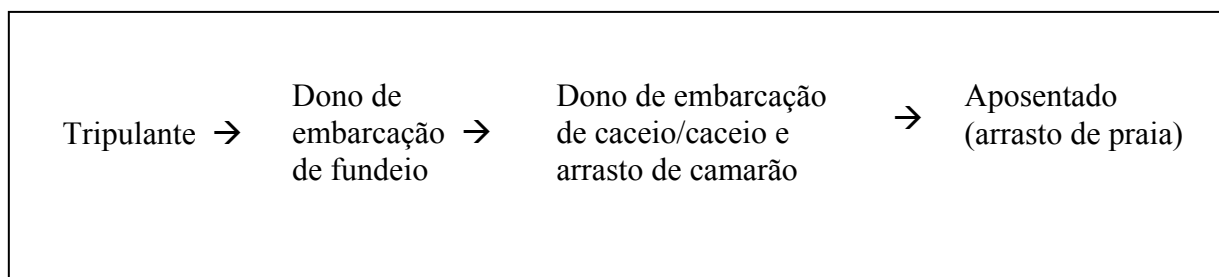
Assim, após a aquisição de uma embarcação, o pescador passa a ser o tipo dono de embarcação, exercendo a profissão como patrão.

Conforme os apetrechos que adquire, o pescador dono de embarcação pode executar outras técnicas de captura. Isto é, geralmente se começa com a pesca de *fundeio*, que não exige tantos equipamentos, depois se pode adquirir, por exemplo, um guincho, um rolo e um motor para puxar a rede, passando a executar a pesca de *caceio*.

Na velhice a maioria dos pescadores se desfaz de suas embarcações e não sai mais ao mar como faziam no dia-a-dia, tornando-se o tipo pescador aposentado.

A evolução dos tipos de pescadores e técnicas de captura utilizadas na Praia da Pinheira pode ser ilustrada como no esquema a seguir:

QUADRO 7 – Evolução dos tipos de pescadores e técnicas de captura da Praia da Pinheira.



Fonte: elaborado pela autora.

Para se analisar o conteúdo dos capítulos 4, 5 e 6, dentro da proposta da abordagem sistêmica, pode-se utilizar o quadro da página 32 como auxílio. Assim, temos a evolução e diferenciação dos sistemas pesqueiros na Praia da Pinheira, isto é a evolução e diferenciação das formas de interação do homem (pescadores) com o meio (ambiente marinho e litorâneo), adaptadas às condições do mesmo e às necessidades do momento, e ainda, levando-se em conta os fatores históricos e socioeconômicos a que estão submetidos.

O sistema de produção na pesca da Praia da Pinheira caracteriza-se como artesanal, sendo determinado pelos sistemas técnicos de captura utilizados e pelas relações de trabalho e capital.

A principal reflexão sobre a forma artesanal da pesca na Praia da Pinheira, se dá conforme Diegues (1983) descreve a interação do homem com o meio, em lugares onde o sistema de forças do capital não pode se instalar, isto é, em meios onde o sistema de pesca industrial não pode se desenvolver. Além disso, conforme as teorias de relações sociais, a manutenção das atividades com relações baseadas em compadrios e familiaridades também denota a manutenção do sistema artesanal e, até certo ponto a impossibilidade do mesmo se diferenciar.

O que se pode verificar em termos de diferenciação foram as técnicas de captura, as quais evoluíram conforme surgem outros apetrechos e equipamentos e conforme as necessidades de captura, reflexo de diversos fatores, entre eles pode-se citar a escassez do pescado.

Também se verifica a diferenciação dos tipos de pescadores, os quais se adaptam as condições socioeconômicas dos momentos históricos vividos e oportunidades que surgem, como por exemplo, a migração para a pesca industrial intensa na década de 70, e o abandono da atividade pesqueira em favor do setor de serviços e turismo.

Assim, temos os diferentes sistemas pesqueiros constituídos na praia da Pinheira através dos séculos, nos quais se manteve o sistema de produção de pesca artesanal, com diferentes técnicas de captura e tipos de pescadores, entretanto com pouca diferenciação nas relações de trabalho e capital.

Nesse momento de reflexão, retorna-se ao problema de pesquisa: Como as transformações sócio-econômicas das últimas décadas influenciaram ou ainda influenciam no modo de vida dos pescadores artesanais da Praia da Pinheira? Com base nas informações e reflexões apresentadas, pode-se responder o problema.

Desta forma, as transformações sócio-econômicas influenciaram a vida dos pescadores na medida em que propiciaram a evolução e diferenciação dos sistemas técnicos de captura bem como dos tipos de pescadores. Entretanto as relações sociais não sofreram muitas alterações, apesar da influência do turismo, se mantêm as relações baseadas nos compadres e familiares.

Os resultados dos indicadores econômicos utilizados na análise dos diferentes tipos de pescadores e técnicas de captura de pesca artesanal da Praia da Pinheira foram

sintetizados nas tabelas a seguir. Na Tabela 3 os dados foram agrupados por técnica de captura de pesca utilizada. Na Tabela 4 foram agrupados por tipo de pescador.

Importante ressaltar que todas as informações foram utilizadas nos cálculos de cada uma das tabelas. Além disso, as entrevistas foram feitas com diferentes tipos de pescadores que executam diferentes técnicas de captura de pesca, ou seja, foram entrevistados donos de embarcações e tripulantes que utilizam a técnica de captura de pesca de caceio e donos de embarcações e tripulantes que utilizam a técnica de captura de pesca de fundeio.

TABELA 3 – Resultados dos indicadores econômicos por técnica de captura.

	PB (R\$)	CI (R\$)	AF (R\$)	RP (R\$)	OR (R\$)	RT (R\$)	OR/RT (%)	VAB (R\$)	PB/CI (%)
Caceio	87.800,00	13.980,00	878,00	16.021,50	13.165,00	27.846,50	0,43	69.620,00	6,50
Fundeio	14.024,50	3.720,00	140,25	3.912,41	10.430,00	12.646,23	0,76	9.275,00	3,15

Fonte: elaborado pela autora, dados de pesquisa de campo, 2007.

TABELA 4 – Resultados dos indicadores econômicos por tipo de pescador.

	KI (R\$)	OR (R\$)	RP (R\$)	RT (R\$)	OR/RT (%)	RT/num fam (R\$)
Donos de embarcação	14.130,00	12.000,00	3.912,41	14.317,01	0,76	5.278,89
Tripulantes	1.182,50	9.780,00	13.682,08	23.825,08	0,48	7.127,45
Aposentados	30.000,00	14.520,00	0	14.520,00	1	3.740,00

Fonte: elaborado pela autora, dados de pesquisa de campo, 2007.

Comparando-se os resultados dos indicadores obtidos por tipo de pescador, percebe-se a evolução dos mesmos em relação à acumulação de capital, ou seja, os tripulantes têm pouco mais de R\$1.000,00, os donos de embarcação R\$14.130,00, e os aposentados R\$30.000,00, em média de capital imobilizado (KI).

É importante que se faça uma observação a respeito dos aposentados entrevistados, os quais obtiveram um alto valor de KI, comparando-se com os donos de embarcação, o que é devido ao alto valor das canoas utilizadas na técnica de cerco e arrasto de praia, as quais valem, em média R\$50.000,00; enquanto que outros tipos de embarcações valem cerca de R\$15.000,00.



Sobre o indicador de outras rendas (OR), os donos de embarcação possuem em média um maior valor devido aos aluguéis de imóveis obtidos no verão e, também, por serem de uma faixa etária maior, possuindo filhos adultos, os quais vendem sua força de trabalho em atividades não ligadas à pesca.

Ao mesmo tempo, os tripulantes, em sua maioria jovens, não possuem outras rendas principalmente de aluguéis, pois não possuem imóveis para isso. Porém, o valor encontrado pelo indicador (R\$ 9.780,00) é relativamente próximo ao encontrado para os donos de embarcação (R\$ 12.000,00), o que se deve à venda da força de trabalho dos próprios tripulantes no verão, em atividades ligadas ao turismo e serviços, o que não é característica dos donos de embarcação.

O fator “família”, ou seja, o número de familiares, também tem importância, observado com o indicador que divide a renda total pelo número de familiares (RT/num fam), evidenciando a diferença entre as famílias de donos de embarcação, tripulantes e aposentados entrevistados. Isto é, aposentados têm famílias mais numerosas, ou um maior número de pessoas dependendo de suas rendas, seguidos pelos donos de embarcação e por último os tripulantes.

Contudo, é importante mencionar que essa conclusão não significa que as famílias de pescadores da Praia da Pinheira possam ser diferenciadas conforme as técnicas de captura e tipos de pescadores das mesmas, havendo famílias em que o filho pesca como tripulante de outro parente ou amigo, enquanto o pai é um pescador do tipo dono de embarcação, podendo implementar as mesmas técnicas ou não.

Para os aposentados, o indicador de OR revela o grande peso das aposentadorias e aluguéis, além de não possuírem renda da pesca (RP), o que faz de seu indicador de OR ser igual ao RT.

A respeito do indicador de RP, para os aposentados, é necessário que se faça um esclarecimento. Os pescadores aposentados não possuem RP nesta análise, pois não é possível estimar com confiabilidade a quantidade média capturada por ano com a técnica de cerco e arrasto de praia, a qual é extremamente variável e incerta. Além disso, mesmo com grandes quantidades capturadas, o valor obtido por cada pescador é irrisório, sendo quase totalmente destinado ao autoconsumo.

Analisando o indicador RP para os tripulantes (R\$13.682,08), percebe-se que estes obtiveram maiores valores do que donos de embarcação (R\$ 3.912,41), pois em sua maioria trabalham em embarcações que utilizam a técnica de captura de pesca de caceio. Ou seja, os pescadores de fundeio geralmente são donos da embarcação, utilizando em menor quantidade

mão-de-obra de tripulantes. Além disso, a maioria dos donos de embarcação entrevistados implementa a técnica de captura de pesca de fundeio, enquanto que a maioria dos tripulantes entrevistados executa a técnica de captura de pesca de caceio.

O indicador de RP expressa a diferença entre as técnicas de captura utilizadas, desta forma a RP tem menor importância na composição da RT das famílias de donos de embarcação, verificado através do indicador OR/RT, o qual é de 0,76, ou seja, 76% da RT dessas famílias não provém da pesca. Enquanto que para as famílias dos tripulantes entrevistados, 48% da RT não provém da pesca.

Analisando a Renda da Pesca (RP) média obtida por técnica, também nota-se a diferença, os pescadores que implementam a técnica de caceio obtêm média de R\$16.021,50 por ano, enquanto que os pescadores que utilizam a técnica de fundeio obtêm em média R\$3.912,41 por ano.

Os dados quantitativos a respeito de quantidades capturadas, custos de produção, renda obtida e capital imobilizado evidenciam a diferença entre as técnicas de captura de caceio e fundeio. Desta maneira, confirmando as impressões da pesquisadora e os dados qualitativos das entrevistas, os quais demonstram uma melhor situação sócio-econômica dos pescadores que implementam a técnica de captura de pesca de caceio, principalmente os donos de embarcação.

Um dos motivos para esta diferença entre as técnicas está nas formas de relações de trabalho e capital, pois a técnica de captura de fundeio é executada predominantemente de forma familiar, ou seja, não há remuneração do capital na divisão do produto, pois o barco e os equipamentos pertencem à família. Além disso, são utilizados menos equipamentos, havendo poder de captura menor.

Outro motivo são as espécies capturadas com cada técnica, pois com a técnica de pesca de caceio são capturadas espécies de maior valor comercial.

Com base nos dados quantitativos das entrevistas, a média de Produto Bruto (PB) obtido por embarcação com a utilização da técnica de captura de pesca de caceio é de R\$87.800,00 por ano. Enquanto que as embarcações que implementam a técnica de captura de pesca de fundeio obtêm em média R\$14.024,50 de PB por ano.

O autoconsumo familiar, segundo os entrevistados, tanto de uma técnica quanto de outra, fica em torno de 10% do PB, ou seja, R\$ 878,00 por ano nas embarcações que implementam a técnica de pesca de caceio, e R\$ 140,25 em média naquelas que utilizam a técnica de captura de pesca de fundeio.

O consumo intermediário também tem grande contraste entre as duas técnicas. Para as embarcações que executam a técnica de caceio a média é de R\$ 13.980,00 por ano, enquanto aquelas que utilizam a técnica de fundeio têm em média um consumo intermediário de R\$3.720,00 por ano.

O principal componente do CI na pesca artesanal da Praia da Pinheira é o combustível utilizado pelas embarcações, no caso o óleo diesel, consumido em média por ano 3240 litros, por embarcação, o que equivale a um custo de R\$6.480,00 em média por ano, por embarcação.

Como dito anteriormente, existe diferença de consumo intermediário entre as técnicas utilizadas, isto é, a técnica de captura de caceio utiliza uma quantidade maior de combustível devido a forma de implementação da mesma, a qual se caracteriza pela procura dos cardumes no mar. Enquanto que a técnica de captura de fundeio se caracteriza pela utilização de redes fixas em um determinado local, demandando uma quantidade menor de combustível por embarcação.

## **Pescador de ilusões**

*Se meus joelhos  
Não doessem mais  
Diante de um bom motivo  
Que me traga fé  
Que me traga fé...*

*Se por alguns  
Segundos eu observar  
E só observar  
A isca e o anzol  
A isca e o anzol  
A isca e o anzol  
A isca e o anzol...*

*Ainda assim estarei  
Pronto pra comemorar  
Se eu me tornar  
Menos faminto  
E curioso  
Curioso...*

*O mar escuro  
Trará o medo  
Lado a lado  
Com os corais  
Mais coloridos...*

*Valeu a pena  
Êh! Êh!  
Valeu a pena  
Êh! Êh!  
Sou pescador de ilusões  
Sou pescador de ilusões...*

*Se eu ousar catar  
Na superfície  
De qualquer manhã  
As palavras  
De um livro  
Sem final! Sem final!  
Sem final! Sem final!  
Final...*

*Valeu a pena...*

**O Rappa**

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos fatores históricos, geomorfológicos e sócio-econômicos que tiveram influência no processo de evolução e diferenciação da comunidade de pescadores da Praia da Pinheira permite um entendimento de como ocorreu a constituição atual dessa comunidade.

É possível identificar quatro fases históricas distintas desse processo: a primeira vai até 1750, com o sistema pesqueiro indígena; o segundo sistema é de 1750 até o início do século XX, o sistema pesqueiro e agrícola de subsistência dos açorianos; o terceiro período entre o início do século XX e a década de 1960, com o sistema pesqueiro baseado na salga; e o quarto sistema, de pescadores e prestadores de serviços verificado na atualidade.

O primeiro sistema caracterizou-se pela cultura indígena: nomadismo, caça e coleta, e pelo pouco impacto sobre o meio natural. O declínio deste sistema ocorreu em decorrência da colonização açoriana. Entretanto, foram agregadas características dos hábitos indígenas ao modo de vida açoriano. O que se verificou nos hábitos alimentares, principalmente na cultura da mandioca. Fato que se explica pela diferença entre os solos das ilhas dos Açores e os solos aqui encontrados, os quais não permitiam as práticas agrícolas de costume dos açorianos, como, por exemplo, o cultivo do trigo.

O segundo sistema se caracterizou pela ocupação açoriana e sua cultura. As atividades básicas eram a pesca e a agricultura de subsistência. A comunidade era composta basicamente por duas categorias sociais: as famílias de agricultores e as famílias de pescadores, havendo uma especialização de atividades. As relações eram baseadas nas trocas de peixe fresco por produtos agrícolas, principalmente a farinha de mandioca. Esta especialização difere da situação constatada em outras regiões pesqueiras do país, onde os pescadores evoluíram de agricultores para pescadores-agricultores, tais como os casos dos pescadores-lavradores de São Paulo descritos por Diegues (1983 e 2004) e os pescadores artesanais de São Lourenço do Sul, no Rio Grande do Sul, estudados por Pasquotto (2005).

Os caiçaras de Diegues (1983 e 2004) teriam sua rotina de trabalho em função da roça, tendo na pesca uma atividade ocasional, em geral restrita a períodos de safra. Ou seja, em outras comunidades de pescadores, se utilizava uma combinação de atividades de agricultura e pesca, dividindo o tempo de trabalho entre elas.

Além disso, utilizando a noção de processo, se percebe que as comunidades atuais de pescadores dessas regiões, independentemente da definição de artesanais ou não,

evoluíram de uma comunidade organizada em função das atividades agrícolas, e, por motivos diferentes, acabaram se tornando “apenas” pescadores.

Entretanto, esse processo não se verificou na Praia da Pinheira, onde aquelas famílias que estavam ligadas às atividades pesqueiras continuam ligadas exclusivamente a esta atividade, havendo uma clara e evidente especialização.

O terceiro sistema pesqueiro tem início com a implantação das *salgas* na Praia da Pinheira, o que propiciou o aparecimento de um comércio local, *as vendas*, e a possibilidade de comercialização do pescado em outras localidades, principalmente Florianópolis. Surge a categoria social dos comerciantes e intermediários do pescado.

Nesta época, a comunidade da Praia da Pinheira passou por muitas dificuldades, principalmente por estar extremamente isolada, e sem apoio do governo. Os pescadores, além das dificuldades próprias da atividade pesqueira artesanal, ainda estavam sujeitos aos atravessadores para a venda do produto.

A partir dos anos 1960/1970, segundo os moradores da comunidade, começa o período de melhoras. A construção da BR-101, a chegada da luz elétrica, do transporte, etc., provocam alterações nas características sócio-econômicas da região. A Praia da Pinheira passa a ser vista como local turístico e não apenas como uma comunidade de pescadores artesanais.

Apesar da evolução do sistema técnico de captura na pesca com a utilização do *nylon*, dos barcos com motores, entre outros fatores; nesta época tem início o processo de abandono das atividades tradicionais (como a pesca e a agricultura), em benefício de atividades ligadas ao turismo.

O quarto sistema, portanto, se caracteriza pela organização da comunidade em torno do turismo, confirmando a primeira hipótese de pesquisa, a qual afirma que o abandono das atividades tradicionais ocorreu em função das atividades ligadas ao comércio e prestação de serviços, e da especulação imobiliária na região.

As atividades atualmente são extremamente sazonais, quase não há mais agricultura, e até mesmo a pesca é sujeita à demanda turística, além de continuar em uma organização que favorece os intermediários e sem apoio do governo aos pescadores.

Na pesquisa de campo foram identificadas cinco principais técnicas de captura de pesca artesanal utilizadas pelos pescadores da Praia da Pinheira, e outras três técnicas de captura de pesca artesanal eventuais, utilizadas pelos mesmos.

A pesquisa também revelou os diferentes tipos de pescadores artesanais da Praia da Pinheira, os quais participam das cinco principais técnicas identificadas.

Os tipos de pescadores foram descritos com a utilização de dados qualitativos e quantitativos, demonstrando que não se trata de um grupo social estritamente homogêneo, mas que se diferenciam em suas formas de relações de trabalho, relações com os meios de produção e características sócio-econômicas, confirmando a terceira hipótese desta dissertação.

Estes tipos são: os donos de embarcação, os tripulantes e os aposentados. Sendo que os tripulantes podem ser separados em dois subtipos: os tripulantes de ano todo e os tripulantes de inverno; e os donos de embarcação podem ser diferenciados conforme a técnica de captura de pesca utilizada: *caceio* ou *fundeio*.

A técnica de captura de pesca com rede de *caceio* é uma das principais técnicas utilizadas, a qual se caracteriza pela utilização de redes soltas, com embarcações de porte relativamente maior e maior nível de equipamentos e motores. Além disso, esta técnica é executada conforme a época em que cada espécie de pescado ocorre na região, portanto mais sazonal e incerta.

A técnica de captura de pesca com rede ancorada ou fundeada, chamada de pesca de *fundeio*, também é bastante significativa. Esta se caracteriza pelos tipos de redes utilizadas, as quais são fixadas no fundo do mar, pela maior regularidade de captura e pela maior utilização de mão-de-obra familiar.

A terceira técnica de captura relevante utilizada pelos pescadores artesanais da Praia da Pinheira é o arrasto de camarão, o qual tem o maior retorno econômico das técnicas utilizadas, entretanto, a safra do camarão ocorre apenas em dois meses por ano, exigindo mais apetrechos e mão-de-obra das embarcações. Desta forma, esta técnica é mais executada pelas mesmas embarcações que utilizam a técnica de *caceio*.

As técnicas de captura de pesca de arrasto de praia e arrastão se caracterizam pela utilização de canoas, sendo que todo o processo pode ser visto na beira da praia. Além disso, são executadas pelos pescadores mais antigos da Praia da Pinheira, os quais administram a forma de pescar e a repartição do pescado através da sociedade das canoas. É a técnica mais incerta e de menor retorno econômico, porém é a mais valorizada pela tradição da região.

As técnicas de captura secundárias ou eventuais identificadas na Praia da Pinheira são: a pesca com tarrafa, a pesca com caniço ou linha e a extração de marisco. Estas técnicas se caracterizam por serem praticadas individualmente, não havendo categorias analíticas, como nas demais, portanto não fazem parte da tipologia elaborada para o estudo dos pescadores artesanais da Praia da Pinheira. Além disso, em geral não são representativas em termos de renda e quantidade capturada. Entretanto, não significa que os pescadores

estudados não as utilizem, isto é, muitos as executam, independentemente da categoria aqui estabelecida.

Os dados quantitativos a respeito de quantidades capturadas, custos de produção, renda obtida e capital imobilizado evidenciam a diferença entre as técnicas de captura de caceio e fundeio. Desta maneira, confirmam as impressões da pesquisadora e os dados qualitativos das entrevistas, os quais demonstram uma melhor situação socioeconômica dos pescadores que implementam a técnica de captura de pesca de caceio, principalmente os donos de embarcação.

A pesquisa de campo e o contato com a comunidade permitiram que se observassem os fatores da crise que o setor pesqueiro vem enfrentando também nessa comunidade. Desta forma, a segunda hipótese também se confirmou, isto é, a escassez de pescado e de mão-de-obra na pesca artesanal, somadas às dificuldades características da mesma, têm provocado a procura por atividades ligadas ao turismo.

Além disso, é importante descrever que há um processo de evolução entre os tipos de pescadores encontrados atualmente na Praia da Pinheira. O pescador inicia na profissão como tripulante, ou seja, apenas com a sua força de trabalho, na maioria das vezes com o pai ou um familiar, adquirindo experiência.

Depois de acumular capital e comprar um barco, o pescador passa a ser o tipo dono de embarcação, exercendo a profissão como patrão. Conforme os apetrechos que adquire, o pescador pode executar outras técnicas de captura. Isto é, geralmente se começa com a pesca de *fundeio*, que não exige tantos equipamentos, depois se passa a executar a pesca de *caceio*. Na velhice a maioria dos pescadores se desfaz de suas embarcações e não sai mais ao mar como faziam no dia-a-dia. São os pescadores aposentados.

Apesar da evolução dos sistemas pesqueiros e do incremento do setor de comércio e serviços, a comunidade pesqueira da Praia da Pinheira ainda é muito vulnerável, pois não existem alternativas de obtenção de renda fixa durante o ano todo, estando, portanto, submetidos à sazonalidade da demanda turística.

Desta maneira, pode-se afirmar que a quarta hipótese de pesquisa é relevante. Isto é, que o crescimento econômico da região nas últimas décadas, tem tornado a população da Praia da Pinheira dependente de empresários e capitalistas que instalam estabelecimentos comerciais no local.

Entretanto, este fenômeno está em processo, de forma que seus efeitos podem ser minimizados, com ações no sentido de incentivo à atividade pesqueira artesanal e aos potenciais turísticos além da temporada de verão.



Nesse sentido, estão sendo organizadas associações de empresários do local, com o objetivo de desenvolver o turismo da região também no inverno. Além disso, as mulheres de pescadores da Praia da Pinheira também começaram a se organizar na produção de artesanato típico local.

Especificamente para os pescadores da Praia da Pinheira, é interessante que se pense em formas de associações ou cooperativas para beneficiamento de pescado, projetos que visem diminuir seus custos, principalmente com combustível, e, ainda, formas de explorar a demanda turística, tais como passeios de barcos, e festas típicas da região.

A pesquisa bibliográfica, as conversas, as entrevistas, a convivência e a aproximação com comunidade pesqueira da Praia da Pinheira, permitem que se analise como as transformações sócio-econômicas das últimas décadas influenciaram e influenciam no modo de vida dos pescadores artesanais, respondendo o problema de pesquisa.

Desta forma, as transformações sócio-econômicas influenciaram a vida dos pescadores na medida em que propiciaram a evolução e diferenciação dos sistemas técnicos de captura bem como dos tipos de pescadores. Entretanto as relações sociais não sofreram muitas alterações, apesar da influência do turismo, se mantêm as relações baseadas nos compadres e familiares.

Além disso, também propiciam que se perceba o potencial de desenvolvimento da região, porém, também se percebe a falta de apoio de órgãos, entidades e pessoas capacitadas para elaborar projetos e colocá-los em prática.

*Seja a mudança que você quer no mundo*

Gandhi

## REFERÊNCIAS

- ANDRIGUETTO-FILHO, José M. Sistemas técnicos de pesca no litoral do Paraná: caracterização e tipificação. In: **Desenvolvimento e meio ambiente: em busca da interdisciplinaridade: pesquisas urbanas e rurais**. Claude Raynaut [et al.]. Curitiba. Editora da UFPR. 2002.
- ABDALLAH, Patrícia R. **Atividade Pesqueira no Brasil: Política e Evolução**. Tese (doutorado) ESALQ/USP. Piracicaba, SP: USP, 1998. 148p.
- ABDALLAH, Patrícia R. e BACHA, Carlos José Caetano. Evolução da atividade pesqueira no Brasil: 1960-1994. In: **Teor. Ev. Econ.** Passo Fundo. V.7, n.13, p. 9-24, nov 1999.
- ABDALLAH, Patrícia R. e CASTELLO, Jorge P. O momento de repensar a economia pesqueira no Brasil. In: **Comciencia** – Revista Eletrônica. mar 2003. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/litoral/lit13.shtml>. Acesso em: 21 ago 2007.
- ADOMILLI, Gianpaolo Knoller. **Território e mobilidade**: notas sobre a relação entre global e local em uma comunidade pesqueira. In: RIAL, Carmem e GODIO, Matias (orgs). **Pesca e Turismo**: Etnografias da Globalização no litoral do Atlântico Sul. Florianópolis: NUPE/CFH/UFSC, 2006. p.195-209.
- BERTALANFFY, L. V. O significado da teoria geral dos sistemas. In: **Teoria geral dos sistemas**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1973. p. 52-81.
- BITENCOURT, Neres de Lourdes da Rosa. **Uma proposta de cidadania para a preservação ambiental**. Estudo de caso: comunidade de Vargem do Braço no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Dissertação de mestrado em Engenharia da Produção, na área de Gestão Ambiental. Florianópolis: UFSC, 2000.150p.
- BOND, Rosana. **A saga de Aleixo Garcia**: o descobridor do Império Inca. Rio de Janeiro: Cooperativa de trabalhadores em produção cultural e editorial. 2004. 180p.il.
- BRASIL. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca. **Registro Geral da Pesca**: Resultado do Recadastramento Nacional dos Pescadores do Brasil. SEAP, 2006. Disponível em [www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/seap/pesca](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/seap/pesca). Acesso em: 03 jun. 2007.
- CABEZA DE VACA, Álvaro Nuñez. **Naufrágios e comentários**. Tradução de Jurandir Soares dos Santos. Porto Alegre: L&PM, 1999. 324p.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. 4 ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994
- CALDAS, Otávio Jorge. **A transformação da comunidade de pescadores da praia da Pinheira através do turismo**. Período: 1978 – 1996. Monografia de conclusão de curso de História. Florianópolis: UFSC, 1996.
- CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a

transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1964. 239p.

CAPRA, F. A concepção sistêmica da vida. In: **O ponto de mutação**. São Paulo: Editora Cultrix, 1982. p. 259-98.

CARUSO, Mariléa M. Leal e CARUSO, Raimundo C. **Índios, baleeiros e imigrantes: a aventura histórica catarinense**. Tubarão: Editora da Unisul, 2000. 368p. il.

CASTELLO, Jorge P. Manejo da Pesca e a interdisciplinaridade. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Interdisciplinaridade, meio ambiente e desenvolvimento: desafios e avanços do ensino e da pesquisa. Claude Raynaud [et al.]. Curitiba, PR: Editora UFPR, n. 10, 2004.

CEDAP **Centro de Desenvolvimento em Aqüicultura e Pesca**. EPAGRI, 2003. Disponível em [www.epagri.sc.gov.br](http://www.epagri.sc.gov.br). Acesso em: 16 mai 2006.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

\_\_\_\_\_, Antônio Carlos Sant'Ana. **A pesca construindo sociedades: leituras em antropologia marítima e pesqueira**. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras/USP, 2004a. 315p.

\_\_\_\_\_, Antônio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. 5. ed. São Paulo: Hucitec; Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2004b. 170p.

DUFUMIER, Marc. **Les projets de développement agricole – Manuel d'expertise**. Paris: CTA-Karthala, 1996.

ELLIS, Frank. **Rural Livelihoods and Diversity in Developing Countries**. Oxford, Oxford University Press, 2000.

EPAGRI. **Diagnóstico da pesca artesanal em Santa Catarina**. Florianópolis, 2004. Relatório.

EPAGRI. **Síntese anual da agricultura em Santa Catarina 2004-2005**. Relatório. Disponível em [www.epagri.sc.gov.br](http://www.epagri.sc.gov.br). Acesso em 01 jun 2007. Florianópolis: EPAGRI, 2005.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria Estadual da Agricultura. **Pesca**. Palhoça/SC, 02 set. 2007. Disponível em: [www.seag.es.gov.br/pesca.htm](http://www.seag.es.gov.br/pesca.htm). Acesso em: 02 set. 2007.

FARIAS, Vilson Francisco de. **Palhoça: natureza, história e cultura**. Florianópolis: Editora do autor, 2004. 291p.

FATMA. **A natureza do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro**. Coordenação de Lenir Alda do Rosário. Florianópolis: FATMA, 2003.128p.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DE RECURSOS VIVOS NA ZONA ECONÔMICA EXCLUSIVA. **Relatório técnico sobre o censo estrutural da pesca artesanal marítima e estuarina nos Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná,**

**Santa Catarina e Rio Grande do Sul.** Itajaí, 2005. 151p. Convênio SEAP/IBAMA/PROZEE. Disponível em: [www.ibama.org.br/rec\\_pesqueiros](http://www.ibama.org.br/rec_pesqueiros). Acesso em: 02 set. 2007.

INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ. **Enfoque Sistêmico em P&D** – A experiência metodológica do IAPAR. Londrina: IAPAR, Circular Técnica n.º 97, 1997.

IBAMA. **Estatística da Pesca 2005.** Diretoria de Fauna e Recursos Pesqueiros, IBAMA. Palhoça/SC, 02 set. 2007. Disponível em: [www.ibama.gov.br](http://www.ibama.gov.br). Acesso em: 02 set. 2007.

IBAMA. **Glossário.** Palhoça/SC, 13 jun. 2007. Disponível em: [www.ibama.gov.br/siucweb/guiadechefe/guia/z-1corpo.htm/](http://www.ibama.gov.br/siucweb/guiadechefe/guia/z-1corpo.htm/). Acesso em: 13 jun. 2007.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 1991. 270p.

LEITE, Ilka Boaventura. Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. In: **Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade.** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996. p. 33-53.

LOPES, Ester Warken Bahia. **Ocupação humana em áreas de manguezal: o caso do manguezal da Palhoça, SC.** Dissertação de mestrado. Florianópolis: UFSC, 1999.

LUCAS, Keler. **A arte rupestre do município de Florianópolis.** Florianópolis: Rupestre, 1997.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1982. 205p.

MARTINS, Rosilane Rachadel. **Participação da atividade pesqueira artesanal na renda familiar dos moradores das comunidades do Saco dos Limões e Costeira do Pirajubaé.** Monografia de conclusão de curso de pós-graduação em Educação Ambiental. Florianópolis: UDESC, 1995.

MAZOYER, Marcel & ROUDART, Laurence. **História das Agriculturas do Mundo: do neolítico à crise contemporânea.** Instituto Piaget. Lisboa, 2001.

MIGUEL, Lovois de Andrade. **Enfoque sistêmico.** Porto Alegre, 2006. Não paginado. Texto apresentado na disciplina DER- 310- Evolução e Diferenciação de Sistemas Agrários no segundo semestre de 2006.

MOSIMANN, João Carlos. **Porto dos Patos: 1502-1582 – A fantástica e verdadeira história da Ilha de Santa Catarina na era dos descobrimentos.** Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 2002. 216p. il.

MORIN, Edgar. A organização (do objeto ao sistema). In: **O método 1: a natureza da natureza.** 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2005. p. 122-34.

OLIVEIRA, Ivone Adelina de. **Gestão de conflitos em parques: estudo de caso do entorno**

nordeste do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro – Praia da Pinheira – SC. Tese (Doutorado) Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, 2005. Florianópolis: UFSC, 2005. 269p.

OLIVEIRA JUNIOR, Geraldo Barbosa de. Negros das áreas carboníferas do Sul de Santa Catarina: marginalidade social e segregação. In: **Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996. p.265-84.

PASQUOTTO, Vinícius Frizzo. **Pesca artesanal no Rio Grande do Sul: os pescadores de São Lourenço do Sul e suas estratégias de reprodução social**. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: PGDR/UFRGS, 2005. 166p.

PASQUOTTO, Vinicius Frizzo e MIGUEL, Lovois de Andrade. Pesca Artesanal e Enfoque Sistêmico: uma atualização necessária. **VI Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção**. Aracaju - Sergipe, 20 a 22 out. 2004.

PEDRO, Joana Maria *et al.* Escravidão e preconceito em Santa Catarina: história e historiografia. In: **Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996. p. 229-45.

PIAZZA, Walter Fernando. **A colonização de Santa Catarina**. Obra premiada pelo BRDE no concurso regional de História. BRDE, 1982. 311p.

PINHEIRO, Sergio L. **O enfoque sistêmico e o desenvolvimento rural sustentável**. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável – Emater/RS, 1 (2): 27-37, 2000.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: Unb, 1992, 605p.

QUENSIÈRE, Jacques. **De la modélisation halieutique à la gestion systémique des pêches**. Natures, Sciences, Sociétés. v. 1, n. 3. 1993.

RIAL, Carmem e GODIO, Matias (orgs). **Pesca e Turismo: Etnografias da Globalização no litoral do Atlântico Sul**. Florianópolis: NUPE/CFH/UFSC, 2006. 204p.

SAHLINS, Marshall. **Economia de la edad de piedra**. Madrid: Akal, 1977. 337p.

\_\_\_\_\_. **Sociedades tribais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. 178p.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Planejamento. **Dados Gerais sobre a Economia Catarinense**. Palhoça/SC, 02 set. 2007. Disponível em: [www.sc.gov.br](http://www.sc.gov.br). Acesso em: 02 set. 2007.

SANTOS, Silvio Coelho dos. **Nova história de Santa Catarina**. 5 ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004. 119p. il.

SOUZA, Marco Aurélio. Desenvolvimento Sustentável para a atividade pesqueira artesanal na região do estuário da Lagoa dos Patos no Rio Grande do Sul, **Anais do II Encontro de Economia Gaúcha**, Porto Alegre: FEE, 2004.

SUASSUNA, Dulce Maria Figueira de Almeida. Transformação social: Projeto Tamar e comunidades pesqueiras do litoral brasileiro. In: **XXVIII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais** – ANPOCS, Caxambu - Minas Gerais, 26 a 30 de out, 2004.

TEIXEIRA, Cristina F. O desenvolvimento sustentável em Unidades de Conservação: a naturalização do social. In: **XXVIII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais** – ANPOCS, Caxambu - Minas Gerais, 26 a 30 de out, 2004.

VIERA DE CAMPOS, Simone. Conflitos envolvendo recursos de uso comum em áreas protegidas: O caso do Acordo de Pesca no Rio Unini (AM). In: **XXVIII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais** – ANPOCS, Caxambu - Minas Gerais, 26 a 30 de out, 2004.

WÜNSCH, J.A. **Diagnóstico de sistemas de produção: procedimentos para ações de desenvolvimento rural**. Dissertação de Mestrado. Piracicaba/SP. Mestrado em Agronomia/Fitotecnia. ESALQ/USP, 1995.

## APÊNDICE A – Quadro de descrição dos entrevistados

Etapa de campo	Nome/apelido	Data entrevista	História pessoal
1 Evolução dos Sistemas Pesqueiros	Prof. Selço	9/4/2007, 16/04/2007 e 24/05/2007	Nativo da Praia da Pinheira, 68 anos. Proveniente de família de tradição agrícola. Estudou História e se aposentou como professor da UFSC. Dono do primeiro camping da praia, o qual ainda possui.
	Seu Lima	11/4/2007	Nativo da Praia da Pinheira, pescador, 63 anos, dono de barco, faz fundeio. Filho de pescador, na família todos se tornaram pescadores, trabalhou na pesca industrial até 2005, hoje pratica a pesca artesanal com um irmão.
	Seu Nicolau	13/4/2007	Nativo, 73 anos. Família de pescadores, pescou a vida inteira na Pinheira. Hoje é aposentado, participa da pesca de cerco com canoas.
	Dona Delza	24/4/2007	Nativa, 64 anos, irmã do Prof. Selço, viúva. Trabalhava na roça, hoje lava roupas para fora e aluga casas para turistas.
	D. Ondina	2/5/2007	Nativa, 82 anos, tinha engenho. A família foi vendendo as terras, o marido parou de trabalhar na roça devido a velhice e os filhos não seguiram a atividade.
2 Estabelecer tipologia de pescadores e descrição de técnicas de captura	Salésio	31/7/2007	Presidente da Colônia de Pescadores desde 1997.
	Chiquinho	31/7/2007	Ex-pescador, proveniente de família de pescadores, irmão do Seu Lima, atualmente trabalha no posto de combustíveis da BR-101
	Bica	3/7/2007	Pescador, jovem, 26 anos, tripulante de inverno, no verão trabalha como salva-vidas.
	Tiago	04/07/2007 e 05/07/2007	Pescador não profissional, 23 anos, proveniente de família de pescadores, administra pousada da família.
	Kadinho	1/8/2007	Ex-pescador, 38 anos, filho da D. Ondina, irmãos ainda pescam. Trabalhou em comércio local, atualmente possui um bar.
3 questionários estruturados para avaliação sócio-econômica dos tipos de pescadores e técnicas utilizadas	Bica	15/10/2007	(descrito anteriormente)
	Ieco	17/10/2007	Pescador, família de pescadores, tripulante de ano todo, faz fundeio.
	Seu Lima	18/10/2007	(descrito anteriormente)
	Peludo	20/10/2007	Pescador aposentado, família de pescadores.
	William	20/10/2007	Pescador, tripulante de inverno, faz caceio. Família de pescadores. No verão trabalha como salva-vidas.
	Adair	21/10/2007	Pescador, família de pescadores, dono de barco, faz fundeio.
	Juju	23/10/2007	Pescador, família de pescadores, dono de barco, faz fundeio.
	Dito	6/11/2007	Pescador, família de pescadores, dono de barco, faz fundeio.
	Seu Nicolau	6/11/2007	(descrito anteriormente)
	Diego	8/11/2007	Pescador, família de pescadores, tripulante de inverno, no verão trabalha em bares ou restaurantes.
	Valdinei	8/11/2007	Pescador, família de pescadores, dono de barco, faz caceio.
	Agenor	9/11/2007	Pescador, família de pescadores, tripulante de ano todo, faz caceio.
Seu Zé	10/11/2007	Pescador aposentado, família de pescadores. Administra pousada e alugueis.	
Denir	12/11/2007	Pescador, família de pescadores, dono de barco, faz fundeio.	
Vão	19/11/2007	Pescador, família de pescadores, tripulante de ano todo, faz caceio.	
Outras informações	Sr Arnaldo Azevedo	26/11/2007	Proveniente da família que implantou a primeira salga, atual dono da peixaria.

Fonte: elaborado pela autora, informações de pesquisa de campo, 2007.



## APÊNDICE B – Roteiro de entrevista

### **Pesca Artesanal em Santa Catarina: os pescadores da Praia da Pinheira e sua perspectiva de desenvolvimento.**

Mestranda: Christiane Marques Severo

Orientador: Dr. Lovois Miguel

#### **Roteiro para entrevista semi-estruturada**

#### **Etapa: elaboração tipologia de pescadores e sistemas de produção na pesca da Praia da Pinheira.**

##### **1) Dados pessoais**

Nome ou apelido: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Localidade: \_\_\_\_\_

Tipo: \_\_\_\_\_

##### **2) Histórico recente dos sistemas de produção na pesca**

Desde quando está na atividade? \_\_\_\_\_

Como começou? \_\_\_\_\_

De quem recebeu os conhecimentos empregados na pesca? \_\_\_\_\_

Que “tipos” de pesca praticou em sua vida (pergunta aberta, pontuar sobre espécies, equipamentos, volumes capturados, formas de comercialização, relações de trabalho e gênero, limitações que causaram mudanças, papel da família, papel de instituições) \_\_\_\_\_

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

##### **3) Caracterização dos atuais sistemas de produção na pesca**

Possui documentação profissional? \_\_\_\_\_

É proprietário de barco de pesca? \_\_\_\_\_ Possui registro? \_\_\_\_\_

Tipo: \_\_\_\_\_

Capacidade: \_\_\_\_\_

Possui motor? \_\_\_\_\_ Potência do motor: \_\_\_\_\_

Preço novo? \_\_\_\_\_ Preço atual? \_\_\_\_\_ Vida útil \_\_\_\_\_





**Sistemas de produção de pesca:**

<b>Tipo/ Espécies</b>						
Época						
Período > trab						
Período < trab						
Local ocorre						
Condições ecológicas ↓↑						
Formas (arte pesca)						
Petrechos utilizados						
Insumos utilizados (óleo/gelo/etc)						
Custo insumos						
Quem fornece						
Volumes captura (kg/semana)						
Vol tot Safra						
Subprodutos/Destino						
Preço recebe peixaria/ venda direta						
Processamento						
Canais comercialização						
Observações						

**4) Infra-estrutura Social**

Descrição das condições de moradia

- a) Tipo: ( ) Madeira; ( ) Alvenaria; ( ) Mista    b) Estado atual ( ) Bom; ( ) Razoável; ( ) Ruim  
 c) Banheiro/WC ( ) Interno; ( ) Externo; ( ) Não possui;  
 d) Esgoto cloacal ( ) Fossa negra; ( ) Sanga/vala; ( ) Rede e) Possui forro ( ) Sim ( ) Não

Na casa há:

- ( ) Água encanada ( ) poço artesiano ( ) Luz elétrica ( ) Máquina de lavar roupa  
 ( ) Telefone convencional ( ) Telefone celular ( ) Televisão ( ) Refrigerador  
 ( ) Antena parabólica ( ) Computador

**5) Conflitos Sócio-ambientais**

Quais as principais dificuldades enfrentadas na atividade? (Investigar principais conflitos)-

---



---

Que medidas são tomadas para enfrentá-las? Como é que fica na época do defeso? \_\_\_\_\_

---



---

Como descreve a situação atual (últimos anos) de disponibilidade de pescado na praia? \_\_\_\_\_

---



---



---

O que acha que poderia ser feito? \_\_\_\_\_

---



---

### 6) Políticas públicas

Teve acesso a crédito ou ajuda de algum programa de governo? Qual? Em que foi aplicado?

---



---

Qual sua avaliação sobre este programa? \_\_\_\_\_

---



---

Recebe seguro desemprego? \_\_\_\_\_

Qual sua opinião sobre este benefício?

---



---

Recebe algum outro benefício? \_\_\_\_\_

Existem aposentados ou pensionistas na família? \_\_\_\_\_

Qual emprego desta renda? \_\_\_\_\_

---



---

Quais entidades que lhe apóiam na atividade pesqueira? Qual sua avaliação sobre elas? \_\_\_\_\_

---



---



---

### 7) Questões sobre a família e as estratégias de reprodução social

Local de origem da família: \_\_\_\_\_

Há quanto tempo residem na Praia da Pinheira? \_\_\_\_\_

Integrantes da família (nuclear ou ampliada) número: \_\_\_\_\_

Grau parentesco					
Idade					
Escolaridade					
Desempenha atividade pesca? Qual?					
Outra atividade?					
Quanto recebe?					
“Destino”					

Explora outras formas de comercialização? Descrever:

---

---

Explora alternativas de geração de renda? Quais? Em que épocas? \_\_\_\_\_

---

---

Quanto recebe (em cada uma)? \_\_\_\_\_

---

---

Considera melhor ou pior que trabalhar na pesca? Por que? \_\_\_\_\_

---

---

Existem situações em que a comunidade “trabalha junto”? \_\_\_\_\_

---

---

Quando a safra é “boa”, sobra algum recurso? Onde aplica? \_\_\_\_\_

---

---

Qual objetivo (individual e/ou dos demais membros da família) de buscar outra fonte de renda? Manutenção família? Melhoria qualidade de vida? Obter recursos para investimento na pesca? Outras? \_\_\_\_\_

---

---

Existe a intenção da família em continuar na pesca? \_\_\_\_\_

---

---

Quem irá suceder nesta atividade? \_\_\_\_\_

---

---

Como está sendo o aprendizado do sucessor (formas de transmissão de conhecimento) \_\_\_\_\_

---

---

Pensa em mudar de profissão? \_\_\_\_\_

---

---

Como vê sua situação hoje, em relação há 10 anos? \_\_\_\_\_

---

---

---

---

Que projetos pensa em desenvolver? \_\_\_\_\_

---

---

---

---

### APÊNDICE C – Planilha de cálculos de indicadores econômicos

#### Identificação do entrevistado:

Nome ou apelido: Juju	
Tipo: dono de barco - fundeio	

#### Produto Bruto:

espécie	quantidade	unidade	preço unitário	duração /n meses	total
abrótea	250	kg	R\$ 2,00	4	R\$ 2.000,00
corvina	300	kg	R\$ 2,00	3	R\$ 1.800,00
linguado	30	kg	R\$ 9,00	12	R\$ 3.240,00
pescada	500	kg	R\$ 2,00	12	R\$ 12.000,00
viola	100	kg	R\$ 2,50	3	R\$ 750,00

<b>PB total (A) =</b>	<b>R\$ 19.790,00</b>
<b>autoconsumo (B):</b>	<b>R\$ 197,90</b>

#### Consumo Intermediário

	quantidade	unidade	preço unitário	n meses	total
<b>óleo</b>	125	l	R\$ 1,80	12	R\$ 2.700,00
<b>gelo</b>		kg			R\$ -
<b>colônia</b>	2	R\$	R\$ 60,00	1	R\$ 120,00
<b>CI total (C) =</b>					<b>R\$ 2.820,00</b>

<b>partes (X):</b>	<b>3</b>	<b>Produto liq Total (D): (A-B-C)/X=</b>	<b>R\$ 5.590,70</b>
--------------------	----------	--	---------------------

#### outras rendas

atividade	duração /n meses	remuneração	n.o pessoas	total
venda força de trabalho	3	R\$ 650,00	2	R\$ 3.900,00
aluguéis				R\$ -
defeso	4	R\$ 380,00	2	R\$ 3.040,00
aposentadoria				R\$ -
outro				R\$ -

**Total outras rendas (E) = R\$ 6.940,00**

num. membros familia : 3

**Renda total (F): (D+E) = R\$ 12.530,70**

#### Capital Imobilizado

Bem	tam/qtidade	valor novo	valor atual	vida útil (anos)	depreciação
barco	1	R\$ 15.000,00	R\$ 7.000,00		
redes	4	R\$ 2.100,00	R\$ 1.400,00	30	
tarrafas			R\$ 200,00		
caniço					
freezer	1		R\$ 400,00		

**total KI = R\$ 9.000,00**

Fonte: elaborado pela autora, dados de pesquisa de campo, 2007.

**APÊNDICE D – Nomes comuns e científicos das espécies de pescado citadas**

<b>Nomes comuns</b>	<b>Nomes científicos</b>
Anchova, Enchova	<i>Pomatomus saltatrix</i>
Arraia, Raia	<i>Raya clavata</i> .
Badejo	<i>Mycteroperca</i> spp.
Bagre	<i>Bagre bagre</i> , <i>Bagre marinus</i> , <i>Bagre panamensis</i> , <i>Bagre pinnimaculatus</i> , da família Ariidae
Brota, Abrótea, Bacalhau	<i>Urophycis brasiliensis</i>
Cação	<i>Rhinobatos horkelli</i> e <i>Squatina</i> spp.
Camarão ferrinho, Camarão sete barbas	<i>Artemisia longinaris</i>
Camarão legitimo	<i>Litopenaeus schimitti</i>
Camarão vermelho	<i>Pleoticus muelleri</i>
Carapeba	<i>Diapterus auratus</i> , <i>Gerreidae Eugerres brasilianus</i> , <i>Eucinostomus argenteus</i> , da família Gerreidae.
Cavalinha	<i>Scomber japonicus</i> .
Corvina	<i>Micropogonias furnieri</i>
Garoupa	<i>Epinephelus</i> spp.
Linguado	<i>Paralichthys</i> spp.
Lula	<i>Loligo vulgaris</i>
Marimbau	<i>Diplodus argenteus</i>
Marisco, mexilhão	<i>Perna perna</i>
Pampo	<i>Trachinotus</i> spp.
Parati	<i>Mugil</i> spp.
Parati gordinho	<i>Cynoscion acoupa</i>
Parati olhudo	<i>Cynoscion guatucupa</i> .
Pescada	<i>Cynoscion</i> spp.
Pescadinha	<i>Macrodon ancylodon</i>
Sargo	<i>Diplodus sargus</i>
Tainha	<i>Mugil brasiliensis</i>
Tainhota	<i>Mugil</i> spp.
Tatuíra	<i>Emerita brasiliensis</i> .
Viola	<i>Rhinobatos horkelli</i> , <i>Loricaria</i> spp.
Xerelete	<i>Caranx latus</i>

Fonte: elaborado pela autora, dados do IBAMA (2007), disponível em [www.ibama.gov.br](http://www.ibama.gov.br).



**ANEXO A – DECRETO FEDERAL 6040**

Decreto nº 6040 Presidência da República  
Casa Civil  
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007.

Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT, na forma do Anexo a este Decreto.

Art. 2º Compete à Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - CNPCT, criada pelo Decreto de 13 de julho de 2006, coordenar a implementação da Política Nacional para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Art. 3º Para os fins deste Decreto e do seu Anexo compreende-se por:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações; e

III - Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 7 de fevereiro de 2007; 186º da Independência e 119º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Patrus Ananias

Marina Silva

Este texto não substitui o publicado no DOU de 8.2.2007.

**ANEXO B – PORTARIA Nº 021/05 – FATMA DE 03.05.2005**

Disciplina o uso de Área de Proteção Especial – APE do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

O Presidente da Fundação do Meio Ambiente - FATMA, no uso de suas atribuições estatutárias.

**CONSIDERANDO:**

Que após a criação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro ainda não restou estabelecido, em pormenores, o disciplinamento do uso de sua Área de Proteção Especial - APE;

Que segundo o Decreto Estadual Nº 14.250/81:

“Art.- 42- São consideradas áreas de proteção especial:

I – os locais adjacentes:

a) - a parques estaduais”.

“Art. 44 – São considerados locais adjacentes, para efeito de proteção:

I - a faixa de terra de 500 (quinhentos) metros de largura em torno:

a) - dos parques estaduais”.

“Art. 45 – É proibido o corte raso das florestas, a exploração de pedreiras e outras atividades que degradem os recursos naturais e a paisagem, nas faixas de terras dos locais adjacentes”:

I - a parques estaduais”

“Art. 59 – É proibido promover queimadas:

I - nas áreas de proteção especial”.

“Art. 61 - Com vistas à preservação ambiental ou ecológica, é proibido o parcelamento do solo:

I - em área de proteção especial, de que trata este Regulamento; e

II - em áreas onde as condições ambientais ultrapassem os limites máximos dos padrões de qualidade ambiental.

Parágrafo 1º - Em áreas litorâneas, numa faixa de 2.000 (dois mil) metros, a partir das terras de marinha, o parcelamento do solo desde que admitido pelo Município e atendidas as exigências específicas com relação aos aspectos ambientais e sanitários, depende de análise prévia do órgão estadual de meio ambiente.

Parágrafo 2º - Para o manejo do solo rural não serão consideradas as formas geométricas nem os limites das propriedades, de modo a assegurar o adequado escoamento das águas, adotando-se a bacia hidrográfica como unidade de planejamento.

Parágrafo 3º - O solo rural somente poderá ser utilizado mediante planejamento segundo sua capacidade de uso e através do emprego de tecnologia adequada e aprovada pelos órgãos competentes do Estado ou do Município.

Parágrafo 4º - Entende-se por uso adequado a adoção de um conjunto de práticas e procedimentos que visem a conservação, melhoramento e recuperação do solo, atendendo a função sócio-econômica-cultural da propriedade e a manutenção do equilíbrio ecológico”.

(O artigo 61, parágrafos 1º, 2º, 3º, e 4º com a nova redação dada pelo Decreto nº 3.610/89.

Que a lei estadual nº 11.986, de 12/11/2001, instituidora do Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza, dispõe:

“Art. 2º - Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

I - UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo o subsolo, o espaço aéreo e as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção;

VIII - PLANO DE MANEJO: documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma Unidade de Conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas fiscais necessárias à gestão da Unidade;

IX - ZONEAMENTO: definição de setores ou zonas em uma Unidade de Conservação com objetivos de manejo e normas específicas, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da Unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz;

X - ZONA DE AMORTECIMENTO: o entorno de uma Unidade de Conservação, onde as atividades humanas estão submetidas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar a pressão e os impactos decorrentes da ação humana nas áreas vizinhas à área protegida;

Que até o momento o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro não possui o seu plano de manejo e tampouco a definição de sua zona de amortecimento. Todavia, segundo a Lei Federal nº 9.985 de 18/07/2000, no que é seguida pela referida lei estadual, dispõe que:

“Art. 25 - As unidades de conservação, exceto Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural, devem possuir uma zona de amortecimento e, quando conveniente, corredores ecológicos.

§ 1º - O órgão responsável pela administração da unidade estabelecerá normas específicas regulamentando a ocupação e o uso dos recursos da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos de uma unidade de conservação.

§ 2º - Os limites da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos e as respectivas normas de que trata o § 1º poderão ser definidas no ato de criação da unidade ou posteriormente.

Que a APE, prevista no Decreto Estadual nº 14.250, no que concerne aos parques, estações ecológicas ou reservas biológicas, tem como objetivo funcionar como zona de amortecimento da unidade de conservação;

Que segundo Lei Estadual nº 6.063 de 24.05.1982, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, no seu Art. 3º - item V, há proibição expressa de parcelamento do solo em APE, não podendo a legislação municipal ser aplicada, se for menos protetiva do ambiente, nos termos do parágrafo único do art. 3.º desta mesma lei;

Que embora o Decreto Estadual nº 14.250 preveja algumas limitações de uso da APE, outras estão condicionadas à efetiva preservação ambiental ou ecológica e, ressalvadas as proibições expressas de queimadas, corte raso das florestas, exploração de pedreiras, há que se definir quais são as “outras atividades que degradem os recursos naturais e a paisagem”, porquanto se tem uma norma proibitiva em branco.

Que essa definição deverá obedecer aos Princípios Constitucionais da Razoabilidade, Proporcionalidade, bem como garantir o desenvolvimento sustentável, levando em conta o contexto existente na APE do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, as razões de sua criação e o seu zoneamento ambiental.

Que um dos objetivos na definição das proibições de uso da APE é evitar a pressão e a eventual degradação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro;

Que toda área que não era urbana, à época da vigência da Lei Federal nº 9.985 de 18/07/2000, não mais poderá tornar-se urbana, o que impede o adensamento da APE;

### **RESOLVE:**

Art. 1º - Para fins de fiel aplicação da legislação federal e estadual atinentes às Unidades de Conservação, bem como, especialmente, visando a definir as restrições de uso da Área de Proteção Especial – APE do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, fica definido que, enquanto este não tiver concluído o seu Plano de Manejo, será tomada como sua zona de amortecimento a área definida como de proteção especial, nos termos do Decreto Estadual nº 14.250/81, constituída de 500 metros a contar da linha limite do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

Art. 2º - Toda faixa de terra da APE que até 18/07/2000 não era urbana, não mais poderá sê-lo.

Art. 3º - Além das proibições expressamente entabuladas no Decreto Estadual Nº 14.250/81, são consideradas atividades que degradam os recursos naturais e a paisagem:

*I – Toda e qualquer exploração mineral, salvo se:*

- a) exploração não for de pedreira;*
- b) for destinada à obras de utilidade pública;*
- c) constituir a melhor alternativa locacional de jazida;*
- d) não necessite de corte raso de vegetação primária e nos estágios médio e avançado de regeneração.*

☛ *O artigo 3º com a nova redação dada pela Portaria nº 061/05.*

II – Cultivo de espécies exóticas tidas como contaminantes biológicos:

- a)** espécies vegetais exóticas como: Pinus spp., Brachiaria spp., capim-anoni (Eragrotis plana), capim-gordura (Melinis minutiflora), capim-colonião (Panicum maximum), capim-elefante (Pinisetum purpureum), casuarina (Casuarina equisetifolia), cinamomo (Melia azedarach), uva-do-japão (Hovenia dulcis), ipê-mirim ou amarelinho (Tecoma stans), tojo (Ulex europaeus), lírio-do-brejo (Hedychium coronarium), Maria-sem-vergonha (Impatiens valleriana), Musa ornata.
- b)** espécies animais exóticas como: abelha-africanizada (Apis mellifera), grande-caramujo-africano (Achatina fulica), Carpa (Cyprinus carpio), Bagre-africano (Clarias gariepinus), Tilápia (Oreochromis niloticus), Black bass (Micropterus salmoides).

III - funcionamento de atividade em desacordo com as normas ambientais, salvo se houver Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, do qual participe o Ministério Público Estadual e que preveja a rápida instalação de medidas de controle da poluição que viabilize a operação da atividade dentro dos padrões ambientais adequados.

IV – criação de espécies animais sem o devido cercamento que impossibilite a entrada destes na área do Parque.

V – as construções na área urbana que ultrapassem uma taxa de ocupação máxima de 30% (trinta por cento) do imóvel e na área rural de 10% (dez por cento).

Parágrafo único - para fins de aplicação do art. 45 do Decreto Estadual nº 14.250, entende-se por florestas as definições contidas no Decreto Federal nº 750/93, Resolução CONAMA nº 04/94 e Resolução CONAMA nº 261/99.

Art. 4º - Toda licença ou autorização ambiental expedida pela FATMA na área da APE do PEST, por meio da competente autoridade licenciadora, deverá conter a anuência prévia da

Diretoria de Estudos Ambientais - DEAM, especialmente para fins de localização do empreendimento e conseqüente incidência das restrições aqui previstas.

Art. 5º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

**SÉRGIO JOSÉ GRANDO**

*Publicada no DOSC de 05.05.2005*

**ANEXO C – Pesca da tainha (DVD)**

Fonte: Flavio Santos, 2007.

## ANEXO D – Reportagem publicada em jornal

ERO HORA > QUARTA | 30 | MAIO | 2007



*Tainha para dar e vender*

**P**escadores da Praia de Cima, em Palhoça (SC), capturaram ontem 28 mil tainhas, que, juntas, pesam cerca de 50 toneladas. É o maior cardume apreendido de forma artesanal no Estado vizinho desde 1977, segundo o Sindicato dos Pescadores de Santa Catarina.

Naquele ano, 67 mil tainhas foram capturadas na Barra da Lagoa, em Florianópolis. A quantidade de peixe fez surgir a Festa da Tainha, que existe até hoje.

Os pescadores da Praia de Cima tentavam desde domingo capturar o cardume pego ontem, o maior

pescado nas últimas décadas.

O pescador Jairo Valter da Rosa, 22 anos, disse que cinco barcos foram usados na pescaria e que, se houvesse mais barcos, “muito mais tainha teria caído na rede”:

– Tem um cardume com mais de 100 mil tainhas passando por aí.

Fonte: Zero Hora, 2007.